INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90

Ano de edição 2002

Catalogação recomendada

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Mulheres e homens em Portugal nos anos 90 / Instituto Nacional de Estatística. - Lisboa : I.N.E., 2002. - 119 p. : qua., gráf., map.; 30 cm
ISBN 972-673-537-X

Director
Presidente do Conselho de Administração
Prof. Dr. Paulo Gomes

Editor
Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 65

Capa
INE - Dep. Difusão e Promoção
NED - Mário Bouçadas

Composição e Impressão
GRAFIFINA
Urbanização dos Fojos,
lote 23 r/c loja B
2695-049 Bobadela

Tiragem: 650 exemplares

Depósito legal nº 170833/01

Preço: € 23,80 (IVA incluído)

O INE na Internet
http://www.ine.pt

EQUIPA TÉCNICA

A presente publicação é da responsabilidade do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População / Serviço de Estudos sobre a População e contou com a colaboração de:

- Maria José Carrilho, Cristina Gonçalves, Esmeralda Carvalho, Lurdes Patrício, Maria da Graça Magalhães, Maria dos Anjos Campos, Renata Carvalho, Sofia Leite (Técnicos do Serviço de Estudos sobre a População) e Rui Branco (Departamento de Síntese Económica e de Conjuntura).

©INE, Lisboa. Portugal, 2002 * Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS 5

INTRODUÇÃO 9

ENQUADRAMENTO GERAL 11

CAPÍTULO I – POPULAÇÃO E ENVELHECIMENTO 13

1.1 – População 15

1.2 – Envelhecimento demográfico 17

CAPÍTULO II – FAMÍLIA E FECUNDIDADE 25

2.1 – Composição familiar 27

2.2 – Dissolução das Famílias: a viuvez e o divórcio 31

2.3 – Formação de novas famílias 32

2.4 – Padrões de fecundidade 34

2.5 – Sexualidade e contracepção 36

CAPÍTULO III – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO 39

3.1 – Educação 41

3.2 – Literacia 47

3.3 – Formação 48

CAPÍTULO IV – ACTIVIDADE ECONÓMICA 51

4.1 – Emprego e Desemprego 53

4.2 – Ocupações e Rendimentos 56

4.3 – Inactividade 61

4.4 – Ocupação do Tempo 61

CAPÍTULO V – SAÚDE E MORTALIDADE 65

5.1 – Saúde e Morbilidade 67

5.2 – Mortalidade 69

5.3 – Longevidade 75

CAPÍTULO VI – VITIMAÇÃO E CRIMINALIDADE 79

6.1 – Vitimação 81

6.2 – Condenações 86

6.3 – Reclusões 88

CAPÍTULO VII – POBREZA E CONDIÇÕES DE VIDA 91

7.1 – Índices de Pobreza 94

7.2 – Taxas de Pobreza 97

7.3 – Distribuição Regional da Pobreza 98

7.4 – Idosos a Viver Sós 101

CONCLUSÕES GERAIS 105

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 109

CONCEITOS E NOTAS METODOLÓGICAS 113

Índice de Figuras e Quadros

CAPÍTULO I

Figura 1.1 – População residente, por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 1.2 – Taxa de crescimento efectivo, por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 1.3 – População estrangeira residente, por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 1.4 – População estrangeira legalizada, por sexo e região de origem (%), Portugal, 1990 e 1999

Figura 1.5 – População residente, por sexo e estado civil (%), Portugal, 1990 e 1999

Figura 1.6 – Pirâmide etária, Portugal, 1990 e 1999

Figura 1.7 – Pirâmide etária, Portugal e União Europeia, 1999

Figura 1.8 – População jovem e idosa (%), por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 1.9 – População jovem e idosa (%), por sexo, União Europeia, 1999

Figura 1.10 – Relação de masculinidade, por grupos etários, Portugal, 1990 e 1999

Figura 1.11 – Índice de juventude da população activa, por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 1.12 – Índice de renovação da população activa, por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 1.13 – Índice de juventude da população activa, por sexo, União Europeia,1999

Figura 1.14 – Índices de dependência de jovens e idosos, por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 1.15 – Índice de envelhecimento, por sexo, Portugal, 1990 e 1999

Figura 1.16 – Índice de envelhecimento, por sexo, União Europeia, 1999

Figura 1.17 – Índice de longevidade, por sexo, Portugal, 1990 e 1999

CAPÍTULO II

Quadro 2.1 – Famílias clássicas e pessoas residentes nestas, por sexo, segundo o tipo de família na base da estrutura etária dos seus membros e número de crianças, Portugal, 1991

Figura 2.1 – Núcleos familiares, por tipo de núcleo (%), Portugal, 1991

Figura 2.2 – Agregados familiares, segundo a forma de vivência familiar (%), Portugal, 1992-1999

Figura 2.3 – População segundo a forma de vivência familiar (%), por sexo, Portugal, 1999

Figura 2.4 – Famílias unipessoais, segundo o escalão etário (%), por sexo, Portugal, 1991

Figura 2.5 – Indivíduos a viverem sós (em milhares), por sexo, Portugal, 1992-1999

Figura 2.6 – Agregados monoparentais, por tipo de composição (%), Portugal, 1992-1999

Figura 2.7 – Idades medianas à saída de casa dos pais, ao primeiro casamento legal e ao primeiro casamento legal ou de facto e ao nascimento do primeiro nado-vivo, segundo o grupo etário, por sexo, Portugal, 1997

Figura 2.8 – Idade média ao casamento, por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 2.9 – Idade média da mulher ao nascimento de um filho, Portugal, 1990-1999

Figura 2.10 – Taxa de viuvez, por escalão etário e sexo, e taxa de divorcialidade, por sexo, (por mil habitantes), Portugal, 1999

Figura 2.11 – Casamentos celebrados, segundo o estado civil dos cônjuges anterior ao casamento (%), por sexo, Portugal, 1999

Figura 2.12 – Casamentos de cônjuges viúvos e divorciados, segundo o grupo etário (%), por sexo, Portugal, 1990 e 1999

Figura 2.13 – Casamentos de cônjuges viúvos e divorciados, segundo o tempo decorrido após dissolução do último casamento (%), por sexo, Portugal, 1995 e 1999

Figura 2.14 – Casamentos celebrados em que existiam filhos anteriores ao casamento, pela indicação dos filhos comuns e não comuns (%), Portugal, 1995 e 1999

Figura 2.15 – Índice sintético de fecundidade, Portugal, 1990-1999

Figura 2.16 – Índice sintético de fecundidade, União Europeia, 1990 e 1999

Figura 2.17 – Padrões de fecundidade feminina e masculina (‰), Portugal, 1990 e 1999

Figura 2.18 – Indicação do elemento do agregado familiar, por participação em determinadas tarefas (%), Portugal, 1997

Figura 2.19 – Importância atribuída à conciliação da vida familiar e profissional, como motivo possível para não querer ter (mais) filhos (%), por sexo, Portugal, 1997

Figura 2.20 – Distribuição dos casais que conhecem os motivos porque não podem ter filhos, por tipo de anomalias (%), portugal, 1997

Figura 2.21 – Idade mediana à primeira relação sexual e à primeira contracepção, indivíduos que usaram contracepção na primeira relação sexual (%), por sexo, Portugal, 1997

CAPÍTULO III

Figura 3.1 – População que não sabe ler nem escrever ou sabe ler e escrever sem possuir grau de ensino e taxa de analfabetismo (%), por sexo, Portugal, 1991

Figura 3.2 – População segundo os níveis de instrução (%), por sexo, Portugal, 1999

Quadro 3.1 – População segundo os níveis de instrução, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999

Figura 3.3 – População que completou o ensino básico, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999

Figura 3.4 – População que completou o ensino secundário, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999

Figura 3.5 – População que completou o ensino superior, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999

Figura 3.6 – Alunos matriculados, segundo nível de ensino (%), por sexo, Continente, 1996/1997

Figura 3.7 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino básico (em milhares), por sexo, Continente, 1996/1997

Figura 3.8 – Taxa de participação no 1º ciclo, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997

Figura 3.9 – Taxa de participação no 2º e 3º ciclos do ensino básico, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997

Figura 3.10 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino secundário (em milhares), por sexo, Continente, 1996/1997

Figura 3.11 – Taxa de participação no ensino secundário, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997

Figura 3.12 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino superior (em milhares), por sexo, Portugal, 1996/1997

Figura 3.13 – Alunos matriculados por ramos de ensino superior (%), por sexo, Portugal, 1996/1997

Figura 3.14 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino superior, segundo a natureza do estabelecimento (em milhares), por sexo, Portugal, 1996/1997

Figura 3.15 – Taxa de participação no ensino superior, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997

Figura 3.16 – Diplomados pelo ensino superior, segundo o ramo de ensino (%), por sexo, União Europeia, 1996/1997

Figura 3.17 – Relação de masculinidade do pessoal docente do 1º ciclo do ensino básico, segundo o grupo etário, Continente, 1996/1997

Figura 3.18 – Relação de masculinidade do pessoal docente do 2º e 3º ciclos (ensino básico) e do secundário, segundo o grupo etário, Continente, 1996/1997

Figura 3.19 – População segundo os níveis de literacia (%), por sexo, Portugal, 1998

Figura 3.20 – Formandos segundo o escalão etário (%), por sexo, Portugal, 1996-1999

CAPÍTULO IV

Figura 4.1 – Taxa de actividade, por sexo, Portugal, 1992-1999

Figura 4.2 – Taxa de actividade, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999

Figura 4.3 – Taxa de actividade, por sexo, União Europeia, 1999

Figura 4.4 – Taxa de emprego, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999

Figura 4.5 – Situação na profissão dos empregados (%), por sexo, Portugal, 1999

Figura 4.6 – Níveis de instrução dos empregados (%), por sexo, Portugal, 1999

Figura 4.7 – Taxa de desemprego, por sexo, Portugal, 1992 - 1999

Figura 4.8 – Taxa de desemprego, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999

Figura 4.9 – Taxa de desemprego, por sexo, União Europeia, 1999

Figura 4.10 – Níveis de instrução da população desempregada (%), por sexo, Portugal, 1999

Figura 4.11 – Trabalhadores por conta de outrem com salário mínimo (%), por sexo, Continente, 1993-1998

Figura 4.12 – Trabalhadores com salário mínimo, por actividade económica (%) por sexo, Continente, Outubro 1998

Figura 4.13 – Actividade económica da população empregada (%), por sexo, Portugal, 1999

Figura 4.14 – Profissão principal da população empregada (%), por sexo, Portugal, 1999

Quadro 4.1 – Deputados nos Parlamentos Nacional e Europeu, por sexo, 1989-1999

Figura 4.15 – Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo, por sexo e actividade económica, Continente, Outubro 1998

Figura 4.16 – Remuneração média mensal base dos TCO a tempo completo, por actividade económica e sexo, Continente, Outubro 1998

Figura 4.17 – Remuneração média mensal base e ganho dos TCO a tempo completo, por sexo, Continente, 1993-1998

Figura 4.18 – População inactiva (%), por sexo e grupo etário, Portugal, 1999

Figura 4.19 – Frequência de realização de tarefas de trabalho doméstico (%), em indivíduos em idade activa, por grupos etários e total, segundo o sexo, Portugal, 1999

Figura 4.20 – Frequência de realização de tarefas nos cuidados à família (%), em indivíduos em idade activa, por grupos etários e total, segundo o sexo, Portugal, 1999

Figura 4.21 – Duração média diária das actividades (horas), nos dias de semana úteis, em indivíduos em idade activa, empregados e desempregados, por sexo, Portugal, 1999

CAPÍTULO V

Figura 5.1 – Apreciação sobre o estado de saúde, por sexo, Continente, 1998/1999

Figura 5.2 – Casos notificados de doenças de declaração obrigatória, por sexo, Portugal, 1999

Figura 5.3 – Casos de SIDA, por sexo e ano de diagnóstico, Portugal, 1990-1999

Figura 5.4 – Taxa de incidência de SIDA (casos por milhão de habitantes), por sexo, União Europeia, 1990 e 1999

Figura 5.5 – Taxa de mortalidade (por mil habitantes), por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 5.6 – Idades médias e medianas ao óbito, por sexo, Portugal, 1990-1999

Quadro 5.1 – Principais causas de morte, por sexo, Portugal, 1990 e 1999

Figura 5.7 – Óbitos pela causa de morte doenças do aparelho circulatório (25-30) (%), por sexo, Portugal, 1990 e 1999

Figura 5.8 – Causas de morte (%), por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 5.9 – Taxa de mortalidade (por cem mil habitantes), pela causa de morte tuberculose e os seus efeitos tardios (02 e 077), por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 5.10 – Taxa de mortalidade (por cem mil habitantes), pela causa de morte HIV/SIDA (57), por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 5.11 – Óbitos de indivíduos com 15 a 39 anos, por acidentes de trânsito de veículos a motor, segundo o sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 5.12 – Taxa de mortalidade (por cem mil habitantes), pela causa de morte suicídio e lesões auto-infligidas (E54), por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 5.13 – Taxa de mortalidade infantil (óbitos de menos de 1 ano por mil nados vivos), por sexo, Portugal, 1990-1999

Figura 5.14 – Esperança de vida à nascença (anos), por sexo, Portugal, 1990-1999

Quadro 5.2 – Esperança de vida (anos), por sexo, Portugal, 1990-1999

Quadro 5.3 – Número de sobreviventes (por 100 000 nados-vivos), por sexo, Portugal, 1990-1999

Quadro 5.4 – Esperança de vida sem incapacidade física de longa duração (anos), por sexo e tipo de incapacidade, segundo alguns grupos etários, Continente, 1995/1996

Quadro 5.5 – Esperança de vida passada sem incapacidade em alguns grupos etários (%), por sexo, Continente, 1995/1996

CAPÍTULO VI

Figura 6.1 – Hierarquização de problemas sociais, segundo a gravidade, por sexo, Portugal, 1994

Figura 6.2 – Vítimas pessoas singulares, por sexo, Portugal, 1993-1999

Figura 6.3 – Vítimas pessoas singulares, segundo o tipo de crime, por sexo, Portugal, 1993-1999

Figura 6.4 – Vítimas do sexo feminino, por alguns crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, Portugal, 1993-1999

Figura 6.5 – Vítimas, segundo alguns crimes mais violentos, por sexo, Portugal, 1993-1999
Figura 6.6 – Número de processos de apoio da APAV, por sexo, Portugal 1991-1999
Figura 6.7 – Hierarquização de alguns tipos de violência segundo a gravidade, por sexo, União Europeia, 1999
Figura 6.8 – Hierarquização de algumas causas de violência, por sexo, União Europeia, 1999
Figura 6.9 – Número de arguidos e condenados, por sexo, Portugal, 1990-1999
Figura 6.10 – Número de condenados, segundo os tipos de crime, por sexo, Portugal, 1995-1999
Figura 6.11 – Condenados por crimes respeitantes a estupefacientes e substâncias psicotrópicas, por sexo, Portugal, 1999
Figura 6.12 – Número de reclusos, por sexo, Portugal, 1990-1999
Figura 6.13 – Taxa de variação de reclusos segundo o tipo de crime, por sexo, Portugal, 1994/99
Figura 6.14 – Reclusos condenados segundo o tipo de crime, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999

CAPÍTULO VII

Quadro 7.1 – Índices de pobreza segundo o rendimento, por sexo, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Quadro 7.2 – Índices de pobreza segundo as condições de vida, por sexo, Portugal, 1989/90–1994/95
Quadro 7.3 – Índices de pobreza múltipla, por sexo, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.1 – Índices de pobreza segundo o rendimento, segundo as condições de vida e multipla por sexo, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.2 – População total e pobre segundo os tipos de pobreza (%), por sexo e grupos etários, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.3 – Taxa de pobreza segundo o rendimento, por sexo e grupo etário, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.4 – Taxa de pobreza segundo as condições de vida, por sexo e grupo etário, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.5 – Taxa de pobreza múltipla, por sexo e grupo etário, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.6 – Distribuição das freguesias segundo a tipologia de áreas urbanas, Portugal
Figura 7.7 – População total e pobre (%), segundo o tipo de pobreza, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Quadro 7.4 – Relação de masculinidade da população total, por tipo de pobreza e por tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.8 – Taxas de pobreza regionais segundo o rendimento e sua relação com a taxa de pobreza nacional, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90-1994/95
Figura 7.9 – Taxas de pobreza regionais segundo as condições de vida e sua relação com a taxa de pobreza nacional, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90-1994/95
Figura 7.10 – Taxas de pobreza múltipla regionais e sua relação com a taxa de pobreza nacional, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90-1994/95
Figura 7.11 – Idosos sós e idosos sós pobres (%), por sexo e tipo de pobreza, Portugal, 1989/90 – 1994/95
Figura 7.12 – Taxa de pobreza entre os idosos a viver sós, por sexo e tipo de pobreza, Portugal, 1989/90 – 1994/95

SIGLAS

UE(15)	União Europeia
B	Bélgica
DK	Dinamarca
D	Alemanha
EL	Grécia
E	Espanha
F	França
IRL	Irlanda
I	Itália
L	Luxemburgo
NL	Holanda
A	Áustria
P	Portugal
FIN	Finlândia
S	Suécia
UK	Reino Unido

INTRODUÇÃO

As mudanças demográficas são notáveis durante a segunda metade do século XX. Enquanto a esperança de vida continua a aumentar, embora com ritmos diferentes para homens e mulheres, o declínio da fecundidade prossegue. A família tradicional sofre profundas transformações, torna-se mais pequena e as relações entre género e gerações alteram-se.

As questões de género têm vindo a ganhar importância sobretudo nas últimas décadas, assistindo-se a alterações significativas ao nível da divisão dos papeis tradicionalmente desempenhados por homens e mulheres, nomeadamente nas sociedades ocidentais. Gradualmente observa-se a passagem de um modelo envolvendo a clássica repartição de tarefas entre homens e mulheres, para um modelo mais simétrico.

Com o ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho e os benefícios provenientes dos progressos da medicina, que lhes permitem controlar de modo seguro a fecundidade, a mulher passou a dispor de uma maior autonomia. As jovens passam a ter acesso a mais e melhor educação, o que facilita a entrada no mercado de trabalho e abre-lhes novas perspectivas de carreira profissional, equiparadas às dos homens.
Apesar de alguns avanços no sentido da construção de uma sociedade mais paritária, as situações desiguais persistem, nomeadamente, no acesso a determinadas funções e cargos, na progressão da carreira, nas diferenças salariais e na conciliação entre a vida familiar e profissional.

De acordo com a comunicação da Comissão Europeia sobre a abordagem integrada da igualdade no conjunto das políticas e das acções comunitárias, *um conhecimento correcto das condições de vida das mulheres e dos homens deve ser assegurado através de estatísticas, de inquéritos, de estudos e investigação, desagregados por sexo.* A importância dada às questões de género na Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, é reafirmada no ano seguinte na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim.

Para alcançar aquele objectivo, devem os institutos de estatística, os centros de estudos e investigação recolher, tratar e analisar dados ventilados por sexo e idade e desenvolver metodologias e indicadores, bem como elaborar estudos que analisem as questões de género e evidenciem os problemas ligados à vivência das mulheres e dos homens em sociedade.

Assim, no âmbito da avaliação da execução da Plataforma de Acção de Pequim, em 2000, o Instituto Nacional de Estatística agendou um estudo que procura caracterizar as recentes alterações em Portugal da situação das *mulheres e homens nos anos 90* nos domínios demográfico, económico e social. As questões em estudo pretendem interligar as diferentes áreas de informação disponível.

Apesar da disponibilidade de informação mais recente, concretamente os resultados provisórios dos Censos 2001 e as Estatísticas do Emprego para 2001, o período de referência de estudo cinge-se aos anos noventa. A análise comparativa com os países da União Europeia refere-se ao mesmo período. Os efectivos populacionais analisados no presente estudo, bem como os indicadores que se reportam à população, assentam nas *Novas Estimativas Intercensitárias de População Residente* aferidas para os resultados provisórios dos Censos 2001, recentemente divulgadas pelo INE.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Departamento de Estudos Censitários e da População
Serviço de Estudos sobre a População
Maio de 2002

ENQUADRAMENTO GERAL

"There can be no sustainable development when... development programmes are completely gender unfriendly; when decisions about changing the lives of people are taken without the participation of half of the very lives that have to be changed."

Thejiwe Mtinso, Presidente da Comissão para a Igualdade de Género, África do Sul, in UNIFEM, Annual Report 1997

A herança de muitos séculos de história de dominação masculina resultou no modelo de sociedade patriarcal, que coexistiu até ao século XX. Porém, este é também o século que ficou marcado pelos movimentos de emancipação das mulheres, numa primeira fase, e pela concretização de um plano de igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres, mais recentemente.

No último quarto de século desenvolveram-se os conceitos de *género* e *igualdade de género* e, nos últimos anos, estas questões foram trazidas para a esfera pública juntamente com o reconhecimento da importância da equidade no processo de desenvolvimento sustentável. É precisamente na década de noventa que a percepção da situação da mulher e dos direitos de igualdade e oportunidades de género inserida numa perspectiva de direitos humanos é abertamente assumida.

Se ao conceito de *género*, entendido como a construção social do masculino e do feminino, está associada a ideia das diferenças sociais de cada sexo, ao princípio da *igualdade de género*, correspondem a igual visibilidade e participação dos homens e das mulheres em todas as esferas da vida privada e pública. Assim, a saúde, os direitos reprodutivos, a educação, a formação e a independência económica são, entre outros, factores essenciais para alcançar essa igualdade.

Desde 1975, o conhecimento e a informação sobre o estatuto das mulheres conheceram um forte desenvolvimento com a celebração, naquele ano, do *Ano Internacional das Mulheres*, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

O Tratado de Amsterdão e as Conferências Internacionais sobre população constituem importantes pilares na promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

De facto, uma das missões atribuídas à União Europeia é promover a igualdade entre homens e mulheres, tendo o Tratado de Amsterdão, de 17 de Junho de 1997, reforçado o princípio da não discriminação, estritamente relacionado com a igualdade de oportunidades, com base no sexo. Nesse sentido, o IV Programa Comunitário de Acção a Médio Prazo 1996-2000 consagrou como objectivo *promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, na execução e acompanhamento de todas as políticas e acções da União Europeia e dos estados membros*.

As declarações das diversas Conferências Internacionais sobre população enunciam os princípios fundamentais que devem guiar as acções políticas e os programas de acção, identificam os problemas, delineiam as estratégias, traçam as linhas de mudança aprovadas e reflectem as novas preocupações.

O programa de acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994, tem um papel importante na passagem de uma abordagem exclusivamente assente na situação das mulheres para uma outra que inclua mulheres e homens, reconhecendo que ambos são protagonistas nas mudanças que se têm verificado na fecundidade e na família.

Na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres das Nações Unidas, em 1995, a estratégia de perspectiva integrada da igualdade de género, *gender mainstreaming,* foi apresentada, tendo sido ratificada na respectiva

Plataforma de Acção. Assim, os governos e demais actores devem promover uma política activa e visível de integração das questões de género em todos os programas, analisando as consequências daí resultantes para as mulheres e para os homens, respectivamente, antes de qualquer decisão.

O Conselho Europeu de Lisboa, de Março de 2000, convidou a Comissão e os estados membros a *fomentar todos os aspectos da igualdade de oportunidades nas políticas de emprego, incluindo a redução da segregação profissional e a ajuda à conciliação da vida profissional e familiar, definindo nomeadamente um novo padrão de referência em matéria de estruturas melhoradas de acolhimento de crianças; definiu metas quantitativas de elevada importância para a concretização da igualdade entre mulheres e homens na vida económica.* Neste contexto, a elevação da taxa média de emprego das mulheres para mais de 60% até 2010, surge como uma meta altamente relevante para concretizar a igualdade na vida económica.

Promover a Igualdade entre homens e mulheres

Datas decisivas:

1975 - Ano Internacional da Mulher.

1976-1985 - Década das Nações Unidas para a Mulher.

1979 - Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres, adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a entrar em vigor em 1981. Esta convenção estabeleceu o quadro internacional do que se entende por igualdade entre mulheres e homens.

1985 - Conferência Mundial para Rever e Avaliar os Progressos alcançados pela Década das Nações Unidas para as Mulheres, Igualdade, Desenvolvimento e Paz, Nairoibi.

1993 - Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, com a adopção da Declaração e do Programa de Acção, Viena.

1994 - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, com a adopção do Programa de Acção, Cairo.

1995 - Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, com a adopção do Programa de Acção, Pequim.

1999 - 21ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, avaliação do Programa de Acção do Cairo (Cairo +5) e adopção de um conjunto de acções para implementar o Programa de Acção do Cairo, Nova Iorque.

2000 - 22ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, avaliação da execução da Plataforma de Pequim (Pequim+5), Nova Iorque.

Os indicadores e os estudos constituem o melhor meio para diagnosticar e avaliar a situação em matéria de igualdade entre homens e mulheres, registar os progressos e detectar as desigualdades que persistem, base de partida para os processos de tomada de decisão. Pretende-se que o presente estudo alcance este objectivo.

Este estudo tem a seguinte estrutura: o primeiro capítulo apresenta as principais tendências demográficas, com particular enfoque no envelhecimento da população; no segundo capítulo analisam-se as estruturas familiares, a sua formação e dissolução, os principais traços dos padrões de fecundidade e dos comportamentos perante a sexualidade e contracepção; o terceiro capítulo descreve os níveis educacionais e de formação das mulheres e dos homens; o capítulo quarto aborda as questões ligadas à actividade económica, emprego e desemprego, ocupações e rendimentos, inactividade e os modos de ocupação do tempo; o quinto capítulo apresenta as diferenças entre mulheres e homens no campo da saúde e mortalidade, nomeadamente as referentes à morbilidade, mortalidade e longevidade; o sexto capítulo descreve as principais características nos domínios da vitimação e criminalidade; no sétimo capítulo aborda-se a temática da pobreza e das condições de vida, designadamente a sua distribuição em zonas rurais e urbanas e a sua incidência nas mulheres e homens. Segue-se um breve conjunto de conclusões gerais, e finalmente, um anexo técnico que integra conceitos e notas metodológicas.

CAPÍTULO I

POPULAÇÃO E ENVELHECIMENTO

1 – POPULAÇÃO E ENVELHECIMENTO

Portugal registou alterações demográficas significativas durante a década de noventa. O agravamento do fenómeno do envelhecimento, a continuação de baixos níveis de fecundidade e a inversão no sentido dos fluxos migratórios, influenciaram a estrutura da população, com consequências aos níveis económico e social. O conhecimento dos aspectos demográficos e a sua evolução revela-se, assim, fundamental em todos os domínios de análise.

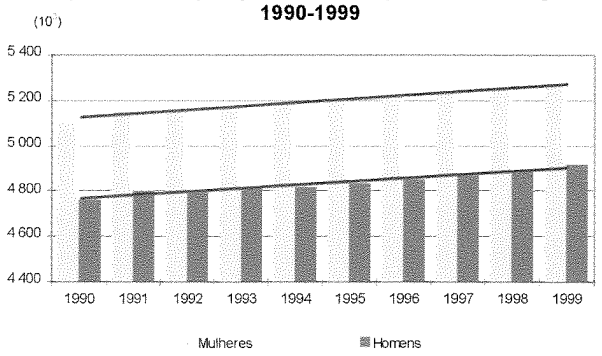
O fenómeno habitualmente designado por *transição demográfica*, explicado pela passagem de elevados níveis de natalidade e mortalidade para níveis baixos, entrou em Portugal em fase de conclusão nos últimos anos dos século XX. Se os anos oitenta são marcados pelo forte declínio da fecundidade, deixando a substituição das gerações de ser assegurada a partir de 1982, o aspecto mais marcante dos últimos anos é sem dúvida o *envelhecimento demográfico*, ou seja, o aumento da proporção de idosos no total da população, em detrimento da população jovem e, mais recentemente, da população em idade activa.

A questão do envelhecimento demográfico e o prolongamento da vida humana, lançam novos desafios e oportunidades para a sociedade. A criação de modos de vida alternativos ao modelo de ciclo de vida tradicional e de medidas que possibilitem a implementação do conceito de *envelhecimento activo* têm constituído as soluções unanimemente apontadas para fazer face à questão.

1.1 - POPULAÇÃO

A população residente em Portugal registou um crescimento contínuo no período de 1990 a 1999, embora nem sempre uniforme. Os efectivos populacionais passaram de 5 115 740 mulheres e de 4 761 740 homens, em 1990, para 5 278 786 e 4 919 447, respectivamente, em 1999. Esta evolução representou um crescimento de 3,2% durante a década, ligeiramente superior nos homens.

Figura 1.1 – População residente, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Crescimento mais forte na população masculina

A evolução das componentes demográficas da população residente em Portugal segundo o sexo, no período 1990 a 1999, processou-se por variações anuais bastante irregulares quer do saldo natural quer do saldo migratório.

As *taxas de crescimento efectivo anual*[1] registaram valores negativos no início da década em resultado de um saldo migratório negativo na ordem dos 55 mil indivíduos, para a população total, não compensado pelo saldo natural pouco superior aos 13,5 mil indivíduos.

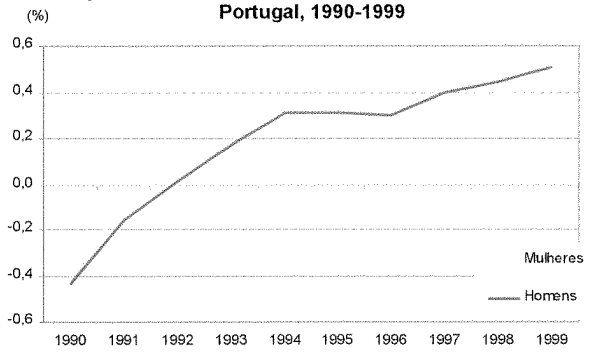
A partir de 1992, o acréscimo populacional passa a registar valores positivos, num ritmo bastante acentuado até 1994, diminuindo de intensidade nos dois anos seguintes. Este período caracteriza-se pela inversão da tendência nos fluxos migratórios, podendo afirmar-se que desde 1993, Portugal passou a ser um país de acolhimento abandonando uma tradição histórica de volumosos fluxos emigratórios.

O período entre 1997 e 1999 volta a caracterizar-se por ritmos de crescimento efectivo mais elevados, rondando os 0,4% de média anual em ambos os sexos, mantendo-se o crescimento migratório como a componente demográfica mais importante.

Em termos gerais, o crescimento efectivo revela-se ligeiramente superior para os homens, facto certamente associado à representatividade masculina nos movimentos migratórios de entrada.

[1] Taxa de crescimento efectivo anual: quociente entre o acréscimo populacional e a população média num ano.

Figura 1.2 – Taxa de crescimento efectivo, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

A análise das taxas de crescimento efectivo evidencia valores praticamente simétricos no início e no fim da década em análise, para ambos os sexos.

Mulheres estrangeiras a residirem em Portugal em número inferior ao de homens

Segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (Ministério da Administração Interna) em 1999 existiam em Portugal cerca de 81 mil mulheres e 110 mil homens de nacionalidade estrangeira com residência legalizada, representando, respectivamente, 42,4% e 57,6% do total de estrangeiros (190,9 mil).

De referir que o período em análise engloba os processos especiais de legalização de estrangeiros desencadeados pelo Estado Português em 1992 e 1996.

A proporção de estrangeiros aumentou de 1,1% do total da população residente em 1990 para 1,9% em 1999. A importância relativa é superior entre os homens: em 1999, a proporção de estrangeiros do sexo masculino era de 2,2% do total da população masculina enquanto a do sexo feminino representava 1,5%.

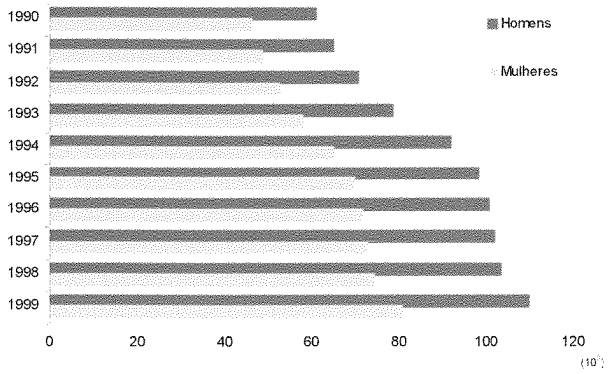
Ao longo do período em análise, o número de mulheres estrangeiras residentes em Portugal foi inferior ao dos homens, tendo estes aumentado também em maior proporção: 79,3% contra os 74,3% das mulheres.

A percentagem de mulheres estrangeiras diminuiu de 43,1% (1990) para 42,4% (1999) do total de estrangeiros residentes, registando-se a relação de masculinidade mais baixa em 1990 (132 homens em cada 100 mulheres). Entre 1994 e 1998 a superioridade numérica dos homens estrangeiros torna-se ainda mais evidente, com a importância relativa a rondar os 58-59%. Em 1999, as diferenças entre os sexos esbatem-se ligeiramente e a relação de masculinidade situa-se nos 136 homens por cada 100 mulheres.

[2] Países Africanos de Língua Portuguesa.

Esta evolução pode ser reveladora das características específicas dos movimentos migratórios, às quais estão inerentes os objectivos da população imigrante e os do país receptor dos próprios indivíduos. A entrada de população migrante nos últimos anos tem-se caracterizado pelo reforço de mão-de-obra em determinadas actividades económicas, sendo, assim, comum a entrada de efectivos masculinos em maior número, muitos porque ainda não constituíram família, outros, já a tendo constituído, tendem a viajar sós numa primeira fase e preparar as condições necessárias para a reunião familiar em fase posterior.

Figura 1.3 – População estrangeira residente, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: MAI, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

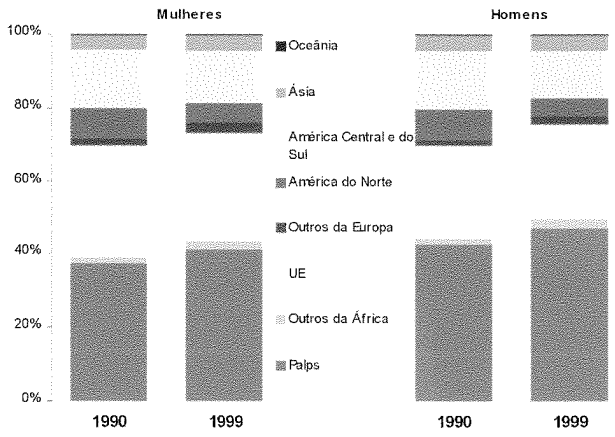
Quase um quarto das mulheres e homens estrangeiros são Cabo-verdianos

As regiões de origem da população estrangeira a residir em Portugal não sofreram grandes alterações desde o início da década: África continuou a ser o Continente mais importante, com destaque para os PALP[2], cujos imigrantes aumentaram mais de 90% em ambos os sexos, constituindo, em 1999, quase metade do total de estrangeiros (cerca de 47% do total de estrangeiros masculinos e 41% dos femininos).

Deste conjunto de países, os indivíduos oriundos de Cabo Verde detêm a maior importância relativa com 23,5% do total de mulheres estrangeiras e 22,2% dos estrangeiros masculinos, ou seja, praticamente um quarto dos indivíduos estrangeiros é de origem Cabo-verdiana. No entanto, os países com maior aumento de efectivos no período 1990/1999 foram Angola, cuja população masculina a residir em Portugal aumentou cinco vezes e a feminina duas, seguida da Guiné Bissau que mais que triplicou a sua população em ambos os sexos.

O segundo maior grupo de estrangeiros refere-se aos europeus, dos quais se destacam os dos países membros da União Europeia que constituíam, em 1999, 27,5% do total de estrangeiros. A proporção de mulheres (29,8%) é superior à dos homens (25,8%), contrariamente ao que se verifica entre os africanos.
A relação de masculinidade entre os africanos (total do Continente) a residir em Portugal é, aliás, bastante superior à dos europeus (total do Continente): em 1999, por cada 100 mulheres europeias existiam 117 homens com a mesma origem, o mesmo rácio aplicado aos africanos aumenta para 155 homens por cada 100 mulheres.
Finlândia e Itália foram os países membros da União Europeia com maior aumento de efectivos (143,1% e 109,0% nas mulheres e, 148,2% e 142,5% nos homens, respectivamente). Em termos de representatividade, o Reino Unido (7,6% das mulheres e 6,5% dos homens), a Espanha (6,7% e 5,2%, respectivamente) e a Alemanha (5,2% e 4,9%, respectivamente) são os que têm maior peso no total da população estrangeira residente.
De salientar que a população estrangeira oriunda da Europa de Leste quadruplicou no período em análise. Embora registando valores relativamente baixos em 1999 (cerca de 1% do total de estrangeiros), verifica-se uma tendência crescente de entrada de estrangeiros daquela região, sendo o acréscimo mais forte entre a população feminina.

Figura 1.4 – População estrangeira legalizada, por sexo e região de origem (%), Portugal, 1990 e 1999



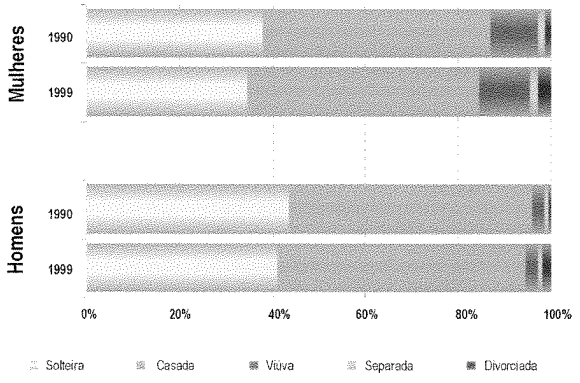
Fonte: MAI, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

De referir ainda que na América Central e do Sul, o Brasil era, em 1999, o país com maior número de estrangeiros a residir em Portugal com 12,0% do total de mulheres estrangeiras e 10,1% dos homens. O acréscimo da população brasileira no período, foi também mais acentuado entre as mulheres, com uma taxa de variação de 93,0% contra os 75,1% entre os homens.

Homens casados e solteiros em número superior ao das mulheres

Desagregando os dados populacionais por estado civil, em 1999 cerca de metade (49,9%) das mulheres residentes em Portugal eram casadas. As mulheres solteiras representavam 34,5%, as viúvas 11,1% e as divorciadas 2,9% da população feminina total.
No mesmo ano, os homens casados (53,6%) e solteiros (40,9%) eram em número superior ao das mulheres, ao invés do verificado para a situação de viuvez, evidenciando a sobremortalidade masculina nas idades mais avançadas, e para a situação de divórcio, traduzindo a maior facilidade na formação de nova família.
Entre 1990 e 1999, observam-se algumas tendências comuns a ambos os sexos: as proporções da população casada, viúva e divorciada subiram ligeiramente enquanto que a da população solteira diminuiu de forma mais acentuada em consequência da baixa de fecundidade que se regista em Portugal desde os anos 80. A população divorciada, em particular a feminina, apresenta as taxas de variação mais elevadas, com repercussões ao nível da estrutura familiar.

Figura 1.5 – População residente, por sexo e estado civil (%), Portugal, 1990 e 1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

1.2. - ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

O fenómeno do envelhecimento demográfico está bem representado nas pirâmides etárias e tem-se caracterizado em Portugal por um duplo envelhecimento: na base da pirâmide, realçado pelo estreitamento que traduz a redução dos efectivos populacionais jovens, em consequência dos baixos níveis de natalidade, que se acentuaram na década

de oitenta e que se mantiveram no período em estudo; e no topo, reflectido pelo alargamento do desenho da pirâmide com a estrutura da população em 1999, que corresponde ao acréscimo de efectivos populacionais idosos, resultante do aumento da esperança de vida.

Envelhecimento demográfico mais evidente na população feminina

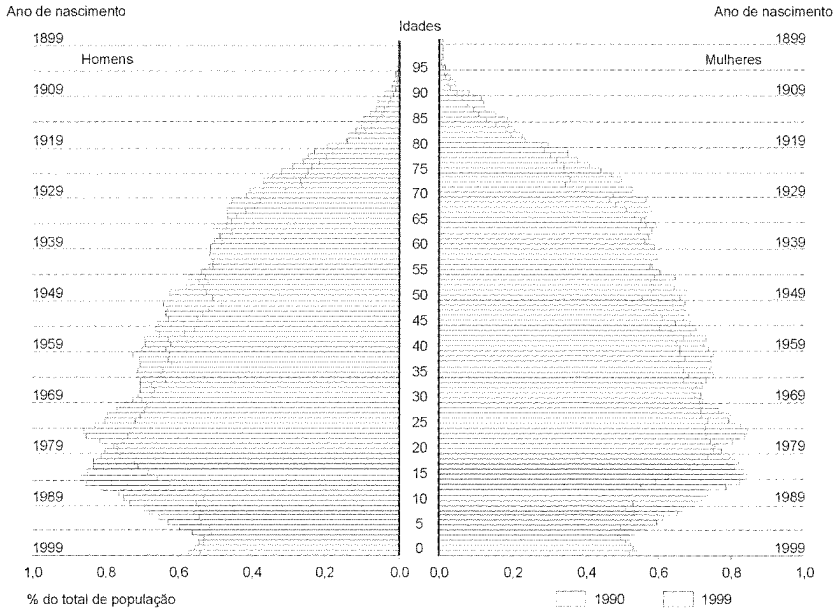
A análise da evolução da estrutura etária permite igualmente verificar que o envelhecimento é mais evidente nas mulheres. A maior longevidade das mulheres em consequência da sobremortalidade masculina explica o fenómeno que é transversal em todas as sociedades.

baixas, ou seja, na base da pirâmide, é mais acentuado para Portugal.

Quando comparado com a média dos países da União Europeia, Portugal regista um envelhecimento pela base mais acentuado, revelando níveis mais baixos de fecundidade que o conjunto da União, verificando-se o inverso no topo da pirâmide. Portugal detém, como se verá adiante, uma das mais baixas esperanças médias de vida de entre os 15 países membros.

As modificações ocorridas na estrutura etária das mulheres e dos homens na presente década fixaram, assim, uma nova distribuição dos grupos de idade.

Figura 1.6 – Pirâmide etária, Portugal, 1990 e 1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

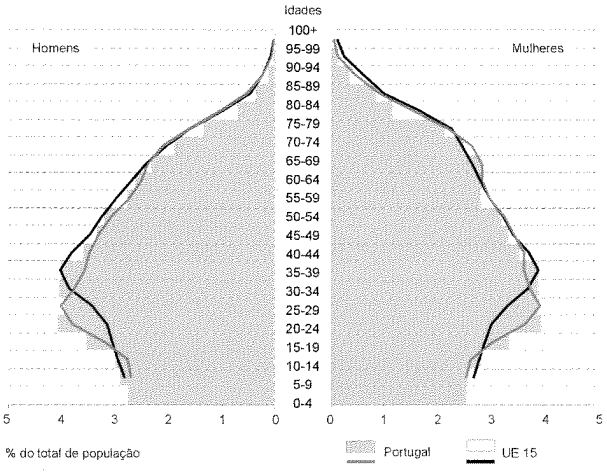
A ligeira recuperação das taxas de natalidade ocorrida na segunda metade dos anos noventa está bem patente nas idades baixas da pirâmide de 1999.

Verifica-se igualmente um acréscimo da proporção de indivíduos entre os 20 e os 50 anos, reflexo dos movimentos de entrada de imigrantes, mais fortes naquelas idades e entre os efectivos do sexo masculino.

Embora o fenómeno tenha começado um pouco mais tarde que na maioria dos países da Europa, a intensidade com que se tem processado aproximou dos países mais envelhecidos da União Europeia.

Esta ideia pode ser confirmada pelos valores muito próximos no topo da pirâmide comparativa entre Portugal e a média dos países membros da UE, salientando-se ainda que o "recorte" nas idades

Figura 1.7 – Pirâmide etária, Portugal e União Europeia, 1999



Fonte: Eurostat, New Cronos

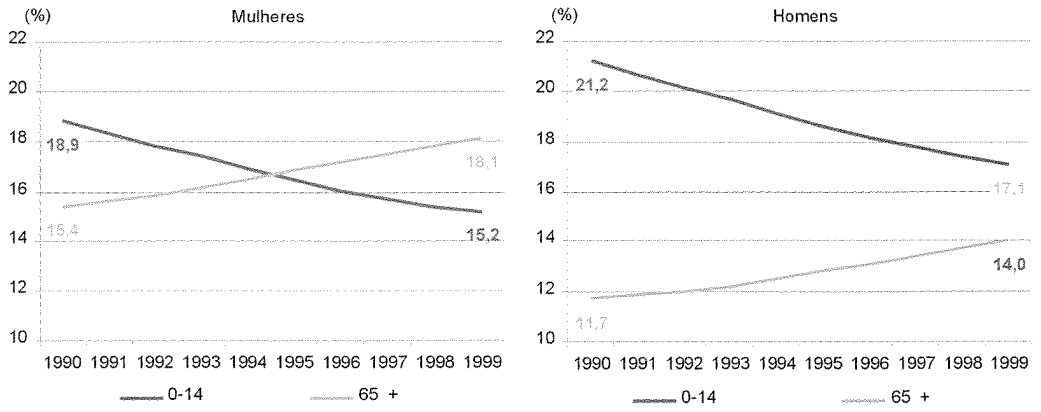
Ritmo de envelhecimento mais forte entre os homens

Entre 1990 e 1999, a proporção de mulheres com menos de 15 anos em relação à população total feminina, diminuiu de 18,9% para 15,2%, enquanto que a população feminina com 65 e mais anos aumentou dos 15,4% para os 18,1%. A esta evolução correspondeu uma diminuição de 17,0% nas jovens e a um acréscimo de 21,7% nas idosas, no período em análise .

Apesar do ritmo de crescimento da população idosa no período em estudo ter sido mais significativo entre os homens, a maior longevidade feminina fez com que desde 1995 o número de idosas tenha ultrapassado o de jovens do mesmo sexo, quer em valores relativos, quer em valores absolutos.

Embora este fenómeno se verifique, no período em análise, apenas entre a população feminina, a conjuntura demográfica actual aponta para que a curto prazo o mesmo aconteça entre os homens.

Figura 1.8 – População jovem e idosa (%), por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

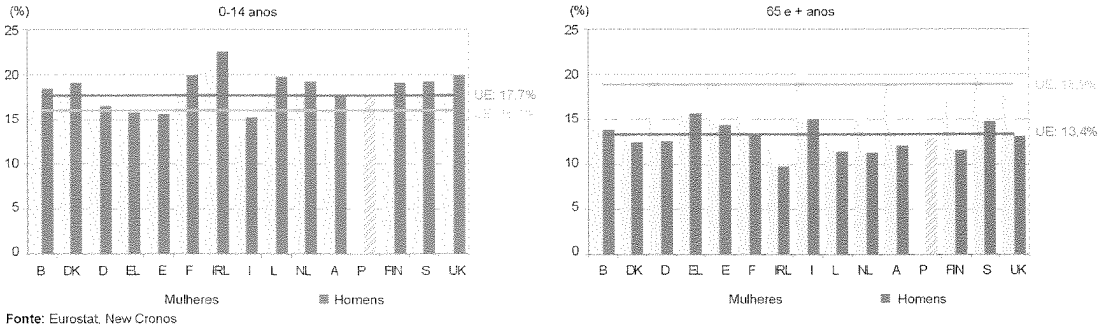
Comparativamente, o decréscimo do número de jovens do sexo masculino foi menos acentuado, enquanto o aumento do dos idosos foi mais forte que no caso das mulheres. Os efectivos dos 0-14 anos diminuíram cerca de 16,8% entre 1990 e 1999, passando de 21,2% para 17,1% do total da população masculina, e os idosos, aumentaram de 11,7% para 14,0%, no mesmo período, correspondendo a um acréscimo de 23,4%.

Os efeitos do envelhecimento começam a fazer-se sentir no grupo populacional em idade activa (15-64 anos). Embora se verifique um aumento da importância relativa neste grupo populacional: de 65,8% em 1990 para 66,7% em 1999, entre as mulheres, e de 67,1% para 68,9%, no caso dos homens, a evolução não é uniforme em todas as idades, observando-se um decréscimo da proporção entre os adultos jovens.

No contexto europeu, Portugal acompanha a tendência dos países do Sul (Itália, Espanha e Grécia) que, juntamente com a Alemanha registam proporções inferiores de população jovem (com menos de 15 anos), quer nos homens, quer nas mulheres, como resultado dos baixos níveis de fecundidade.

Itália, Suécia, Alemanha, Bélgica, Espanha registam proporções superiores à média da União Europeia de mulheres com 65 e mais anos. No que se refere à proporção da população idosa, Portugal situa-se abaixo dos níveis da média europeia, embora com valores bastante superiores aos dos países menos envelhecidos: Irlanda e Luxemburgo.

Figura 1.9 – População jovem e idosa (%), por sexo, União Europeia, 1999



Fonte: Eurostat, New Cronos

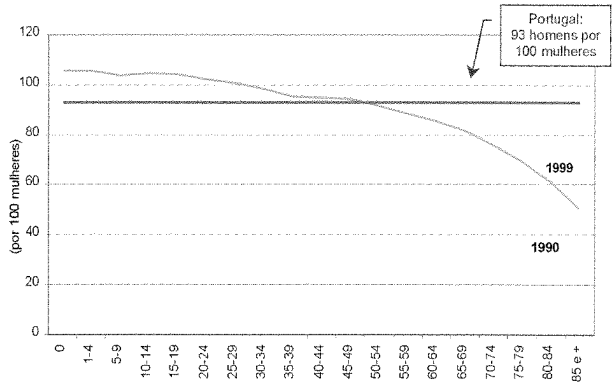
Relação de masculinidade aumenta entre 1990 e 1999

A análise das relações de masculinidade da população residente por grupos etários salienta o fenómeno da sobremortalidade masculina que se verifica sensivelmente a partir dos 25 anos e, consequentemente a sobrerepresentação de efectivos femininos, que atinge os valores máximos nas idades elevadas.

A *relação de masculinidade* global manteve-se perto dos 93 homens por cada 100 mulheres, entre 1990 e 1999, embora se tenha verificado um ligeiro aumento, na ordem das décimas, no último ano em análise. Este acréscimo faz retardar cerca de 6 anos a superioridade numérica das mulheres relativamente aos homens e é igualmente visível nas idades mais avançadas, sobretudo a partir dos 75 anos, reflectindo não só uma diminuição generalizada da sobremortalidade masculina, em consequência da ligeira recuperação em anos da esperança média de vida, como também o efeito dos fluxos migratórios de entrada.

De um modo geral, a relação de masculinidade à nascença regista valores mais elevados entre os efectivos masculinos, reflectindo de forma bem clara a superioridade de nascimentos do sexo masculino, mantendo-se até próximo dos 24 anos, em 1990, e, até aos 30 anos, em 1999. Neste mesmo ano, o rácio era de 83 homens por 100 mulheres aos 65 anos, baixando para os 54 aos 85 anos.

Figura 1.10 – Relação de masculinidade, por grupos etários, Portugal, 1990 e 1999



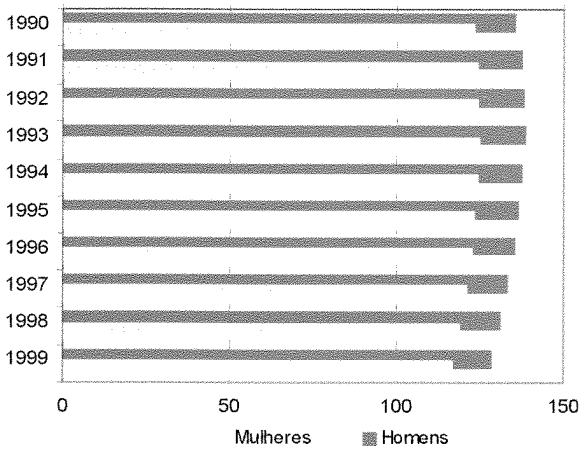
Fonte: INE, Estimativas de População Residente

A relação de masculinidade total da média dos países membros da União Europeia é mais elevada (96) que a de Portugal (93). A esperança média de vida mais elevada dos homens em alguns países da União Europeia e os fluxos migratórios, podem justificar a menor diferença entre os efectivos de ambos os sexos.

Menor volume potencial de mulheres a entrarem na vida activa que de homens

O *índice de juventude* da população feminina potencialmente activa, no período de 1990 a 1999, diminuiu de 123 para 117. Este indicador que relaciona a metade mais jovem da população em idade activa (15-39 anos) com a metade mais idosa (40-64 anos) registou um aumento até 1993, invertendo depois a tendência, em resultado do declínio da população no grupo etário mais jovem. O mesmo se verificou entre a população masculina, cujo índice se alterou dos 136 para os 129, embora a curva do *rácio* só tenha começado a declinar em 1994. Esta análise torna bastante evidentes os indícios de envelhecimento da população em idade activa.

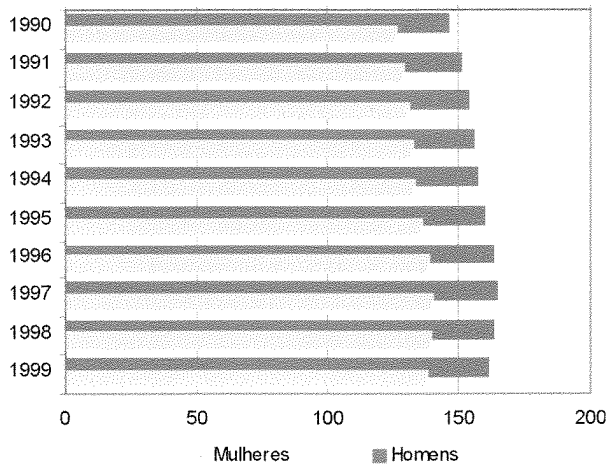
Figura 1.11 – Índice de Juventude da População Activa, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

O *índice de renovação da população activa* registou um aumento em ambos os sexos, embora a sua evolução não tenha sido regular. O rácio da população masculina aumentou de 147 indivíduos dos 20-29 anos em cada 100 dos 55 aos 64 anos em 1990 para 161 em 1999.

Figura 1.12 – Índice de Renovação da População Activa, por sexo, Portugal, 1990-1999

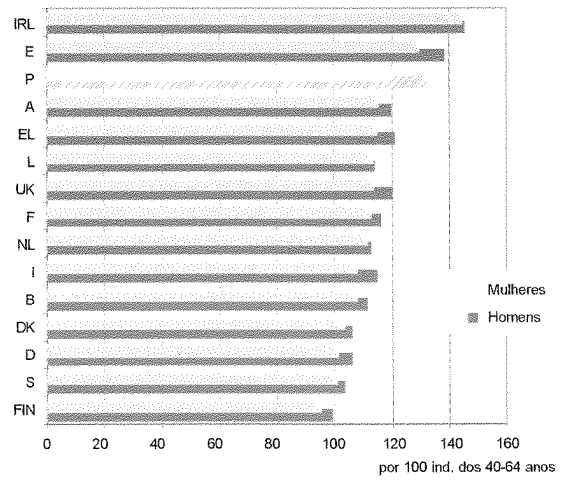


Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Entre as mulheres a relação é relativamente mais baixa, tendo-se observado também um ligeiro declínio no mesmo ano. Assim, em 1990 existiam 127 mulheres jovens (20-29 anos) que poderiam potencialmente substituir as dos 50-64 anos, passando para as 138 mulheres em 1999.

O *índice de renovação da população activa* pretende relacionar a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho com a que está a sair, ou seja, medir o grau de substituição de quem inicia uma vida activa por quem se está a reformar. Embora tradicionalmente o índice relacionasse o grupo dos 15-24 anos com o dos 55-64 anos, dadas as actuais tendências para o prolongamento dos estudos, e consequente retardamento do início da vida activa da população jovem adulta, o indicador adoptado neste estudo relaciona o número de indivíduos dos 20 aos 29 anos em cada 100 dos 55 aos 64 anos.

Figura 1.13 – Índice de Juventude da População Activa, por sexo, União Europeia 1999



Fonte: INE, New Cronos

O fenómeno demográfico de uma população masculina tendencialmente mais jovem que a feminina tem como consequência um menor volume potencial de mulheres disponíveis para entrar no mercado de trabalho. Esta característica é transversal a todos os países da União Europeia.

Em 1999, a Irlanda, Espanha e Portugal são, entre os 15, os que registam as proporções mais elevadas de mulheres e homens com idade para substituir a população na fase final da vida activa. No extremo oposto, a Finlândia regista já um índice inferior a 100, para ambos os sexos. Aliás, os rácios encontrados para a média da UE evidenciam uma baixa taxa de renovação da população potencialmente activa: 116 para os homens e 111 para as mulheres, em 1999.

O nível de dependência é superior nas mulheres

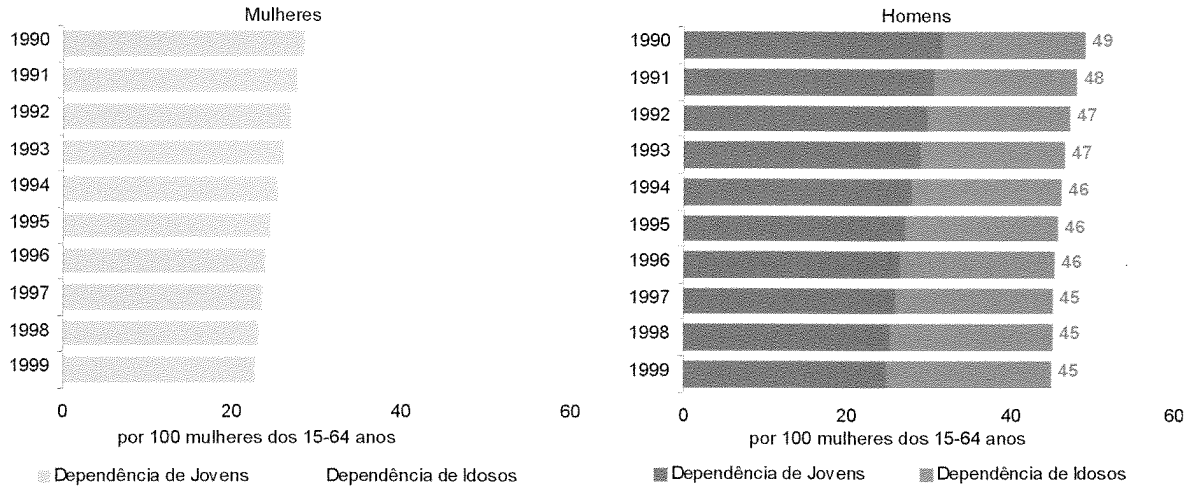
Em 1990, por cada 100 mulheres em idade activa existiam 29 jovens e 23 idosas; no último ano em análise o rácio diminuiu para 23 no caso das jovens e aumentou para 27 no das idosas, ou seja, em 1999, existiam cerca de 50 jovens e idosas em cada 100 mulheres potencialmente activas (ou em idade activa). Entre os homens, o *índice de dependência de jovens* desceu de 32 para 25, de 1990 para 1999, e o *índice de dependência de idosos* aumentou de 17 para 20 no mesmo período.

Pode concluir-se que o peso da *dependência total* é superior nas mulheres (50 contra 45 homens, em 1999) em cerca de 5 indivíduos, reflectindo mais uma vez a sobremortalidade masculina.

Por outro lado, verifica-se também que o declínio registado por este indicador (*índice de dependência total*) no período em análise e em ambos os sexos, é devido ao decréscimo da *dependência de jovens*, uma vez que o acréscimo verificado no rácio da *dependência de idosos* não foi suficiente para inverter a tendência.

O *índice de sustentabilidade potencial* que relaciona o número de pessoas em idade activa por cada idoso diminuiu de 5,7 para 4,9 homens em apenas 10 anos, ou seja, entre 1990 e 1999. O mesmo indicador passou de 4,3 para 3,7 no caso das mulheres. A evolução deste índice, que registou um declínio de cerca de 14% em ambos os sexos, ilustra bem as consequências do envelhecimento demográfico nos sistemas de protecção social.

Figura 1.14 – Índices de dependência de jovens e idosos, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

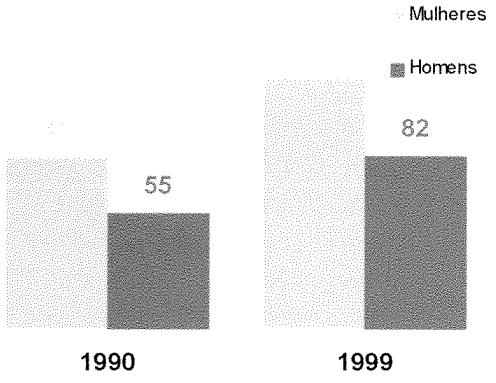
Entre 1990 e 1999 mais 38 idosas por cada 100 jovens

O *índice de envelhecimento* das mulheres, aumentou de 81 para 119, no período de 1990 a 1999; ou seja, por cada 100 mulheres jovens existiam, em 1999, cerca de 119 mulheres com 65 e mais anos.

O rácio não é tão acentuado nos homens que, no mesmo período, aumentaram de 55 para 82 idosos por cada 100 jovens.

As diferenças entre os sexos, devido à maior longevidade feminina, que se referiu anteriormente, atenuam-se à medida que se avança na idade.

Figura 1.15 – Índice de envelhecimento, por sexo, Portugal, 1990 e 1999

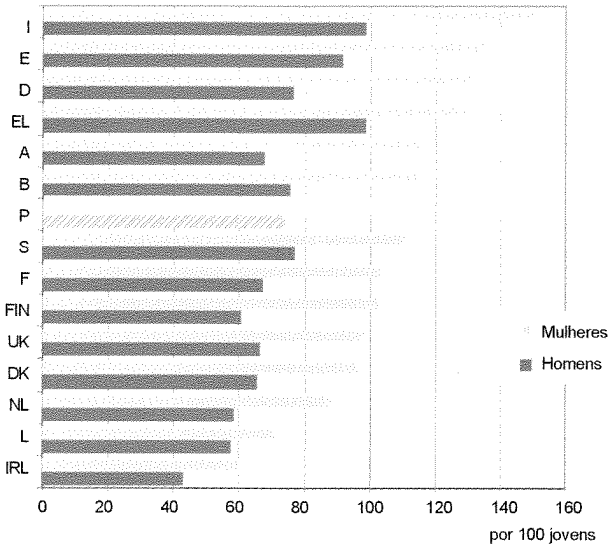


Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Em 1999, o *índice de envelhecimento* da União Europeia (15) situava-se nas 118 idosas em cada 100 jovens e em 76 idosos em cada 100 jovens do sexo masculino. Hierarquizando os índices dos países membros, verifica-se que Portugal está entre os 7 primeiros no que respeita ao rácio das mulheres e em nono no dos homens. Em ambos os sexos, Portugal situa-se abaixo da média dos 15.

Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca e Reino Unido registam índices de envelhecimento inferiores a 100 jovens, em ambos os sexos, em resultado de proporções de população jovem relativamente elevadas.

Figura 1.16 – Índice de envelhecimento, por sexo, União Europeia, 1999



Fonte: Eurostat, New Cronos

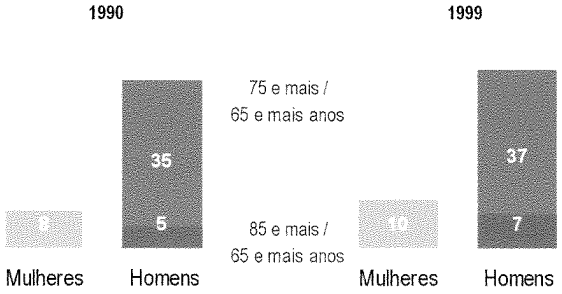
Embora nenhum dos 15 países membros observe índices de envelhecimento acima dos 100, Grécia e Itália aproximam-se bastante daquele nível com cerca de 99 idosos em cada 100 jovens.

Aumento do ritmo de crescimento dos muito idosos

Ao longo da década de 90, em simultâneo à desaceleração do ritmo de crescimento dos idosos, verificou-se um aumento do mesmo relativamente à população muito idosa, designadamente com 75 e com 85 e mais anos, ligeiramente mais acentuado entre a população masculina.

No período entre 1990 e 1999, a taxa média de crescimento anual das mulheres e dos homens com 65 e mais anos situou-se nos 2,0% e nos 2,1%, respectivamente, enquanto que a da população com 75 e mais anos se situou nos 2,2% para as mulheres e 2,7% para os homens e a dos indivíduos com 85 e mais anos se cifrou nos 4,4% e 6,3%, respectivamente.

Figura 1.17 – Índice de longevidade, por sexo, Portugal, 1990 e 1999



Fonte: INE. Estimativas de População Residente

Analisando os *índices de longevidade*, aos 75 e mais anos e aos 85 e mais anos, por cada 100 idosos (65 e mais anos), verifica-se que enquanto as mulheres passaram de 42 para 43 idosas com 75 e mais anos por cada 100 dos 65 e mais, a população masculina aumentou cerca de 2 efectivos nas mesmas idades.

Relativamente aos *muito idosos*, com 85 e mais anos, verifica-se igualmente um acréscimo mais acentuado entre os homens. Em cada 100 homens idosos existiam, em 1999, 7 muito idosos, sendo o *rácio* de 10 no sexo feminino. Luxemburgo constituiu, em 1999, o País da UE com a maior proporção de pessoas muito idosas: cerca de 1,8 mulheres com 85 ou mais anos em cada 10 idosas de 65 ou mais anos. Grécia, França e Suécia, registam a importância relativa mais elevada de homens com 85 e mais anos (0,9 em cada 10 com 65 e mais anos). Portugal é, ao contrário, o país da União Europeia com a menor proporção de idosos com 85 e mais anos no total da população idosa, em ambos os sexos. De referir ainda que Luxemburgo regista a maior diferença entre os sexos neste rácio e Grécia a menor.

As sociedades actuais deparam-se com uma situação paradoxal que exige rápidas soluções. Se por um lado, a conjuntura económica da envolvente do mercado de trabalho tende a pressionar os trabalhadores para a saída precoce da vida activa; por outro lado, a maior longevidade dos idosos, o facto de viverem com mais saúde e com níveis de instrução mais elevados, apontam para que estes permaneçam activos mais tempo.

O envelhecimento da população deve ser tomado como um grande desafio para a sociedade, não descurando as oportunidades que se prendem com as experiências e capacidades dos idosos e que podem surgir nos mais diversos domínios.

O conceito de *envelhecimento activo* teve origem na Organização Mundial de Saúde, em 1997, e tem por base o princípio de permitir aos idosos que permaneçam integrados e motivados na vida laboral e social.

Nesta perspectiva é necessário:

- *Adaptar* os postos de trabalho a uma mão-de-obra de idade mais avançada, modificando regras e práticas em matéria de emprego.
- *Assegurar* modalidades de trabalho mais adequadas a estes trabalhadores e mais flexíveis, incluindo a passagem gradual para a reforma
- *Eliminar* atitudes e práticas de discriminação de idosos
- *Melhorar* os ambientes de trabalho para tornar uma vida activa mais longa.
- *Utilizar* as potencialidades dos idosos.

Fontes:

Eurostat, New Cronos.

INE, Estimativas de População Residente, 1990-1999.

INE, Estatísticas Demográficas, 1990-1999.

Ministério da Administração Interna, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, *Stock* de Estrangeiros com residência legalizada em Portugal

CAPÍTULO II

FAMÍLIA E FECUNDIDADE

2 – FAMÍLIA E FECUNDIDADE

Entre os factores envolvidos nas alterações da dinâmica demográfica, com consequências ao nível da estrutura das populações, bem como das estruturas familiares, encontram-se as mudanças no comportamento perante a fecundidade.

2.1 - COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Mulheres e homens vivem sobretudo em famílias clássicas

Segundo o Recenseamento Geral da População realizado em 1991, existiam em Portugal 3 147 403 *famílias clássicas* e 2 400 *famílias institucionais*.
De acordo com os resultados daquele recenseamento, 99,4% das mulheres e homens viviam em *famílias clássicas* e apenas 0,6 % em *famílias institucionais*. A análise destes dados por sexo e grupo etário permite observar que, à medida que a idade aumenta, a proporção de indivíduos a viver em *famílias institucionais* também aumenta significativamente e com valores sempre mais elevados nas mulheres do que nos homens, o que se deve sobretudo à maior longevidade das mulheres. Assim, até ao grupo etário dos 70-74 anos aquela proporção é sempre inferior a 1,0%, em ambos os sexos, ainda que ligeiramente superior nas mulheres, atingindo os valores de 8,6% e 6,7%, respectivamente para as mulheres e homens com 85 e mais anos.
Nos restantes países da União Europeia[1], verifica-se igualmente uma elevada proporção de indivíduos a viver em *famílias clássicas*: 98,7% dos indivíduos da UE viviam em *famílias clássicas*, 1,2% em *famílias institucionais* e 0,1% em *outros tipos*. Irlanda (2,6%) e Itália (2,3%) são os países que apresentaram as percentagens mais elevadas de indivíduos em *famílias institucionais*.

Mulheres e homens vivem maioritariamente em casal e com filhos

Ainda segundo o Censo de 1991, do total de *famílias clássicas*, 13,8% eram *famílias unipessoais*, 22,6% *famílias compostas por dois adultos com crianças* e 37,6% *famílias com três ou mais adultos* (das quais 22,3% não tinham crianças). De destacar que, a maioria das *famílias clássicas* compostas por *dois adultos com crianças* tinham apenas uma só criança: 11,4% tinham uma criança, 8,9% duas crianças, 1,8% três crianças e apenas 0,6% quatro ou mais crianças.
Relativamente ao número de pessoas nas *famílias clássicas*, por sexos, pode observar-se que quer as mulheres quer os homens viviam sobretudo em *famílias com dois adultos com crianças* e em *famílias com três ou mais adultos*.

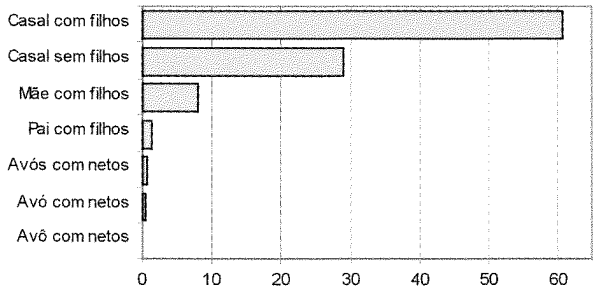
Quadro 2.1 – Famílias clássicas e pessoas residentes nestas, por sexo, segundo o tipo de família na base da estrutura etária dos seus membros e número de crianças, Portugal, 1991

Tipo de Família na Base da Estrutura Etária	Famílias	Pessoas nas Famílias Clássicas	
		Mulheres	Homens
1	2	3	4
Total	3 147 403	5 073 680	4 735 281
Famílias unipessoais	435 075	304 649	130 426
1 adulto masculino c/ 15-64 anos	77 635	-	77 635
1 adulto feminino c/ 15-64 anos	115 723	115 723	-
1 adulto masculino c/ 65 ou + anos	52 791	-	52 791
1 adulto feminino c/ 65 ou + anos	188 926	188 926	-
Famílias com 2 pessoas	815 376	894 791	759 975
1 adulto masculino c /1 ou + crianças	4 484	3 157	7 892
1 adulto feminino c/ 1 ou + crianças	40 114	71 275	30 886
2 adultos c/ 15-64 anos	394 802	412 905	376 699
2 adultos pelo menos um c/ 65 anos	375 976	407 454	344 498
Famílias com 3 ou + pessoas	1 895 989	3 873 547	3 844 380
2 adultos c/ crianças	712 614	1 297 535	1 299 955
c/ 1 criança	357 305	541 771	530 144
c/ 2 crianças	279 856	555 210	564 214
c/ 3 ou + crianças	75 453	200 554	205 597
3 ou + adultos	1 183 375	2 576 012	2 544 425
s/ crianças	703 282	1 297 479	1 290 927
c/ 1 criança	315 175	744 500	731 997
c/ 2 ou + crianças	164 918	534 033	521 501
Outros Casos	963	693	500

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação

A análise da constituição dos *núcleos familiares*, que realçam a relação de parentesco dentro de uma *família clássica*, em 1991, mostra que o tipo de núcleo com maior peso era o de *casal com filhos*, seguido do *casal sem filhos* (60,9% e 28,8% do total de núcleos, respectivamente).

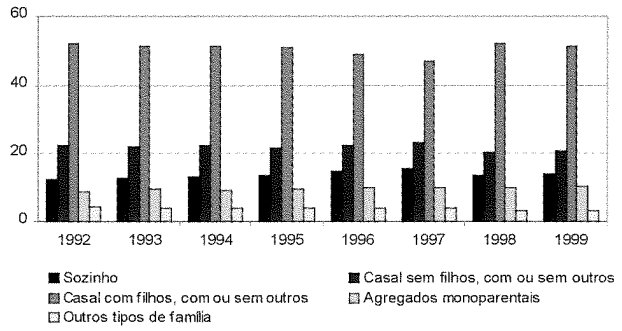
Figura 2.1 – Núcleos familiares, por tipo de núcleo (%), Portugal, 1991



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação

[1] Eurostat, Population, ménages et logements en Europe, Principaux résultats des recensements de 1990/1991, 1996.

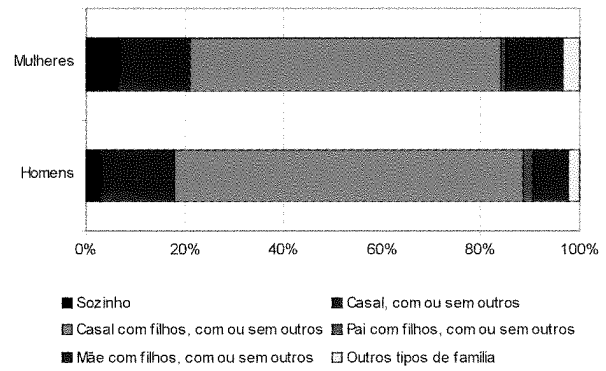
Figura 2.2 – Agregados familiares, segundo a forma de vivência familiar (%), Portugal, 1992-1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A observação da informação disponível mais recente através do Inquérito ao Emprego sobre as formas de vivência familiar da população, revela que, no ano de 1999, a maioria da população vivia *com cônjuge e com filhos*, o que vem confirmar as conclusões anteriores com base nos dados dos Censos 91.

Figura 2.3 – População segundo a forma de vivência familiar (%), por sexo, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A percentagem de mulheres que viviam *com cônjuge e com filhos* (com ou sem outros parentes) é inferior à dos homens: 63,2% das mulheres e 70,8% dos homens viviam segundo aquela forma de vivência familiar. O celibato feminino e a sobremortalidade masculina podem ser factores determinantes das diferentes formas de vivência familiar das mulheres e dos homens. Segundo o Eurostat[2], em 1990/1991, as famílias tradicionais ainda predominavam nos países da UE, ou seja, eram sobretudo constituídas por *casais com filhos* (54,2%), seguidas, em segundo lugar, dos *casais sem filhos* (34,2%). A Grécia (62,2%), Espanha (64,7%) e Irlanda (65,9%) são os países onde a percentagem de famílias tradicionais foi mais elevada; por oposição, a Dinamarca (38,7%) e Suécia (38,5%) apresentaram as menores percentagens, com valores bastante abaixo da média da Europa dos 15. Consequentemente, são os países com maior número de *casais sem filhos* (52,8% e 53,1%, respectivamente), com valores muito superiores à média europeia.

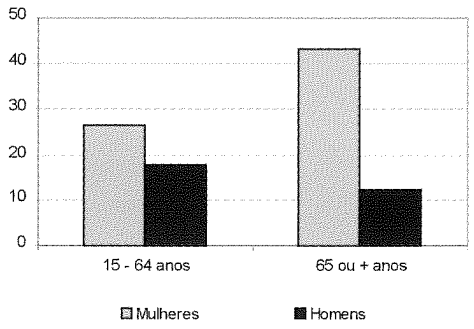
[2] Eurostat, Population, ménages et logements en Europe, Principaux résultats des recensements de 1990/1991, 1996

Famílias unipessoais são maioritariamente constituídas por mulheres idosas

De acordo com o Censo de 1991, do total de *famílias clássicas*, 13,8% eram *famílias unipessoais*, ou seja, famílias constituídas por uma só pessoa, o que correspondia a 435 075 [3] famílias.

A observação da subpopulação das *famílias unipessoais* por sexos, revela que a maioria destas famílias era composta por mulheres: 70,0% de mulheres e 30,0% de homens. Por outro lado, a análise por idades demonstra que do total de *famílias unipessoais* femininas eram maioritariamente as idosas (65 ou mais anos) que viviam desta forma enquanto que das *famílias unipessoais* masculinas eram sobretudo os homens com 15 a 64 anos que viviam sozinhos.

Figura 2.4 – Famílias unipessoais, segundo o escalão etário (%), por sexo, Portugal, 1991



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação

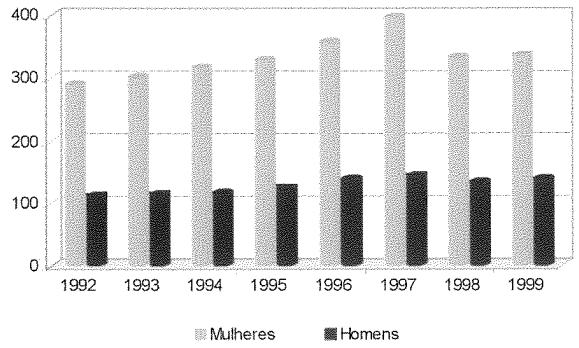
A análise da informação do Inquérito ao Emprego relativa ao número de *agregados domésticos privados constituídos por uma pessoa* [4], indica que, ao longo dos anos noventa, em Portugal, não se verificaram alterações significativas daqueles valores, apesar do peso deste tipo de agregados na população total ter subido ligeiramente. Em 1999, cerca de 14% dos

[3] Não inclui a rubrica "Outros casos".

[4] Trata-se de um indicador que não coincide exactamente com o conceito de *família unipessoal* analisado anteriormente através dos dados censitários. No Inquérito ao Emprego consideram-se *agregados domésticos privados constituídos por uma pessoa.*

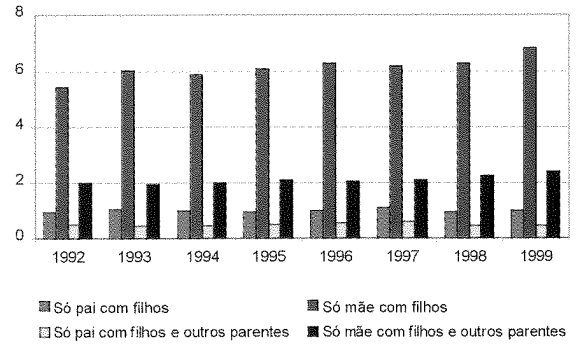
agregados familiares eram *constituídos por uma só pessoa*, o que correspondia a cerca de 477 000 indivíduos, dos quais a maioria eram mulheres (70,8% de mulheres e 29,2% de homens). É de salientar que, neste mesmo ano, apesar da maioria das mulheres e homens se encontrarem casados, o número de viúvas e divorciadas/separadas foi bastante superior ao de homens. A elevada taxa de viuvez feminina, para além do menor número de recasamentos das mulheres, pode estar na base daquela diferença entre os géneros.

Figura 2.5 – Indivíduos a viverem sós (em milhares), por sexo, Portugal, 1992-1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Figura 2.6 – Agregados monoparentais, por tipo de composição (%), Portugal, 1992-1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

De realçar que Portugal, juntamente com a Espanha (4,1%) e a Grécia (16,2%) são os países da União Europeia onde a percentagem de famílias unipessoais foi mais baixa[5]. Por outro lado, a Suécia (39,6%) e a Dinamarca (34,4%) apresentaram os valores mais elevados. A percentagem de mulheres a viver sós foi sempre superior à de homens, com maior incidência na Suécia (21,7%) e Alemanha (21,2%).

Famílias monoparentais são sobretudo compostas por mães com filhos

Segundo os Censos 91, cerca de 9% dos *núcleos familiares* eram compostos por *famílias monoparentais*, ou seja, *núcleos familiares* de mães ou pais (que não vivem em casal) e com filhos solteiros (de qualquer idade). Das cerca de 254 000 famílias deste tipo, 86,2% eram constituídas por *mãe com filhos* e apenas 13,8% diziam respeito a *pai com filhos*.

A análise da evolução do número de *famílias monoparentais*, para os anos de 1992 a 1999, de acordo com o Inquérito ao Emprego, vem confirmar a ideia que existe, de facto, um maior número de agregados compostos por *mães com filhos* do que de *pais com filhos*, bem como de *agregados simples*, isto é, sem outros parentes.

Em 1992, cerca de 9% dos *agregados domésticos privados* eram do tipo *monoparental*, sendo que 7,4% eram compostos por *mães com filhos* e 1,4% por *pais com filhos*. Em 1999, aquele valor foi superior uma vez que cerca de 11% dos agregados eram do tipo *monoparental*, referindo-se 9,2% a agregados constituídos por *mães com filhos* e 1,4% a *pais com filhos*.

As *famílias monoparentais* de *mães com filhos* têm vindo a aumentar ao longo do período em análise, quer no que se refere às do tipo *simples* (sem outros parentes), quer às *alargadas* (com outros parentes). Em 1992, a proporção de famílias compostas só por *mães com filhos* foi de 5,4% e as de *mães com filhos e outros parentes* de 2,0%, enquanto que, em 1999, ambas sofreram um ligeiro acréscimo, passando as percentagens para 6,8% e 2,4%, respectivamente.

No que respeita às *famílias monoparentais* de *pais com filhos*, denota-se uma ligeira quebra nos últimos dois anos em relação aos anteriores, apesar de ambas não apresentarem diferenças significativas entre si. Em 1992, apenas 0,9% e 0,5% das famílias eram constituídas só por *pais com filhos* ou por *pais com filhos e outros parentes*; em 1999, esses valores passaram para 1,0% no caso das *famílias simples* e mantiveram-se nas que incluem *outros parentes* (0,5%). A co-residência com outros parentes pode ser uma das formas de apoio familiar às *famílias monoparentais*.

A tendência para a atribuição da custódia dos filhos à mulher quer a seguir a um nascimento fora do casamento sem coabitação quer após uma separação ou divórcio, podem ser factores que justificam as diferenças entre os sexos.

[5] Eurostat, Population, ménages et logements en Europe, Principaux résultats des recensements de 1990/1991, 1996.

A Grécia (7,6%), Dinamarca e Suécia (ambos com 8,5%) e Portugal são os países que apresentaram as menores percentagens de famílias de tipo *monoparental*, mesmo abaixo do valor médio da UE (11,5%)[6]. A Irlanda (15,0%) e Bélgica (14,0%) são os países com percentagens mais elevadas de famílias daquele tipo. Nos 15 países da UE, a percentagem de *mães com uma ou mais crianças* foi sempre superior à *de pais com filhos*, situando-se a média em 9,6% para as *famílias monoparentais* femininas e 2,0% para as masculinas.

Famílias avoengas compostas sobretudo por avós (mulheres) com netos

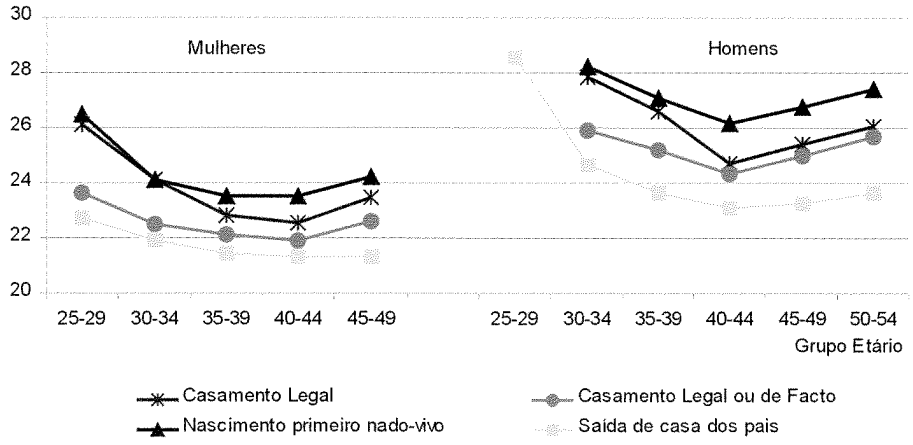
Em 1991, foram ainda consideradas na tipologia de *núcleos familiares* as *famílias avoengas*, ou seja, famílias compostas por avós com netos. Apesar deste tipo de núcleos ter uma expressão pouco significativa, é interessante verificar que, eram sobretudo as avós que viviam sozinhas com os netos: 0,6% do total de núcleos eram compostos *por avós com netos* (17 848 núcleos), 0,4% por *avós (mulheres) com netos* (11 643 núcleos) e 0,05% por *avôs com netos* (1 261 núcleos).

Mulheres e homens tendem a retardar o casamento legal

São diversos os indicadores que revelam alterações profundas nos padrões de nupcialidade e fecundidade.
Por um lado, a análise geracional, possível através do Inquérito à Fecundidade e Família (1997), aponta para um aumento gradual *das idades medianas* à saída da casa dos pais e ao primeiro casamento, nas gerações mais recentes.
A *idade mediana* das mulheres à saída de casa dos pais passou de 21,3 anos, no grupo etário dos 45-49 anos (à data da entrevista), para 22,7 anos, no grupo etário dos 25-29 anos; enquanto que a *idade mediana* ao primeiro casamento legal passou de 23,4 anos, nas mulheres dos 45-49 anos, para 26,1 anos, na faixa etária 25-29 anos e a *idade mediana* ao primeiro casamento legal ou de facto passou de 22,6 na faixa etária dos 45-49 anos, para 23,6 nos 25-29 anos.
Nos homens a *idade mediana* à saída da casa dos pais subiu de 23,6 anos no grupo etário dos 50-54 anos (à data da entrevista), para 28,5, no dos 25-29 anos; enquanto que a *idade mediana* ao primeiro casamento legal aumentou de 26,1 anos, no grupo dos 50-54 anos, para 27,9, no dos 30-34 anos e a *idade mediana* ao primeiro casamento legal ou de facto, o valor aumentou de 25,7 anos para 25,9 anos, nos grupos etários dos 50-54 e 30-34, respectivamente. Confirma-se a tendência para adiar a decisão de formar uma família própria para uma idade cada vez mais tardia, sobretudo no que respeita aos homens.

Para além do retardamento do primeiro casamento legal, verifica-se também que a diferença das *idades medianas* aumenta, para ambos os sexos, sendo sempre mais baixa nas mulheres. Por outro lado, embora não se possa apresentar a evolução das *idades medianas* à primeira coabitação (casamento de facto)[7], pode presumir-

Figura 2.7 – Idades medianas à saída de casa dos pais, ao primeiro casamento legal e ao primeiro casamento legal ou de facto e ao nascimento do primeiro nado-vivo, segundo o grupo etário, por sexo, Portugal, 1997



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

[6] Eurostat, Population, ménages et logements en Europe, Principaux résultats des recensements de 1990/1991, 1996.

[7] Uma vez que a percentagem de indivíduos cuja primeira ligação foi um casamento de facto, quer na amostra de homens quer na de mulheres, não atinge o valor de 50%, não é possível calcular a idade mediana a este acontecimento.

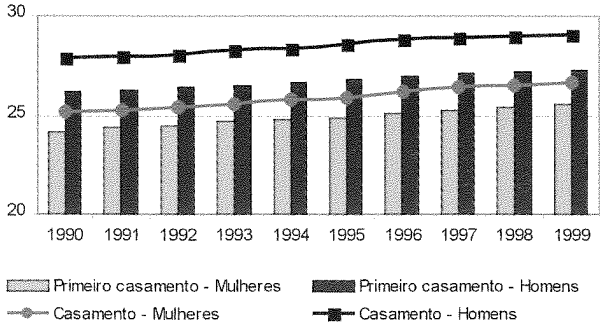
se que a *idade mediana* de entrada em coabitação será significativamente mais baixa do que a *idade mediana* ao primeiro casamento legal, dada a diferença entre as *idades medianas* consideradas. Ou seja, pode concluir-se que os jovens não estão a adiar a entrada na conjugalidade, mas sim a adiar a entrada no casamento legal.

Mulheres e homens adiam o nascimento dos filhos

Para além do declínio em termos de fecundidade total, verifica-se ainda uma alteração nos padrões da fecundidade, particularmente com o retardamento da idade ao nascimento do primeiro filho, o que pode ser comprovado pela *idade mediana* ao nascimento do primeiro nado-vivo. Este valor foi mais baixo nas mulheres do que nos homens e mais elevado nos grupos etários mais jovens. Quanto às mulheres, verifica-se que a *idade mediana* passou de 24,2 anos, no grupo etário dos 45-49 anos, para 26,5 anos, nos 25-29 anos. Nos homens, o valor aumentou de 27,4 anos, na classe etária dos 50-54 anos, para 28,2 anos, no grupo etário dos 30-34 anos. Para além do adiar do nascimento do primeiro filho, observa-se ainda que a diferença da mediana nos dois sexos tem aumentado, atingindo, nos grupos etários mais jovens comparáveis, quatro anos.

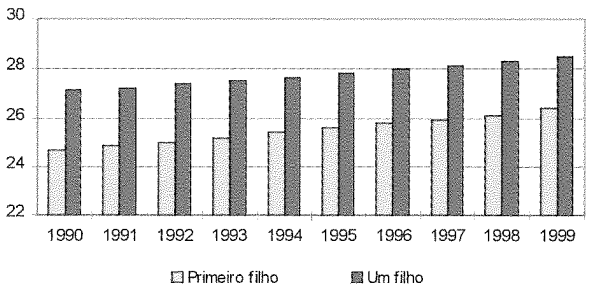
A análise da evolução das *idades médias* ao casamento e ao nascimento dos filhos no período de 1990 a 1999 confirma a tendência para o seu progressivo aumento. Naquele período, regista-se um avanço de cerca de um ano e meio na *idade média* da mulher ao casamento, passando de 24,2 para 25,6 anos, no caso dos primeiros casamentos, e de 25,2 para 26,7 anos no total dos casamentos. No que se refere aos homens, e no período em análise, a *idade média* ao primeiro casamento aumentou mais de um ano, passando de 26,2 anos para 27,3, e no total dos casamentos registou um aumento similar, de 27,9 para 29,1 anos.

Figura 2.8 – Idade média ao casamento, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

Figura 2.9 – Idade média da mulher ao nascimento de um filho, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

Idêntico aumento se constata nas *idades médias* da mulher ao nascimento dos filhos: de 24,7 anos em 1990 para 26,4 anos em 1999, relativamente ao primeiro filho, e de 27,1 anos para 28,5 anos, no total dos nascimentos. Portugal apresentou em 1999 uma *taxa de nupcialidade* de 6,9‰, sendo uma das mais elevadas entre os países da União Europeia (UE), situando-se a média desta em 5,1‰; valor acima do qual se encontravam também a Dinamarca (6,7‰), Grécia (5,9‰), Holanda (5,7‰), Alemanha e Espanha (5,2‰); enquanto que, a Suécia (4,0‰) e Bélgica (4,3‰) detinham, naquele ano, os valores mais baixos, segundo o Eurostat[8].

2.2 - DISSOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS: A VIUVEZ E O DIVÓRCIO

Um dos factores que contribui para a alteração da composição familiar da população é o fenómeno da dissolução familiar, quer pela morte do cônjuge, quer por divórcio.

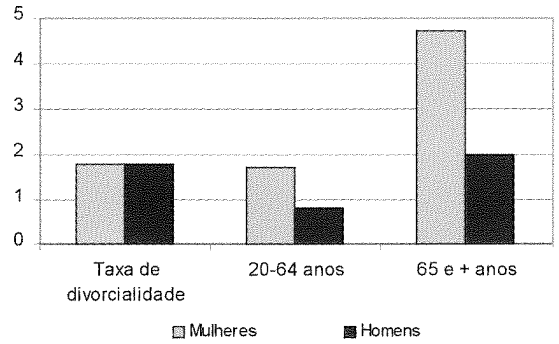
Taxa de viuvez é superior nas mulheres com 65 e mais anos

Em 1999, verificaram-se 47 177 dissoluções familiares por morte do cônjuge. Destas dissoluções resultaram 33 465 viúvas e 13 704 viúvos, a que correspondem as *taxas de viuvez* de 6,35 por mil mulheres e de 2,79 por mil homens.

A viuvez afecta sobretudo os indivíduos idosos e as mulheres. A população com 65 e mais anos apresentou de facto a maior *taxa de viuvez*: 3,42 viúvos idosos por mil habitantes; por cada mil mulheres, 4,73 eram viúvas e tinham 65 ou mais anos e por cada mil homens, 2,00 eram viúvos daquelas idades. Estes dados não revelam alterações significativas ao longo da década de 90.

[8] Eurostat, Statistiques Sociales Europeennes Démographie, 2001.

Figura 2.10 – Taxa de viuvez, por escalão etário e sexo, e taxa de divorcialidade, por sexo, (por mil habitantes), Portugal, 1999



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

Taxa de divorcialidade atinge o valor máximo em 1999

Em 1999, Portugal apresentou o valor mais alto da *taxa de divorcialidade* da década de 90 (1,8‰), verificando-se um aumento de 94,0% no número de divórcios naquele período.

No entanto, Portugal registou uma das *taxas de divorcialidade* mais baixas da UE[9], a par da Itália (0,6‰) e da Grécia (0,9‰); inversamente, a Finlândia e o Reino-Unido (ambos com 2,7‰) e a Bélgica (2,6‰) registaram as taxas mais elevadas.

2.3 - FORMAÇÃO DE NOVAS FAMÍLIAS

Algumas das formas de formação de novas famílias são o casamento e o recasamento de viúvos(as) e divorciados(as).

Recasamentos de homens superiores aos de mulheres

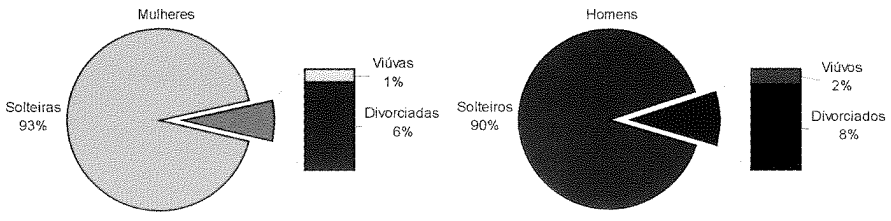
A maior parte dos casamentos celebrados, nos anos 90, foram casamentos de primeira ordem. Comparando o número de casamentos celebrados por número de casamentos anteriores, em 1990 e 1999, conclui-se que houve um ligeiro aumento no número de casamentos de segunda ordem ou ordem superior, em ambos os sexos. No entanto, verifica-se que os homens recasaram mais do que as mulheres. Algumas destas acabam por permanecer viúvas e divorciadas, não voltando a casar.

Em 1999, 90,6% dos homens nubentes e 92,9% das mulheres nubentes casaram pela primeira vez. Dos nubentes masculinos, 9,4% já tinham sido casados (1,5% eram viúvos e 7,8% divorciados) e das nubentes femininas, 7,1% também já tinham sido casadas pelo menos uma vez (menos de 1% eram viúvas e 6,1% divorciadas). Comparando os mesmos valores com 1990, verifica-se que estes não sofreram alterações significativas, apesar do peso dos recasamentos naquele ano ter sido inferior, em ambos os sexos, ou seja, observou-se uma maior proporção de casamentos de solteiros.

Homens recasam até idades mais tardias do que as mulheres

A análise do número de casamentos de indivíduos com estado civil anterior de viúvos e divorciados, para ambos os sexos, por idades, em 1999, revela que as mulheres recasaram em percentagem superior até aos 35-39 anos, enquanto que os homens passaram a recasar mais a partir daquelas idades. De facto, naquele ano, 20,4% das nubentes viúvas e divorciadas voltaram a casar aos 30-34 anos e 18,8% aos 35-39 anos, grupos etários onde a percentagem de recasamentos femininos foi mais elevada; nos homens, estas percentagens foram ligeiramente menores nestas idades, 14,9% e 16,2%, respectivamente. A partir daqueles grupos etários, o número de homens a recasar foi bastante superior ao de mulheres: 12,4% dos homens celebraram casamento aos 45-49 anos e

Figura 2.11 – Casamentos celebrados, segundo o estado civil dos cônjuges anterior ao casamento (%), por sexo, Portugal, 1999



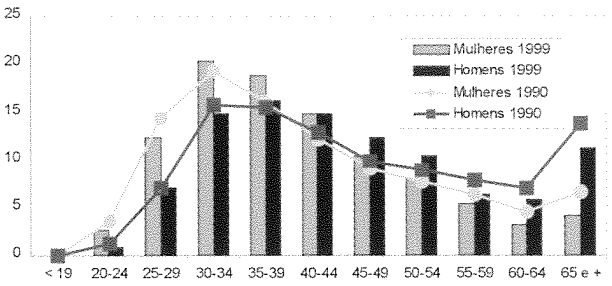
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

[9] Eurostat, Statistiques Sociales Europeennes Démographie, 2001.

10,4% aos 50-54 anos, enquanto que as percentagens de mulheres nessa situação atingiram 10,5% e 8,0%, respectivamente.

De salientar que, 11,3% dos recasamentos de homens (com estado civil anterior de viúvos e divorciados) efectuaram-se em idades superiores aos 64 anos, percentagem significativamente mais elevada à das mulheres naquela situação e com a mesma idade (4,1%). A formação de uma nova família na população idosa ainda é um fenómeno presente, apesar da dissolução familiar ser a característica mais marcante. Estas tendências podem ser encontradas também em 1990, não se salientando diferenças significativas.

Figura 2.12 – Casamentos de cônjuges viúvos e divorciados, segundo o grupo etário (%), por sexo, Portugal, 1990 e 1999



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

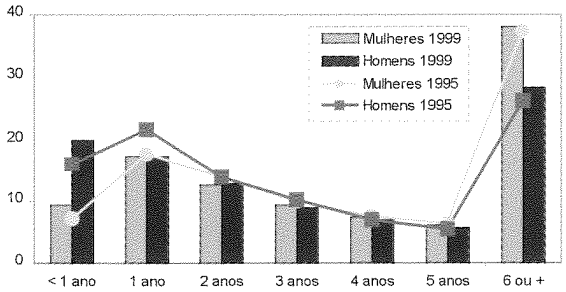
Homens tendem a voltar a casar em intervalo de tempo mais curto do que as mulheres

Para além dos homens revelarem uma tendência mais forte para voltarem a casar, o tempo decorrido entre a dissolução do casamento anterior e a celebração de um novo casamento tende a ser mais reduzido nos homens, tornando muitos a casar logo no primeiro ano após a dissolução anterior, enquanto que as mulheres tendem a recasar num intervalo de tempo superior ao dos homens.

Em 1999, cerca de 20% dos homens viúvos e divorciados que recasaram naquele ano, fizeram-no em período inferior a um ano sobre a dissolução anterior. Apenas 9,3% das mulheres em situação similar optaram por aquela decisão. Por outro lado, enquanto que 28,4% dos homens (com estado civil anterior de viúvos e divorciados) voltaram a casar passados seis ou mais anos, essa percentagem é de 38,1% no caso das mulheres.

Em 1995, ano mais recuado em que foi possível obter esta informação, observa-se uma tendência semelhante.

Figura 2.13 – Casamentos de cônjuges viúvos e divorciados, segundo o tempo decorrido após dissolução do último casamento (%), por sexo, Portugal, 1995 e 1999



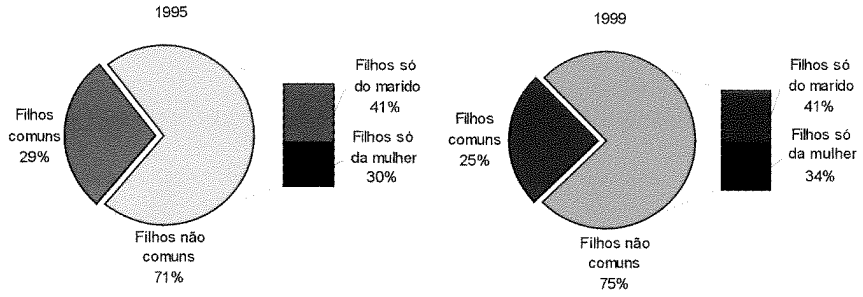
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Maior número de filhos não comuns anteriores ao casamento no caso dos homens

Em 14,7% dos casamentos celebrados no ano de 1999 existiam filhos anteriores ao casamento: em 5,1% dos casamentos realizados existiam filhos comuns anteriores ao casamento e em 9,7% existiam filhos não comuns. Estes valores indicam que alguns casais podem ter optado por viver em união de facto e ter filhos antes de formalizarem a sua relação pelo casamento legal. Esta ideia pode ser confirmada através dos valores dos casamentos celebrados tendo em conta a existência de residência comum anterior ao casamento. Embora a maioria dos nubentes não tivesse uma residência comum anteriormente à celebração do casamento, muitos admitiram já viver em coabitação: em 1999, 12,8% dos nubentes admitiram viver em coabitação antes de casarem. Em 1995, ano a partir do qual esta informação está disponível, essa percentagem é de 12,0%.

No ano de 1999, dos casamentos celebrados em que os nubentes já possuíam filhos, estes tinham em média 1,5 filhos comuns (5 053 filhos comuns) e dos casais com filhos não comuns a média é de 2,3 filhos (15 071 filhos não comuns). Por sua vez, dos casamentos em que os nubentes possuíam filhos não comuns, em média, 1,0 eram filhos da nubente e 1,2 filhos do nubente (8 224 filhos do marido e 6 847 filhos da mulher). Em 1995, podem encontrar-se médias semelhantes: 1,5 filhos comuns e 2,2 filhos não comuns, dos quais, 1,2 eram apenas do marido e 1,0 só da mulher. A proporção de filhos comuns diminuiu ligeiramente de 1995 para 1999.

Figura 2.14 – Casamentos celebrados em que existiam filhos anteriores ao casamento, pela indicação dos filhos comuns e não comuns (%), Portugal, 1995 e 1999



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

2.4 - PADRÕES DE FECUNDIDADE

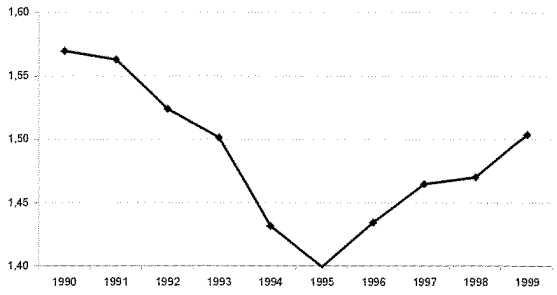
Durante o início da década de 90, em Portugal, o *Índice Sintético de Fecundidade* [10] (ISF) manteve a tendência de descida que se vinha verificando nas últimas décadas, registando-se em 1990 um valor de 1,57 crianças por mulher e atingindo o seu valor mais reduzido em 1995, com 1,40, ano a partir do qual se registou uma recuperação, atingindo em 1999 cerca de 1,50 crianças por mulher, valor ainda abaixo do registado no início da década.

A alteração dos valores do ISF entre 1990 e 1999 em Portugal é muito semelhante à do conjunto EU15, de acordo com os dados publicados pelo Eurostat[11].

Em alguns países registou-se uma queda daquele índice mais acentuada, como é o caso da Suécia que em 1990 apresentava um valor de 2,13 e em 1999 tinha descido para 1,50. Os países que apresentaram os valores mais reduzidos, em 1999, foram a Itália (1,19), Espanha (1,20) e Grécia (1,30). Os valores mais elevados registaram-se na Irlanda (1,89), seguidos pela França, Dinamarca, Finlândia e Luxemburgo, com valores que oscilaram entre os 1,73 e os 1,79.

Em 1999, nenhum dos países da EU15 assegurava a substituição das gerações.

Figura 2.15 – Índice Sintético de Fecundidade, Portugal, 1990-1999

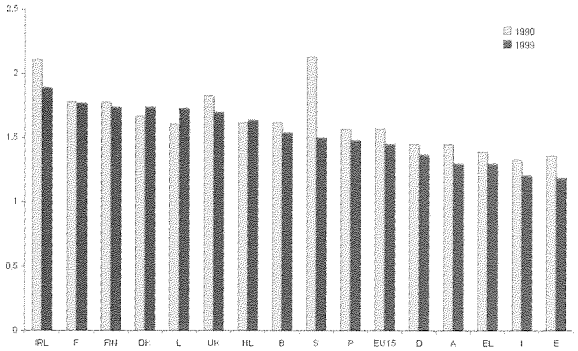


Fonte: INE, Estimativas de População Residente

[10] Número médio de crianças nascidas vivas por mulher, submetida durante o período de procriar (15-49 anos) às taxas de fecundidade observadas no momento (ano de observação). É a soma das taxas de fecundidade por idades. O nível mínimo necessário para a substituição das gerações é considerado o de 2,1 crianças por mulher.

[11] Eurostat, Statistiques Sociales Européennes, Démographie, 2001.

Figura 2.16 – Índice Sintético de Fecundidade, União Europeia, 1990 e 1999



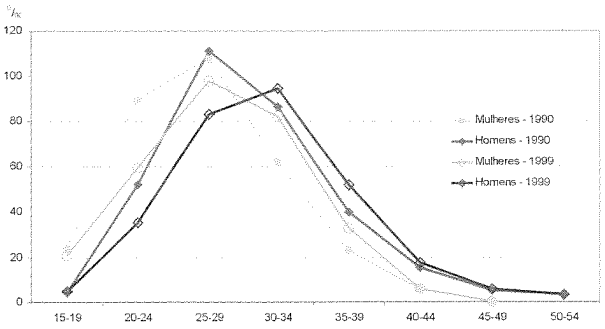
Fonte: Eurostat, Statistiques Sociales Européennes, Démographie, 2001

Estas alterações da fecundidade são também visíveis na evolução das *taxas de fecundidade*. De um modo geral, a *taxa de fecundidade* feminina (número de nados vivos por 1000 mulheres em idade fecunda, isto é, 15-49 anos), em Portugal, durante a década de 90, apresentou uma primeira tendência de redução até 1995, passando de 46,9 em 1990 para 41,5 em 1995, ano a partir do qual se registou um ligeiro aumento, atingindo em 1999 os 44,5 (valor ainda inferior ao observado no início da década).

Padrões de fecundidade masculina e feminina com desfasamento de cerca de 5 anos

De acordo com a análise das curvas que sintetizam os padrões de fecundidade feminina e masculina em 1990 e 1999, observou-se uma certa similitude entre ambas. É ainda possível verificar algumas alterações, registando-se, de uma forma geral, uma descida nos valores, em simultâneo com uma tendência para o adiamento da parentalidade para idades mais tardias, adiamento mais acentuado no caso dos homens, originando um desfasamento de cerca de cinco anos entre as mulheres e os homens.

Figura 2.17 – Padrões de Fecundidade Feminina e Masculina (‰), Portugal, 1990 e 1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Fecundidade precoce mais acentuada nas mulheres do que nos homens

A entrada na parentalidade precoce, isto é, em idades abaixo dos 20 anos, é mais significativa nas mulheres do que nos homens.

A *taxa de fecundidade* nas adolescentes femininas manteve, durante a década de 90, valores semelhantes e considerados muito elevados, atingindo em 1999 os 21,0‰. Nos homens, os valores, bastante mais reduzidos, praticamente não se alteraram, rondando os 4,8‰.

Mulheres têm filhos sobretudo entre os 25 e os 29 anos

Em 1990, o pico de nascimentos observou-se no grupo etário dos 25-29 anos de idade, em ambos os sexos, mantendo-se esta relação de valores em 1999 apenas no caso das mulheres. Este intervalo etário manteve-se assim como o mais *escolhido* pelas mulheres para terem filhos, embora a diminuição das taxas que passaram de 108,0‰ em 1990 para 98,3‰ em 1999, isto é, as mulheres deste grupo etário passaram a ter menos filhos.

Uma das alterações de 1990 para 1999 foi a permuta de valores de segunda ordem da *taxa de fecundidade* nas mulheres do grupo etário dos 20-24 anos com o grupo etário dos 30-34 anos. Isto é, observou-se uma quebra acentuada da fecundidade nas mulheres do grupo etário dos 20-24 anos, que passou de 89,8‰ em 1990 para 59,7‰ em 1999, por oposição ao que se verificou no grupo etário dos 30-34 anos, que subiu de 62,4‰ em 1990 para 82,4‰ em 1999.

Deste modo, se no início da década de 90 as mulheres tinham filhos sobretudo entre os 20 e os 29 anos, a partir de meados desta mesma década a maior incidência observou-se entre os 25 e os 34 anos de idade. Registe-se que este aumento na taxa específica de fecundidade se verificou também no grupo etário dos 35-39, que passou de 23,5‰ em 1990 para 33,1‰ em 1999.

Homens entram na parentalidade mais tarde do que as mulheres

O pico dos nascimentos, em 1999, no caso dos homens, verificou-se no grupo etário dos 30-34 anos (com um valor idêntico ao de 1990), a par com uma curva de menor amplitude nos grupo etários abaixo dos 30 anos, indiciando um adiamento da fecundidade mais acentuado no caso dos homens. Simultaneamente, a amplitude da curva que representa a fecundidade masculina entre os 35 e os 44 anos ultrapassa a verificada em 1990.

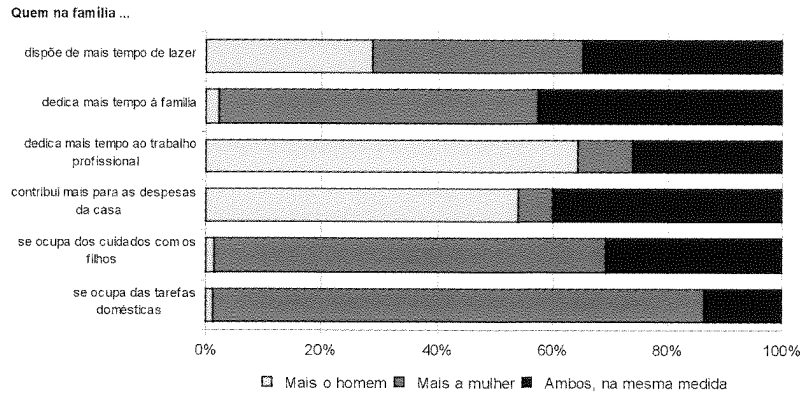
As taxas específicas de fecundidade tardia foram mais significativas no caso dos homens do que no caso das mulheres, tanto em 1990 como em 1999. Em idades superiores aos 40 anos, os valores foram inexpressivos no caso das mulheres, contrariamente ao que aconteceu no caso dos homens.

Estas alterações observadas nos padrões de fecundidade são coincidentes com a ideia global do adiamento do nascimento dos filhos. Consequência, por um lado, de factores como o aumento da escolarização das jovens, duma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho com particular enfoque no ingresso em carreiras profissionais cada vez mais exigentes e da crescente dificuldade de conciliação de vida familiar e profissional, e, por outro lado, da maior acessibilidade no recurso aos métodos de contracepção e a um efectivo planeamento familiar.

São sobretudo as mulheres que se ocupam das tarefas domésticas e do cuidado com os filhos

Considerando os valores obtidos no Inquérito à Fecundidade e Família (IFF) (para a amostra total de mulheres e homens), existem papéis que continuam a ser associados a apenas um dos sexos. São principalmente as mulheres que se ocupam das tarefas domésticas, dos cuidados com os filhos e dedicam mais tempo à família. Por oposição, os homens surgem como os que na família mais tempo dedicam ao trabalho profissional e mais contribuem para as despesas domésticas.

Figura 2.18 – Indicação do elemento do agregado familiar, por participação em determinadas tarefas (%), Portugal, 1997

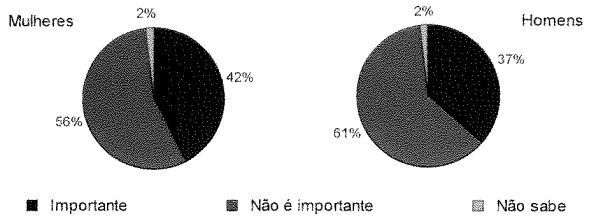


Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

Decisão de ter (mais) filhos influenciada pela dificuldade de conciliação trabalho e família

São sobretudo as mulheres que consideram que a dificuldade de conciliar a vida profissional e familiar é uma razão importante para não quererem ter filhos ou mais filhos.

Figura 2.19 – Importância atribuída à conciliação da vida familiar e profissional, como motivo possível para não querer ter (mais) filhos (%), por sexo, Portugal, 1997



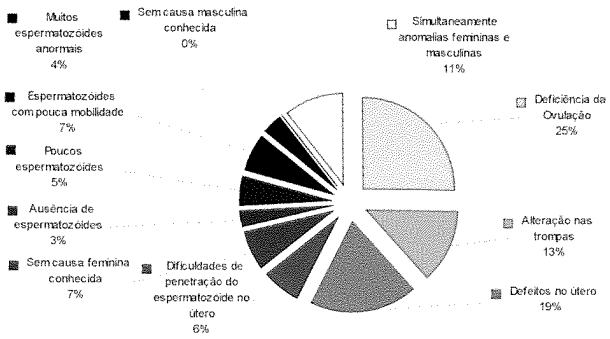
Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

Cerca de 4% dos casais tentaram ter filhos sem êxito

Há ainda que considerar outros factores que de alguma forma possam estar associados ao declínio da fecundidade, como, por exemplo, os problemas da infertilidade.

Segundo os dados do IFF, em 1997, cerca de 4% dos casais inquiridos já havia tentado ter filhos, sem êxito, durante mais de um ano (percentagem inferior à de casais inférteis). Destes, a grande maioria já havia consultado o médico, recorrendo sobretudo a especialistas. Entre os casais que conheciam os motivos porque não podiam ter filhos, cerca de 71% apontam anomalias exclusivamente femininas, com particular incidência nas deficiências de ovulação (25%), defeitos do útero (19%) e situações que não estão claramente identificadas (7%). Ainda cerca de 19% referem anomalias exclusivamente masculinas e cerca de 11% simultaneamente anomalias femininas e masculinas.

Figura 2.20 – Distribuição dos casais que conhecem os motivos porque não podem ter filhos, por tipo de anomalias (%), Portugal, 1997



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

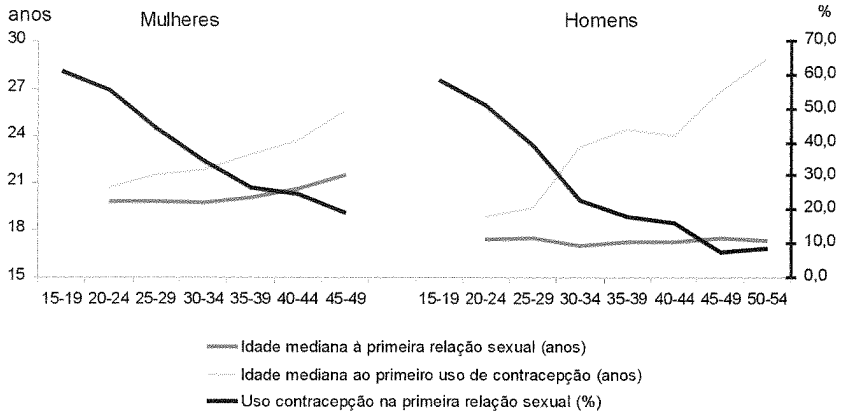
2.5 - SEXUALIDADE E CONTRACEPÇÃO

A alteração das atitudes e comportamentos não é apenas perceptível face à formação familiar e à fecundidade mas também nos padrões de comportamento face à sexualidade e à saúde reprodutiva.

A idade à primeira relação sexual diminui, assim como a idade ao primeiro uso de contracepção

Tradicionalmente, os homens têm a sua primeira relação sexual mais cedo do que as mulheres. De acordo com os dados do IFF, a idade à primeira relação sexual não apresenta alterações de valores significativas ao longo das várias gerações, tendo apenas sofrido um pequeno decréscimo no caso das mulheres: a *idade mediana* à primeira relação sexual para as mulheres com 45-49 anos foi de 21,5 anos, contrastando com os 19,8 para

Figura 2.21 – Idade mediana à Primeira Relação Sexual e à Primeira Contracepção, Indivíduos que usaram Contracepção na Primeira Relação Sexual (%), por sexo, Portugal, 1997



Fonte: INE, Inquérito à Fecundidade e Família

as do grupo etário dos 20-24 anos. Nos homens, a *idade mediana* à primeira relação sexual tem um comportamento estável ao longo das várias gerações: 17,3 anos para os que tinham 50-54 anos, e 17,4 anos para os do grupo etário dos 20-24 anos. Em ambos os sexos, nas gerações mais recentes analisadas, os valores denotam estabilização ou mesmo ligeiro aumento.

O primeiro recurso a métodos contraceptivos, no caso das mulheres dos grupos etários mais elevados, aconteceu por volta dos 26 anos (*idade mediana*), enquanto que nas gerações mais recentes tal acontece cerca dos 21 anos. Nos homens este recuo é ainda mais notório, tendo decrescido de cerca de 29 anos para 19 anos, entre os grupos etários mais elevados e os grupos etários mais jovens.

Cerca de 40% dos jovens dos 15-19 anos não usaram contraceptivos na sua primeira relação sexual

Considerando a totalidade da amostra, pode concluir-se que a maioria das mulheres e dos homens não usaram nenhum método contraceptivo quando tiveram a sua primeira relação sexual: 65% das mulheres e 73% dos homens.

A observação por gerações revela contudo uma mudança nos comportamentos, já que nas gerações mais jovens, os métodos contraceptivos foram utilizados por cerca de 61% das mulheres e 59% dos homens, com idades entre os 15-19 anos, logo na primeira relação sexual, por oposição ao que aconteceu com as gerações mais elevadas, em que apenas cerca de 19% das mulheres e 7% dos homens, do grupo etário dos 45-49 anos, o fizeram. Apesar destas mudanças, verifica-se que cerca de 40% dos jovens de ambos os sexos, com idades entre os 15-19 anos, não recorreram ao uso de contraceptivos na sua primeira relação sexual.

Assim, apesar do recuo da *idade mediana* à primeira contracepção, regista-se um desfasamento entre esta e a *idade mediana* à primeira relação sexual, o que, conjuntamente com a elevada percentagem de jovens que não recorre a nenhum método contraceptivo logo à primeira relação sexual, potencia a ocorrência de gravidezes não planeadas na adolescência e pode assim estar a contribuir para os valores elevados da *taxa de fecundidade* em mulheres adolescentes.

A diferença encontrada nos valores entre as idades mais avançadas e as idades mais jovens poderá ser justificada pela melhor acessibilidade aos métodos contraceptivos e informação sobre os mesmos que se verifica actualmente.

Fontes

EUROSTAT, Population, ménages et logements en Europe, principaux resultats des recensements de 1990/ 1991.

EUROSTAT, Statistiques sociales européennes, Démographie, 2001.

INE, Estatísticas Demográficas, 1990-1999.

INE, Estimativas de População Residente, 1990-1999

INE, Inquérito à Fecundidade e Família,1997.

INE, Inquérito ao Emprego, 1992-1999.

INE, Recenseamento da População e da Habitação,1991.

CAPÍTULO III

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

3 – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

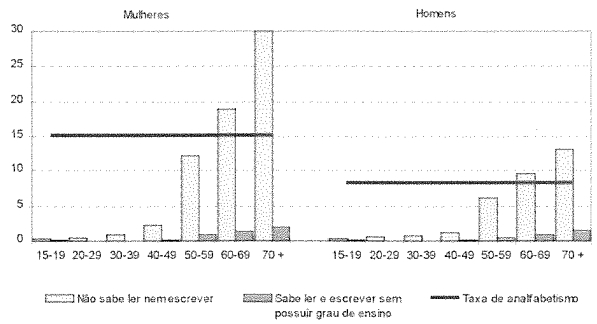
O nível educacional atingido, bem como a formação adicional obtida, tornam-se fundamentais para as mulheres e homens adquirirem as competências necessárias para enfrentarem os desafios e exigências de uma sociedade cada vez mais global e competitiva.

3.1 - EDUCAÇÃO

Taxa de analfabetismo das mulheres é praticamente dupla da dos homens

No início dos anos noventa e segundo os Censos 91, dos indivíduos que não sabiam ler nem escrever cerca de 60% eram mulheres. A *taxa de analfabetismo* das mulheres foi praticamente dupla da dos homens: 15,3% nas mulheres contra 8,4% nos homens, considerando a população com 15 e mais anos. Os valores elevam-se a 45,8% e 29,3%, respectivamente, no caso da população residente com 65 e mais anos, ou seja, em 1991 praticamente metade das mulheres idosas não sabia ler nem escrever.

Figura 3.1 – População que não sabe ler nem escrever ou sabe ler e escrever sem possuir grau de ensino e taxa de analfabetismo (%), por sexo, Portugal, 1991



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

Nas idades mais jovens a proporção de população que não sabia ler nem escrever ou da que, sabendo, não possuía qualquer grau de ensino, era quase nula e idêntica entre homens e mulheres. À medida que se avança para grupos etários mais elevados, sobretudo a partir dos 40 anos, o indicador assume sempre valores superiores nas mulheres.

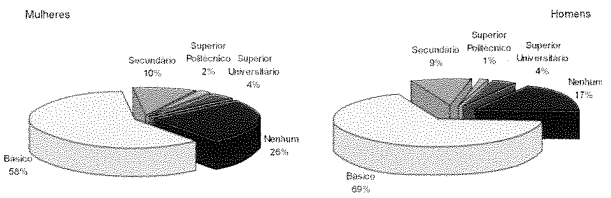
Ainda segundo os dados dos Censos 1991, a percentagem de mulheres com menos de 40 anos foi superior à dos homens em quase todos os níveis de ensino completos, com excepção do ensino básico preparatório e do grau de mestrado ou doutoramento. O mesmo não se verifica, porém, a partir daquela idade: em quase todos os níveis de instrução, completos ou incompletos, e na grande maioria das idades analisadas, as mulheres detêm percentagens mais baixas do que os homens; a excepção vai para o ensino básico primário incompleto, no qual o número de mulheres com 40 e mais anos era substancialmente superior ao dos homens. Confirma-se, assim, a mudança em termos de acesso à educação das gerações mais novas de mulheres.

De ressaltar ainda que as mulheres apresentam, em quase todas as idades, uma proporção mais elevada de frequência em todos os graus de ensino do básico primário ao secundário complementar.

Maioria das mulheres e homens completam apenas o ensino básico

O Inquérito ao Emprego (IE), realizado pelo INE, permite obter informação sobre os níveis de instrução completos que a população portuguesa adquiriu ao longo dos anos. No período de 1992 a 1999, a maioria dos portugueses tinha como nível de instrução completo o ensino básico ou não tinha qualquer nível de instrução.

Figura 3.2 – População segundo os níveis de instrução (%), por sexo, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

A análise dos níveis de instrução completos da população por grupo etário, em 1999, permite verificar que, das mulheres que não possuíam qualquer nível de instrução, 66,3% tinham mais de 54 anos; uma certa homogeneidade na distribuição etária nas mulheres que completaram apenas o ensino básico; a maior parte das mulheres (42,7%) com o ensino secundário tinha idades compreendidas entre 15 e 24 anos e, das que completaram o ensino superior universitário, a maior proporção (40,6%) tinha idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos.

No mesmo ano, 46,7% dos homens sem qualquer nível de instrução tinham mais de 54 anos; dos que completaram o ensino básico, 21,9% tinha mais de 54 anos; a maioria (35,9%) que completou o ensino secundário possuía idades compreendidas entre os 15 e 24 anos e 29,2% entre os 25 e 34 anos; relativamente aos que completaram o ensino superior universitário, a maior proporção (32,0%) tinha idades entre os 25 e 34 anos.

Quadro 3.1 – População segundo os níveis de instrução, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999

Anos	Nenhum	Básico	Secundário	Superior Politécnico	Superior Universitário	Nenhum	Básico	Secundário	Superior Politécnico	Superior Universitário
	Mulheres					Homens				
< 15	20,3	9,2				34,7	8,7			
15-24	1,2	19,0	42,7	10,1	11,9	2,2	20,4	35,9	8,8	4,4
25-34	2,3	17,5	29,1	27,1	40,6	5,5	17,4	29,2	29,1	32,0
35-44	2,8	18,5	16,3	23,2	24,2	5,8	16,6	16,5	17,6	24,2
45-54	7,0	16,7	6,7	21,7	13,7	5,0	15,1	10,4	23,6	20,4
> 54	66,3	19,1	5,2	17,8	9,6	46,7	21,9	8,1	20,9	19,0
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Elevada proporção de mulheres e de homens sem qualquer nível de instrução

Em termos de efectivos populacionais e respectivos níveis de instrução, verifica-se a existência de um elevado número de mulheres e homens que não possuem qualquer grau de instrução, situando-se este em segundo lugar na hierarquia de importância dos níveis de instrução da população portuguesa, ao longo do período em análise.

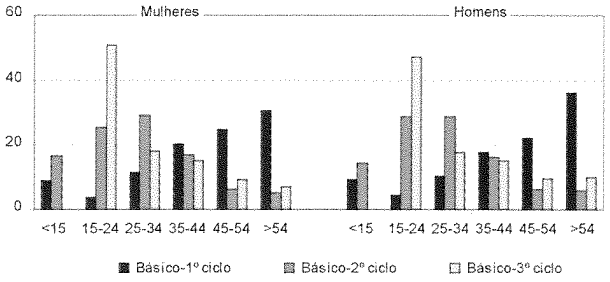
A percentagem de população que não possui qualquer nível de instrução diminuiu de 1992 para 1999 e manteve-se superior nas mulheres. Em 1999, a percentagem de mulheres sem qualquer nível de instrução no total de mulheres foi de 26,4%, menos 1,9 pontos percentuais do que em 1992, enquanto que a percentagem de homens, na mesma situação, foi de 17,4%, valor ligeiramente inferior ao verificado em 1992 (19,3%). Entre 1992 e 1999, o número de mulheres que não possuía qualquer nível de instrução completo diminuiu 6,5% e o número de homens 8,3%.

Em 1999, a maioria das mulheres (66,3%) sem nenhum grau de instrução tinha mais de 54 anos. À medida que se avança nos escalões etários aumenta também a percentagem de mulheres sem instrução. Idêntico comportamento se observa nos homens, embora a situação não seja tão gravosa. A percentagem de homens nesta faixa de idade e nesta condição educacional foi menor (46,7%) do que nas mulheres.

Relativamente ao ensino básico, o nível de ensino maioritário que a população portuguesa possui, no ano de 1999, 57,8% completaram apenas este nível de ensino, repartindo-se em: 30,6% o 1º ciclo, 15,7% o 2º ciclo e 11,5% o 3º ciclo.

Analisando por grupos etários, naquele ano, 30,8% das mulheres com idades superiores a 54 anos completaram o 1º ciclo do ensino básico, 29,2% com idades compreendidas entre os 25 e 34 completaram o 2º ciclo e a maior percentagem de mulheres (50,7%) com idades entre os 15 e 24 anos completaram o 3º ciclo.

Figura 3.3 – População que completou o ensino básico, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

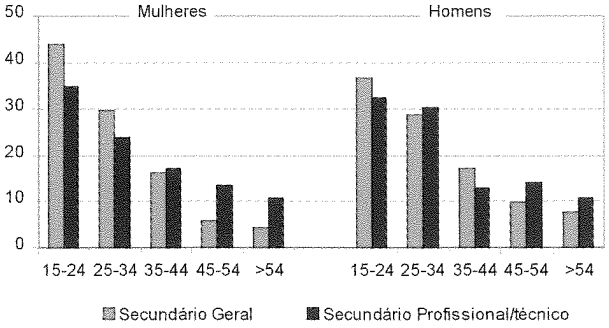
Procedendo a uma análise idêntica para os homens, em 1999, 68,3% dos homens tinham completado o ensino básico, repartindo-se em 34,2% o 1º ciclo, 20,2% o 2º ciclo e 13,9% o 3º ciclo. Estes valores percentuais foram ligeiramente superiores aos das mulheres neste nível de instrução.

Da análise por idades, verificou-se que, em termos gerais, o comportamento foi muito semelhante ao das mulheres. Em 1999, 36,3% dos homens com mais de 54 anos possuíam o 1º ciclo do ensino básico; com o 2º ciclo existiam, nesse ano, 28,8% de homens com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos; igual percentagem se verificou para os homens com idades entre os 15 e 24 anos; 47,3% dos homens possuíam o 3º ciclo e tinham idades compreendidas entre os 15 e 24 anos.

Relativamente ao ensino secundário, em 1999, 9,7% das mulheres e 9,4% dos homens possuíam este nível de ensino. A quase totalidade refere-se ao ensino secundário geral (8,5% e 8,0% para as mulheres e homens), em detrimento do ensino secundário profissional/técnico. Em 1992, 7,5% das mulheres detinham o ensino secundário e 3,1% o ensino médio e politécnico, enquanto que nos homens essas percentagens foram de 7,6% e 1,4%, respectivamente. Entre 1992 e 1999, o número de mulheres e homens com o nível completo de ensino secundário subiu fortemente (no ano 1992 não foi incluído o ensino médio e politécnico no ensino secundário), com um crescimento de 29,5% nas mulheres e 26,4% nos homens.

Na análise da distribuição etária da população com o ensino secundário, em 1999, constatou-se que a maior parte das mulheres e dos homens tinham idades compreendidas entre os 15 e 24 anos, seguindo-se-lhes os que tinham entre 25 e 34 anos. Até ao grupo etário dos 35 aos 44 anos é maior a frequência das mulheres com o ensino secundário geral, enquanto que com o ensino secundário profissional e técnico não se notaram grandes variações por grupo etário entre o número de mulheres e homens com este nível de ensino.

Figura 3.4 – População que completou o ensino secundário, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Aumenta a percentagem de mulheres licenciadas

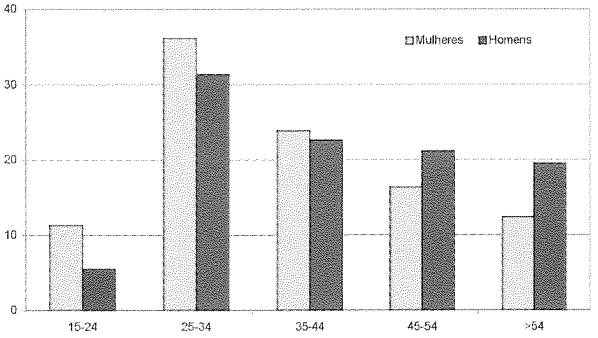
Em 1999, 6,1 % das mulheres e 4,9% dos homens possuíam o ensino superior, onde foram incluídos os seguintes níveis: politécnico, licenciatura, mestrado e doutoramento. Em 1992, os valores foram de 3,7% para as mulheres e 4,6% para os homens (sem ensino médio e politécnico).

No período de 1992 a 1999, assiste-se a uma subida significativa da percentagem de mulheres com o nível completo do ensino superior, que passa de 47,0% para 57,6%, respectivamente; a proporção de homens diminui de 53,0% para 42,4%, nos mesmos anos.

Em 1992, verificou-se ainda que o número de homens com o grau de licenciatura foi superior ao das mulheres, invertendo-se esta situação em 1999. No final deste período, constatou-se uma ligeira superioridade no número de homens com mestrado e doutoramento.

Em 1999, a maior parte das mulheres e homens com o ensino superior situava-se na faixa etária dos 25 aos 34 anos, seguido do grupo etário dos indivíduos dos 35 aos 44 anos.

Figura 3.5 – População que completou o ensino superior, por grupo etário e sexo (%), Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

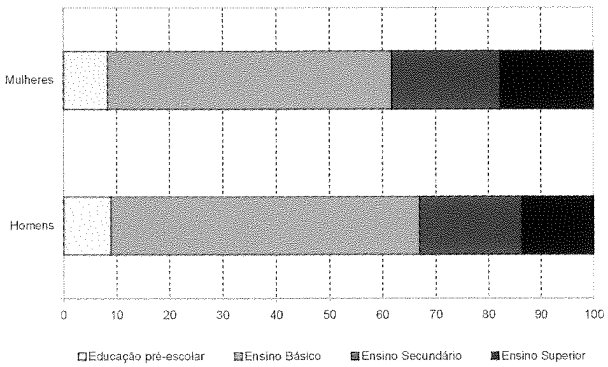
As Estatísticas da Educação (EE) divulgadas pelo Ministério de Educação (ME) permitem analisar outros aspectos da instrução da população portuguesa. Os últimos dados definitivos disponíveis referem-se ao ano lectivo de 1996/1997. Neste ano lectivo, matricularam-se cerca de 2 192,5 mil alunos em Portugal Continental, em todos os níveis de ensino, repartindo-se este total em 50,4% de alunas e 49,6% de alunos do sexo masculino.

Maioria de alunas e alunos matricularam-se no ensino básico

No referido ano lectivo, 53,5% das alunas matricularam-se no ensino básico, em Portugal Continental; das restantes, 20,5%, 17,7% e 8,3% matricularam-se no ensino secundário, no superior e no ensino pré-escolar, respectivamente.

Em relação aos alunos do sexo masculino as percentagens diferem ligeiramente, no entanto, mantém-se a ordem destes níveis de ensino.

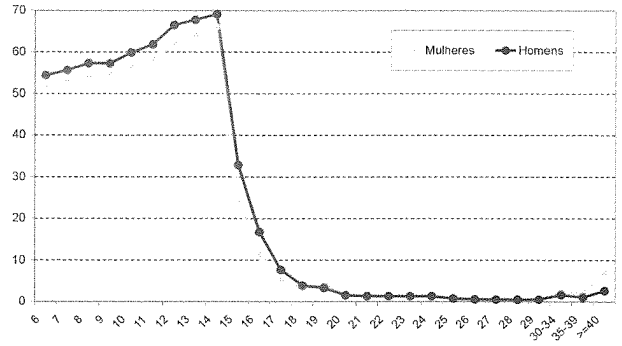
Figura 3.6 – Alunos matriculados, segundo nível de ensino (%), por sexo, Continente, 1996/1997



Fonte: Ministério da Educação. Estatísticas da Educação

No mesmo ano lectivo, cerca de 591 mil alunas e 632 mil alunos matricularam-se no ensino básico (que compreende o 1º, 2º e 3º ciclo), sendo a *idade mediana* de 11 anos para cada sexo. Relativamente à distribuição etária dos alunos matriculados no ensino básico, o ponto de maior frequência refere-se aos alunos com 14 anos de idade.

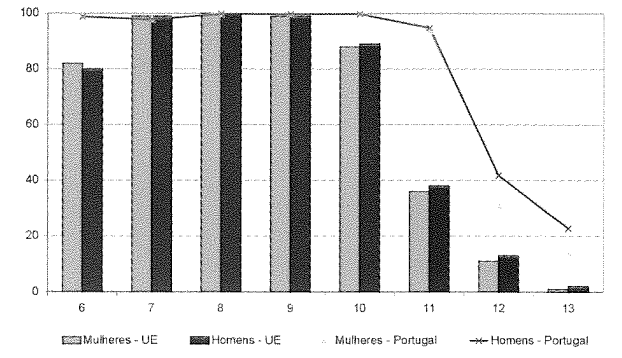
Figura 3.7 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino básico (em milhares), por sexo, Continente, 1996/1997



Fonte: Ministério da educação, Estatísticas da Educação

Os dados sobre a educação na União Europeia, divulgados pelo Eurostat, permitem algumas comparações entre os vários níveis de ensino. Os últimos dados disponíveis remontam a 1996/1997.
Tomando como medida de comparação as *taxas de participação* [1] segundo o sexo e por idades, no ensino básico - 1º ciclo (CITE 1), para Portugal e para o conjunto dos países da União Europeia, é notória a superioridade das taxas que se referem a Portugal para as crianças com idades compreendidas entre os 6 e 13 anos. Destaca-se, no entanto, a Espanha que apresentou, neste ano lectivo, as taxas de participação de 100% neste nível de ensino e para as crianças com idades compreendidas entre os 6 e 11 anos, indicando que todas as crianças com estas idades frequentavam o 1º ciclo do ensino básico.

Figura 3.8 – Taxa de participação no 1º ciclo, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997

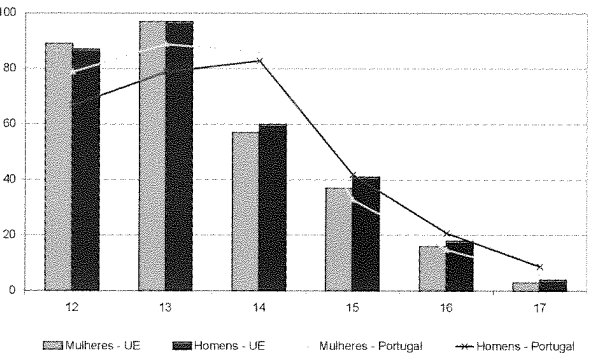


Fonte: Eurostat, Éducation en Europe

[1] Taxas de participação: quociente entre o número de alunos de uma determinada idade e a população com a mesma idade em 1 de Janeiro.

As *taxas de participação* para o 2º e 3º ciclos do ensino básico (CITE 2), para as idades compreendidas entre os 12 e 17 anos, para Portugal, atingiram valores mais elevados nas crianças de 13 e 14 anos, 89% e 86% para as mulheres (para o 2º ciclo), 79% e 83% para os homens (para o 3º ciclo).

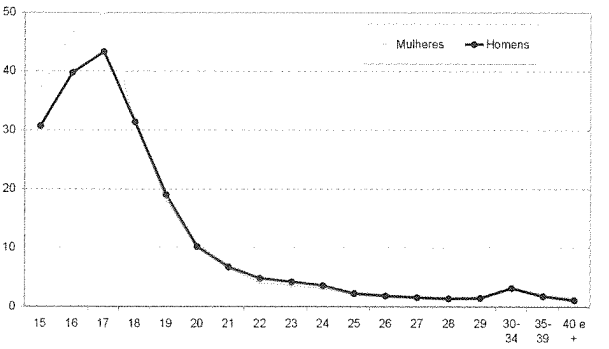
Figura 3.9 – Taxa de participação no 2º e 3º ciclos do ensino básico, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997



Fonte: Eurostat, Éducation en Europe

Com base nas Estatísticas da Educação do ME, em Portugal Continental, das matrículas efectuadas no ensino secundário, em 1996/1997, cerca de 227 mil referem-se a alunas e 211 mil a alunos do sexo masculino. A idade de maior frequência e a *idade mediana* para cada sexo são coincidentes - 17 anos.

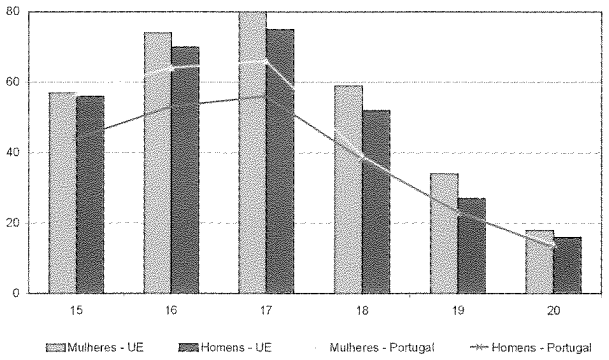
Figura 3.10 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino secundário (em milhares), por sexo, Continente, 1996 e 1997



Fonte: Ministério da Educação, Estatísticas da Educação

A análise das *taxas de participação* da população no ensino secundário (CITE 3), no ano lectivo em análise, para Portugal, revela uma nítida superioridade das taxas referentes às mulheres dos 15 aos 20 anos, em relação às dos homens com as mesmas idades. Estas taxas são, no entanto, inferiores às do conjunto dos países da Europa comunitária.

Figura 3.11 – Taxa de participação no ensino secundário, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997



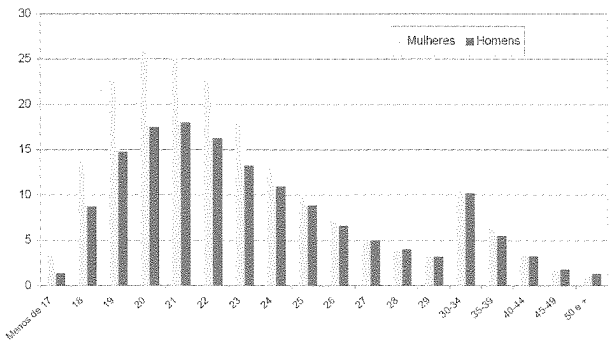
Fonte: Eurostat, Éducation en Europe

Mais alunas do que alunos matriculados no ensino superior

Ainda segundo os dados publicados pelo Ministério da Educação, o número de alunos matriculados no ensino superior (público e privado), no ano lectivo de 1996/1997, foi mais elevado para o sexo feminino (196 mil mulheres) do que para o masculino (148,5 mil homens), em Portugal Continental, o mesmo sucedendo nas Regiões Autónomas: cerca de 4 mil alunas e 2 mil alunos. Este nível de ensino compreende o ensino universitário e o politécnico, sendo que, no primeiro, são conferidos os graus de bacharel, licenciado, mestre e doutor, e, no segundo, os graus de bacharel e licenciatura em ensino.

Em relação ao ano lectivo anterior e para o total do País, o número de alunas e alunos matriculados no ensino superior aumentou 10,9% e 8,3%, respectivamente. Nas matrículas efectuadas, a *idade mediana* dos alunos situa-se em 22 anos para ambos os sexos. No que se refere à distribuição dos alunos matriculados por idades, pode observar-se que o ponto máximo se situa nos 20 anos para as mulheres e 21 anos para os homens.

Figura 3.12 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino superior (em milhares),por sexo, Portugal, 1996/1997



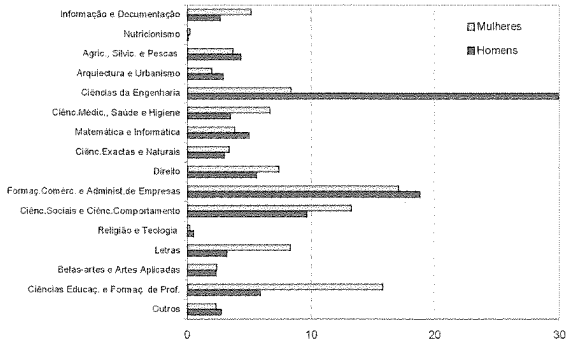
Fonte: Ministério da Educação, Estatísticas da Educação

No ano lectivo de 1996/1997 a maioria das matrículas de indivíduos de ambos os sexos, foi efectuada no ensino superior público, sendo ligeiramente superior para os alunos do sexo masculino.

Maior número de alunas matriculadas no ramo de ensino Formação em Comércio e Administração de Empresas

Nos diversos ramos de ensino superior em que foram efectuadas matrículas, no ano lectivo de 1996/1997, observam-se significativas diferenças na distinção entre os sexos. A maioria das alunas (17,1%) matricularam-se no ramo *Formação em Comércio e Administração de Empresas*, enquanto que o maior número de alunos do sexo masculino (29,9%) matricularam-se em *Ciências da Engenharia*. O menor número de matrículas ocorreu no ramo "*Nutricionismo*": 0,2% e 0,1% para os alunos do sexo feminino e masculino, respectivamente.

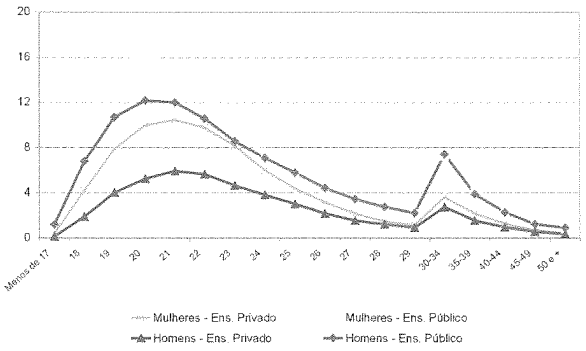
Figura 3.13 – Alunos matriculados por ramos de ensino superior (%), por sexo, Portugal, 1996/1997



Fonte: Ministério da Educação, Estatísticas da Educação

A distribuição etária dos alunos matriculados no ensino superior, no conjunto do País, difere entre o público e o privado.

Figura 3.14 – Distribuição etária dos alunos matriculados no ensino superior, segundo a natureza do estabelecimento (em milhares), por sexo, Portugal, 1996/1997

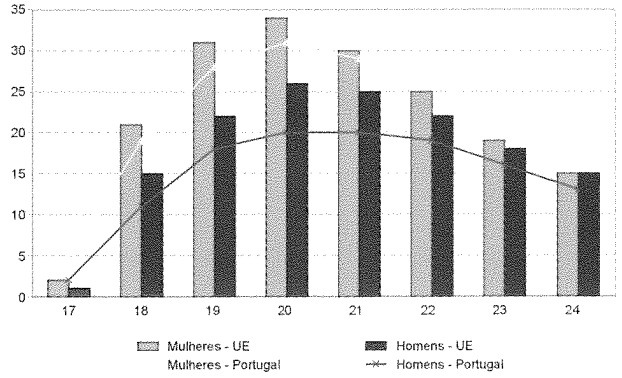


Fonte: Ministério da Educação, Estatísticas da Educação

As *idades medianas* dos alunos matriculados situam-se nos 22 anos para cada sexo e por cada tipo de ensino, com excepção dos alunos do sexo masculino que se matricularam no ensino privado, que se eleva para os 23 anos.

A análise *das taxas de participação* no ensino superior (CITE 5,6,7), segundo o sexo e as idades, evidencia uma significativa superioridade das taxas femininas, tanto em Portugal como no conjunto dos países europeus.

Figura 3.15 – Taxa de participação no ensino superior, segundo as idades (%), por sexo, Portugal e União Europeia, 1996/1997



Fonte: Eurostat, Éducation en Europe

Quase o dobro de mulheres diplomadas pelo ensino superior

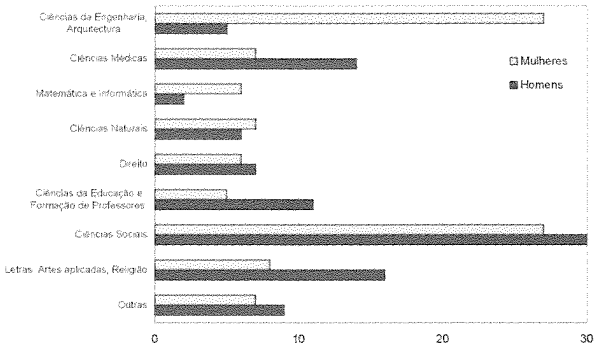
As Estatísticas da Educação do ME contêm ainda informação sobre o número de diplomas atribuídos no ano lectivo de 1996/1997.

Em Portugal, no ano lectivo acima referido, o número de diplomas do ensino superior atribuídos às mulheres foi significativamente superior ao dos homens: 27 304 diplomas para as mulheres e 15 492 para os homens.

A distribuição dos diplomas atribuídos às mulheres segundo o nível de curso foi de 15 979 diplomas de Licenciatura, 7 438 de Bacharelato, 2 473 de Estudos Superiores Especializados, 944 de Mestrado, 367 de Especialização Pós-Licenciatura e 103 de Doutoramento. Para os homens diplomados neste mesmo ano, a distribuição foi a seguinte: 9 088 diplomas de Licenciatura, 3 682 de Bacharelato, 1 407 de Estudos Superiores Especializados, 940 de Mestrado, 246 de Especialização Pós-Licenciatura e 129 de Doutoramento.

Em 1996/1997, no conjunto da Europa comunitária[2], a 30% das mulheres diplomadas foi-lhe conferido um diploma no ramo das *Ciências Sociais*, enquanto que 27% dos homens receberam diplomas nesse ramo (percentagem igual à dos ramos de *Ciências da Engenharia e Arquitectura*). Em Portugal, no mesmo ano lectivo, a 34% das mulheres diplomadas e a 37% dos homens diplomados foram conferidos diplomas no ramo das *Ciências Sociais*.

Figura 3.16 – Diplomados pelo ensino superior, segundo o ramo de ensino (%), por sexo, União Europeia, 1996/1997



Fonte: Eurostat, Éducation en Europe

De acordo com os dados do Ministério da Educação, referentes a Portugal Continental, o ensino pré-escolar foi o que no ano de 1996/1997 teve o menor peso (8,6%) em relação ao número total de alunos matriculados, tendo-se ainda verificado uma quebra de 0,6% em relação ao ano lectivo anterior.

O número de alunas matriculadas na educação pré-escolar foi de cerca de 91 mil, número este inferior ao dos alunos do sexo masculino (perto de 96 mil), como consequência do nascimento de maior número de crianças do sexo masculino.

Segundo as estatísticas divulgadas pelo Eurostat, para alguns países europeus, o ensino pré-escolar é frequentado por crianças cujas idades variam entre os 3 a 6 anos. As *taxas de participação*, por sexo e idades, neste nível de ensino, mostram que existem diferenças segundo o sexo e entre estes países.

No ano de 1996/1997 as *taxas de participação* foram mais elevadas em França, Espanha e Bélgica do que nos restantes países, chegando a atingir os 100%, ou seja, a totalidade das crianças com três, quatro e cinco anos, daqueles países, frequentavam o ensino pré-escolar. As *taxas de participação* dos países europeus aqui considerados, neste nível de ensino e para crianças do sexo feminino e masculino variaram entre os 63% e os 74%.

Outra vertente na área da educação passível de análise é a da caracterização do pessoal docente. Segundo as Estatísticas de Educação do ME, no ano lectivo de 1996/

[2] Informação não disponível para a Grécia e Luxemburgo.

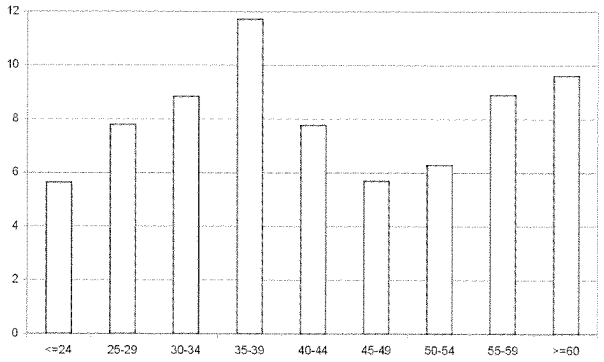
1997, e no Continente, a educação pré-escolar foi assegurada na quase totalidade por educadores de infância do sexo feminino, na rede do Ministério da Educação: 6 648 educadoras e 43 educadores.

Quase totalidade de docentes do 1º ciclo do ensino básico são mulheres

Em Portugal Continental, o número total de docentes do ensino básico do 1º ciclo (público e privado) foi de 35 283 indivíduos, sendo a quase totalidade do sexo feminino (32 732 mulheres).

Constatou-se ainda que, 58% das docentes tinham idades compreendidas entre os 24 anos (ou menos) e os 44 anos. Com este leque de idades estavam compreendidos 65% dos docentes do sexo masculino. A *relação de masculinidade* dos docentes deste nível de ensino apresentou valores bastante baixos, variando entre o valor mínimo de seis homens para cada cem mulheres docentes com idades situadas abaixo de 24 anos e o valor máximo de 12 homens por cada cem mulheres docentes com idades compreendidas entre os 35 e 39 anos.

Figura 3.17 – Relação de masculinidade do pessoal docente do 1º ciclo do ensino básico, segundo o grupo etário, Continente, 1996/1997



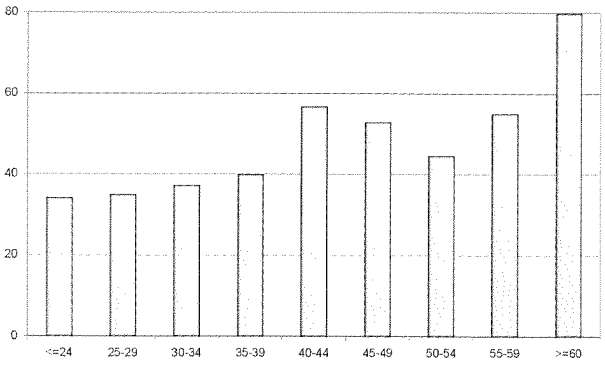
Fonte: Ministério da Educação, Estatísticas da Educação

Maioria dos docentes do 1º ciclo são bacharéis

O grau académico dos professores do ensino básico do 1º ciclo a leccionar no ensino público, no Continente (não está disponível informação sobre o ensino privado) concentrou-se, no ano lectivo de 1996/1997, preferencialmente no bacharelato, ou seja 93,4% das docentes e 81,7% de docentes do sexo masculino eram bacharéis.

Relativamente ao conjunto de docentes do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário verificou-se um maior equilíbrio quanto ao género: dos 108 420 docentes destes níveis de ensino, 69,5% eram do sexo feminino. A maioria dos docentes do sexo feminino (60,7%) e masculino (51,2%) tinham idades compreendidas entre os menos de 24 anos e os 39 anos[3]. A *relação de masculinidade* não foi homogénea em cada grupo etário, variando entre um valor mínimo de 34,1 para as idades mais baixas consideradas e um valor máximo de 79,7 no grupo etário dos 60 e mais anos.

Figura 3.18 – Relação de masculinidade do pessoal docente do 2º e 3º ciclos (ensino básico) e do secundário, segundo o grupo etário, Continente, 1996/1997



Fonte: Ministério da Educação, Estatísticas da Educação

As Estatísticas da Educação (1996/97) fornecem ainda alguns dados sobre os Formadores/Professores das escolas profissionais, para Portugal Continental, e cujo total monta a 5 298 formadores, sendo 2 538 mulheres. Estas escolas conferem diplomas que certificam a qualificação profissional de nível 3 (ensino básico) e a equivalência à conclusão dos estudos secundários. A distribuição etária destes formadores também não é homogénea, verificando-se um número superior de mulheres até ao grupo etário dos 30-34 anos, invertendo-se a situação nos restantes grupos de idade. A *relação de masculinidade* varia entre 71 no grupo etário dos 25 a 29 anos e 437 no grupo etário dos 60 e mais anos.

3.2 - LITERACIA

Níveis de literacia baixos em ambos os sexos

Nos últimos anos, apesar do considerável aumento das taxas e do número de anos de escolarização, e da consequente baixa do analfabetismo, verificou-se

[3] Devido à não disponibilidade de informação sobre o número de docentes no ensino superior desagregados por sexo, não foi possível elaborar uma análise similar à anteriormente feita para os outros níveis de ensino.

o desenvolvimento preocupante de um "novo tipo de analfabetismo" relacionado com as dificuldades na utilização de material escrito. Saber ler e escrever não significa por si só que o indivíduo consiga satisfazer determinadas exigências sociais, profissionais ou pessoais com que se confronta no seu dia-a-dia como por exemplo, preencher correctamente um impresso, um cheque, etc.

Este "novo analfabetismo" traduz-se nas incapacidade de domínio da leitura, da escrita e do cálculo, que poderão diminuir a participação do indivíduo na vida social. Este fenómeno poderá ser justificado pela aprendizagem insuficiente, a sua pouca utilização e prática.

De acordo com o Estudo Nacional da Literacia (1998)[4] a maioria da população adulta inquirida, residente em Portugal continental, situa-se nos níveis de literacia baixos ou muito baixos, sendo bastante reduzidas as percentagens correspondentes aos níveis superiores de literacia.

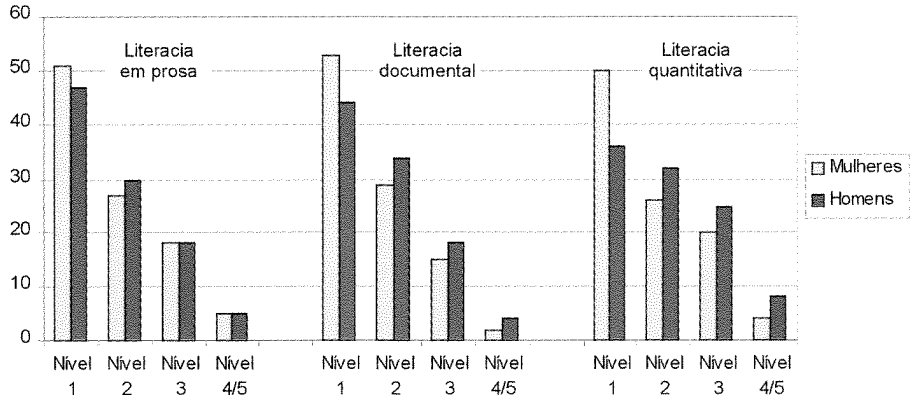
A análise da distribuição dos níveis de literacia por sexo revela algumas diferenças entre homens e mulheres, embora pouco significativas.

As mulheres apresentam proporções mais elevadas do que os homens no Nível 1 nas três dimensões da literacia, embora na literacia quantitativa a diferença entre os sexos seja mais notória: cerca de um terço (36%) dos homens encontram-se no Nível 1 da literacia quantitativa comparado com 50% das mulheres.

Quanto aos restantes níveis de literacia, as diferenças entre os sexos são pouco significativas, embora no nível mais alto, Nível 4/5, da literacia documental e quantitativa, os homens apresentem percentagens ligeiramente superiores às das mulheres.

As diferenças observadas entre homens e mulheres poderão ser explicadas pelas desigualdades de escolarização dos dois grupos de indivíduos.

Figura 3.19 – População segundo os níveis de literacia (%), por sexo, Portugal, 1998



Fonte: Office for National Statistics, "Measuring Adult Literacy", London, 2000

Cerca de metade (49%) dos inquiridos situa-se no nível mais baixo de literacia (Nível 1), quer no que respeita à literacia em prosa (leitura e interpretação em prosa - artigos de jornais, revistas, livros) quer à literacia documental (identificação e uso de informação localizada em documentos - impressos, quadros, gráficos) e 43% encontram-se no mesmo nível na dimensão da literacia quantitativa (realização de operações numéricas a partir de informação contida em material impresso - preçários, anúncios, depósitos bancários).

[4] Para mais informações consultar: Fundação Calouste Gulbenkian, *A Literacia em Portugal - resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Ana Benavente (Coord.), Lisboa, 1996; Office for National Statistics, *Measuring Adul Literacy*, London, 2000; Organisation for Economic Co-Operation and Development and Statistics Canada, *Literacy in the Information Age*, Canada, 2000.

3.3 - FORMAÇÃO

Percentagem de mulheres a receber formação profissional tem vindo a aumentar

Além da instrução de base, hoje em dia, são cada vez mais os indivíduos que procuram, nomeadamente através de centros de formação estatais ou privados, adquirir formação adicional com vista a enriquecer o seu *know-how* profissional, para fazer face às crescentes exigências do mercado de trabalho.

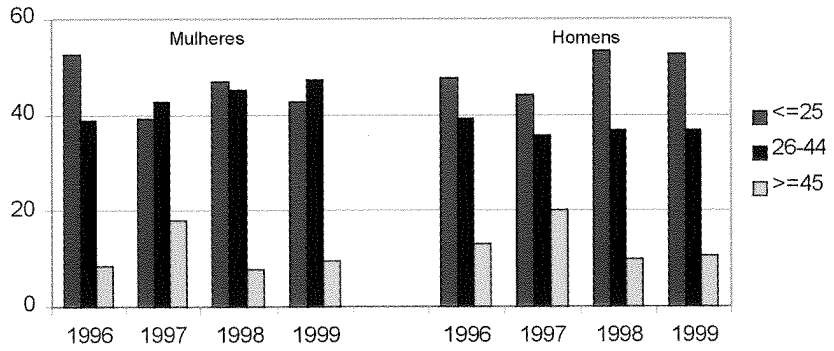
Nos últimos anos, especificamente em 1998 e 1999, o número de formandos em Centros de Formação Profissionais (de Gestão Directa e Participada) e Centros de Emprego quase que duplicou, passando de

cerca de 80 000 formandos em 1998 para cerca de 113 000 em 1999[5].

A grande maioria dos indivíduos frequentaram as acções de formação em Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, embora em 1999 essa percentagem tenha diminuído a favor dos Centros de Formação Profissional de Gestão Directa (mais de 65% dos formandos em 1996 e 1997, 50,5% em 1998 e 45,2% em 1999).

que tem recebido mais formação naqueles centros: em 1996 e 1998, 52,6% e 47,1%, respectivamente, do total de mulheres que receberam formação naqueles anos, tinham 25 ou menos anos; em 1997 e 1999, os formandos do sexo feminino tinham sobretudo idades entre os 26 e 44 anos (42,8% e 47,4%, respectivamente).

Figura 3.20 – Formandos segundo o escalão etário (%), por sexo, Portugal, 1996-1999



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional

Nos anos de 1996 a 1999, foram mais os homens que as mulheres que receberam formação naqueles centros. No entanto, nos últimos dois anos, a percentagem de mulheres tem vindo a aumentar, esbatendo-se a diferença entre os sexos. Se em 1996 a proporção de formandos foi de 40% de mulheres e 60% de homens[6], em 1999 essa proporção já foi de 47% de mulheres e 53% de homens.

Foram sobretudo os indivíduos com 25 ou menos anos que receberam formação nos centros do Instituto do Emprego e Formação Profissional, nos anos de 1996 a 1999. Embora no caso dos homens esta situação se tenha mantido nos quatro anos (com valores entre os 44% e 53% do total de formandos naqueles anos), no caso das mulheres a situação não tem sido tão linear, uma vez que este grupo etário tem alternado com o grupo seguinte (indivíduos com 26 a 44 anos), como aquele

ota-se uma mudança no tipo de áreas profissionais com maior número de formandos, nos anos em análise. Em 1996 e 1997, as áreas profissionais em que foi ministrada mais formação foram a *Metalurgia e Metalomecânica* (17,5%), *Construção Civil e Obras Públicas* (13,0%) e os *Serviços Pessoais e à Comunidade*; em 1998 e 1999, destaca-se, sobretudo, um claro aumento em áreas como a *Administração e Gestão* (10,5% em 1998 e 11,8% em 1999) e a *Informática* (9,6% em 1998 e 12,1% em 1999), denotando-se assim o acompanhamento da área de formação profissional e a evolução das necessidades do mercado de trabalho.

Fontes

EUROSTAT, Éducation en Europe, 1999.

INE, Inquérito ao Emprego, 1992-1999.

INE, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Estatísticas sobre Formandos, 1996-1999.

INE, Recenseamento da População e da Habitação, 1991.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Estatísticas da Educação, 1997.

[5] Para a década de 90, o IEFP disponibilizou os dados relativamente ao número de formandos para os anos de 1996 a 1999, embora nos anos de 1996 e 1997 não estejam incluídos o número de formandos em Centros de Emprego. Deste modo, não é possível comparar valores globais entre aqueles anos.

[6] Mantém-se a ressalva anterior, não estando incluídos nos anos de 1996 e 1997 os dados dos Centros de Emprego.

CAPÍTULO IV
ACTIVIDADE ECONÓMICA

4 – ACTIVIDADE ECONÓMICA

A economia das sociedades desenvolvidas sofreu importantes mutações nas últimas décadas, algumas delas relacionadas com aspectos demográficos, com especial incidência no emprego e na sua estrutura. A entrada massiva das mulheres no mercado do trabalho constitui um dos aspectos mais marcantes, sobretudo a partir dos anos 70.

A última década, por outro lado, é sobretudo marcada pelo debate sobre a promoção da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens e a importância da conciliação da vida familiar e profissional. Assim, para a definição de políticas sociais, de emprego e de organização do trabalho reveste-se de particular interesse não só o conhecimento de indicadores básicos sobre a actividade económica como também da afectação do tempo de mulheres e homens.

4.1 - EMPREGO E DESEMPREGO

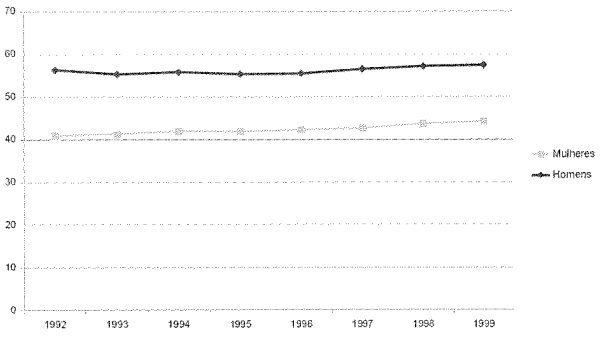
De acordo com os dados do Inquérito ao Emprego (IE), em Portugal, a importância relativa da população activa feminina em relação à *população activa* total[1] tem vindo a crescer continuamente. Em 1992, a população feminina activa representava 44,3% da população activa total, passando para 45,4% em 1999.

Mulheres registam maior acréscimo das taxas de actividade

A população activa e as *taxas de actividade* registaram sempre valores superiores para os homens, independentemente do grupo etário e do ano considerado. Para as mulheres, as taxas indiciam uma tendência de crescimento, no período considerado, registando o valor mínimo de 40,9% em 1992, e o valor máximo em 1999 (44,2%). As *taxas de actividade* dos homens não apresentaram uma evolução homogénea. Em 1992, a taxa foi de 56,2%, mantendo-se até 1996 com valores muito idênticos. A partir de 1997 registou valores crescentes, atingindo em 1999 (57,3%) o valor máximo do período em análise.

Ainda no mesmo período, verificou-se um atenuar nas diferenças entre os valores das *taxas de actividade* da população masculina relativamente à feminina, ou seja, em 1992 a diferença foi de 15,3 pontos percentuais, enquanto que em 1999 se reduziu para 13,1 pontos percentuais.

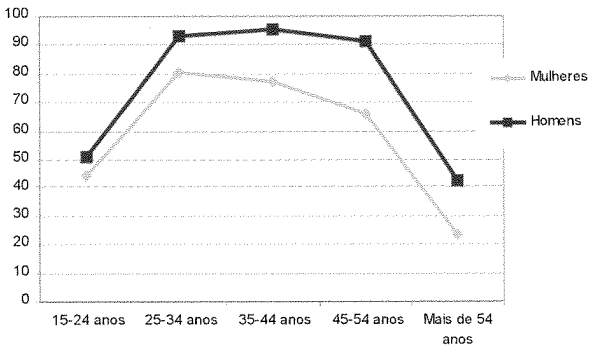
Figura 4.1 – Taxa de actividade, por sexo, Portugal, 1992-1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Numa análise por grupos de idades, constatou-se, em 1999, a existência de valores mais elevados nas mulheres com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos (80,5%) e nos homens com idades entre os 35 e 44 anos (95,3%). Os valores foram igualmente elevados em outros grupos etários, quer para a população feminina (77,3% no grupo com 35 a 44 anos) quer para a masculina (92,9% no grupo com idades 25 a 34 anos).

Figura 4.2 – Taxa de actividade, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999



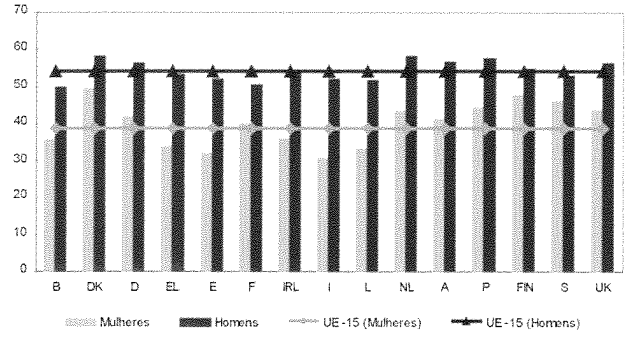
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Relativamente à União Europeia, a taxa de actividade mais elevada em 1999, quer nas mulheres, quer nos homens, foi registada na Dinamarca, com 49,8% e 58,3%, respectivamente. Em Portugal, este indicador esteve acima da média comunitária (EU 15) que se situou em 39,0%, nas mulheres, e 54,2% nos homens[2].

[1] População Activa: conjunto de indivíduos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviço que entram no circuito económico (empregados e desempregados), conceitos das Estatísticas do Emprego (INE) .

[2] Estes cálculos, com base em informação do Eurostat, basearam-se na população activa (com 15 ou + anos) e na população total (todas as idades) referentes só ao segundo trimestre de 1999 (na análise anterior foram utilizadas as médias anuais).

Figura 4.3 – Taxa de actividade, por sexo, União Europeia, 1999



Fonte: Eurostat

Taxa de emprego mais elevada nos homens

As *taxas de emprego* [3] em 1999 atingiram os 94,9% nas mulheres e 96,2% nos homens. Em 1992, estas taxas foram mais baixas: 87,1% para a população feminina e 92,4% para a masculina. Apesar da existência de maior volume de emprego masculino, acompanhado de taxas de emprego mais elevadas, verificou-se um maior crescimento no volume de emprego feminino, dado que a taxa de variação no período 1992 a 1999 foi mais elevada nas mulheres (9,0%) do que nos homens (4,0%).

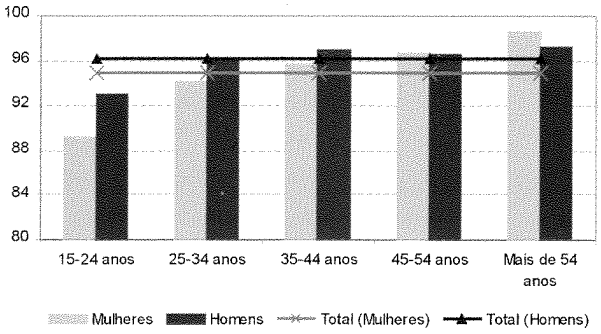
Com o avançar na idade, o número de mulheres activas, empregadas e desempregadas, diminui. Dado que, em termos relativos a quebra é mais acentuada na população activa e desempregada do que na empregada, verifica-se consequentemente um aumento da *taxa de emprego* feminina nos grupos de idade mais elevados. Nestas idades, as mulheres desempregadas passam mais rapidamente para uma situação de inactividade do que os homens.

Considerando outro conceito de *taxa de emprego* (diferente da associada ao Inquérito ao Emprego), cujo cálculo assenta na relação do número de empregados com idades compreendidas entre os 15 e 64 anos e a população total com esta mesma idade, o valor atingido em 1999, para o sexo masculino foi de 75,5%, valor este bastante inferior quando comparado com o resultante do conceito acima referido (96,2%). Para o sexo feminino a taxa foi de 59,4%, valor bastante inferior ao dos homens. Em 1992, a taxa para os homens foi quase idêntica (76,0%), o mesmo não acontecendo com a referente às mulheres (55,5%).

[3] Taxa de emprego: relação entre a população empregada e activa.

Na distribuição das *taxas de emprego* por sexo e grupo etário, para o ano de 1999, pode observar-se que os valores foram mais elevados nos homens com idades entre os 15 e os 44 anos. A partir do grupo dos 45 e mais anos os valores relativos às mulheres foram superiores aos dos homens.

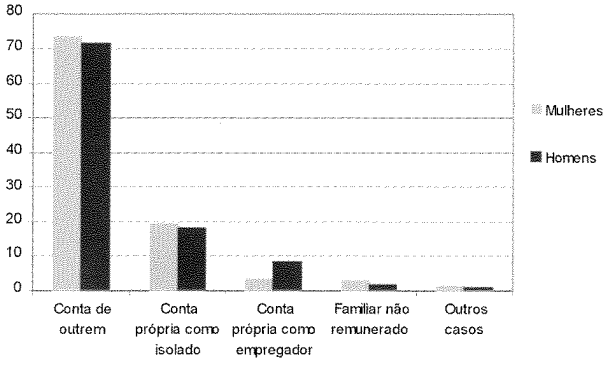
Figura 4.4 – Taxa de emprego, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Analisando a estrutura do emprego segundo a situação na profissão, em 1999, verificou-se uma notória superioridade no volume de empregados a trabalharem por conta de outrém, 73,6% de mulheres e 71,6% de homens. A trabalhar por conta própria estavam 19,2% e 18,0% das mulheres e homens empregados, no mesmo ano.

Figura 4.5 – Situação na profissão dos empregados (%), Portugal, 1999

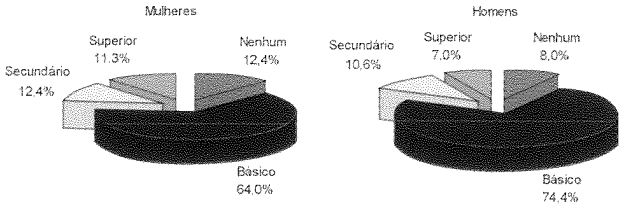


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Do total de mulheres empregadas em 1999, 64,0% tinham completado o *ensino básico*: 32,2% o *1º ciclo*, 18,9% o *2º ciclo* e 12,9% o *3º ciclo do ensino básico*. Nos homens empregados, neste mesmo ano, a situação foi muito semelhante em termos de posicionamento dos diferentes níveis de instrução mas com valores mais elevados: 74,4% do total dos empregados do sexo masculino tinham como grau de instrução o *ensino básico*: 37,4% o *1º ciclo*, 22,9% o *2º ciclo* e 14,1% o *3º ciclo*.

Para o mesmo ano e analisando os outros níveis de instrução da população empregada verificou-se que as percentagens de mulheres *sem qualquer nível de instrução* e possuindo o *ensino secundário* foram idênticas (12,4%). As percentagens referentes aos mesmos níveis de instrução para os homens empregados foram inferiores: 8% e 10,6%, respectivamente. A percentagem de empregados com o ensino superior é também mais elevada nas mulheres.

Figura 4.6 – Níveis de instrução dos empregados (%), por sexo, Portugal, 1999

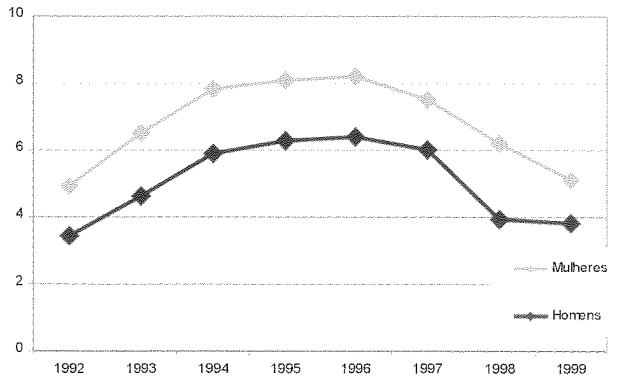


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Taxa de desemprego mais elevada nas mulheres

No período 1992 a 1999, aumentou substancialmente o número de homens e mulheres sem emprego, cuja *taxa de variação* nos dois anos extremos do período, foi mais elevada nos homens (16,9%) do que nas mulheres (11,9%). As *taxas de desemprego* [4] da população feminina foram sempre superiores às masculinas; no entanto, à semelhança das taxas de actividade, as diferenças têm vindo a atenuar-se no tempo. Em 1992, a diferença entre a *taxa de desemprego* da população feminina e da masculina foi de 1,5 pontos percentuais, enquanto que em 1999, esta diferença baixou para 1,3 pontos percentuais. Para as mulheres, a taxa mais elevada verificou-se em 1996, com o valor de 8,2% e o valor mínimo em 1992 (4,9%), sendo de 5,1% em 1999. Para este mesmo ano, a taxa referente ao sexo masculino foi substancialmente inferior à do feminino, com o valor de 3,8%.

Figura 4.7 – Taxa de desemprego, por sexo, Portugal, 1992-1999



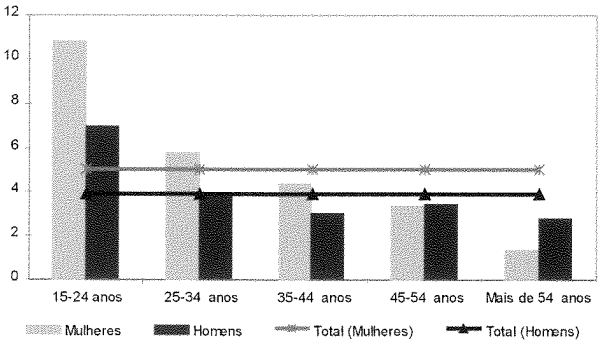
Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

[4] Taxa de Desemprego: relação entre população desempregada e activa.

Taxas de desemprego mais elevadas nos jovens

Para 1999 e considerando as *taxas de desemprego* por grupos de idade verificou-se que o desemprego foi maior nas mulheres e nos homens com idades entre os 15 e 24 anos, com taxas de 10,8% e 7,0% respectivamente. O desemprego foi superior nas mulheres, até ao grupo etário dos 35-44 anos.

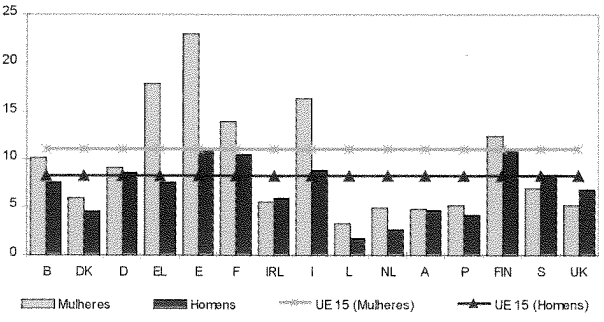
Figura 4.8 – Taxa de desemprego, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Entre os países membros da União Europeia, em 1999, Espanha foi o país que registou a maior *taxa de desemprego*, com valores a rondarem os 23,0% para as mulheres e de 16,3% para os homens. Portugal teve uma taxa claramente inferior à média comunitária tanto para a população feminina (7,5% *versus* 12,4%) como para a população masculina (6,0% *versus* 9,6%).

Figura 4.9 – Taxa de desemprego, por sexo, União Europeia, 1999



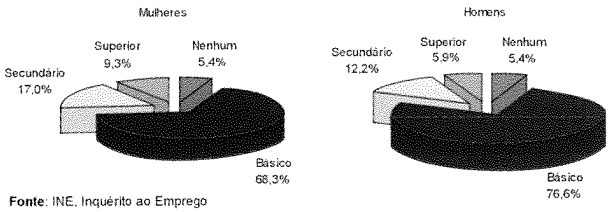
Fonte: Eurostat

A maioria das mulheres e homens desempregados têm o ensino básico

A repartição dos níveis de instrução entre a população desempregada é semelhante à da população com emprego. Em 1999, a maioria das mulheres e homens desempregados possuíam o *ensino básico*: 68,3% de mulheres e 76,6% de homens, dos quais a maior parte

detém o *1º ciclo* (31,6% das mulheres e 34,8% dos homens). Em segundo lugar, 17% de mulheres desempregadas tinham completado o *ensino secundário* (12,2% nos homens).

Figura 4.10 – Níveis de instrução da população desempregada (%), por sexo, Portugal,1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

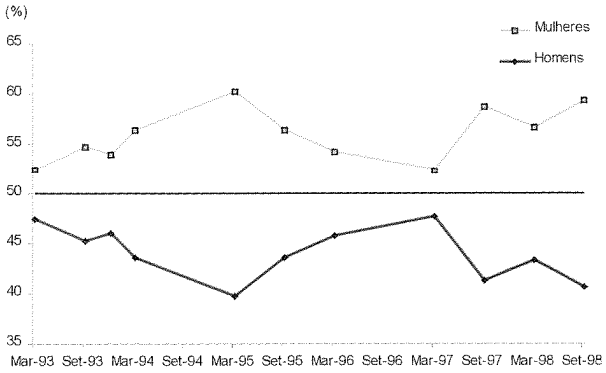
Do total de desempregados com habilitações a nível do ensino superior, a maioria das mulheres, 78,5% tinham completado o ensino superior universitário e 20,6% o ensino superior politécnico. Nos homens sem emprego a situação foi semelhante: 75,8% e 24,2%, respectivamente.

4.2 - OCUPAÇÕES E RENDIMENTOS

A maioria dos trabalhadores por conta de outrem a receberem salário mínimo são mulheres

Dados disponíveis para o período Abril de 1993 / Outubro de 1998, no Continente, mostraram que mais de 50% dos trabalhadores por conta de outrem a receberem salário mínimo eram mulheres. Em Outubro de 1998, o valor rondava os 59%, valor superior aos observados desde Abril 1995, período em que se atingiu o máximo de 60,2%.

Figura 4.11 – Trabalhadores por conta de outrem com salário mínimo (%), por sexo, Continente, 1993-1998

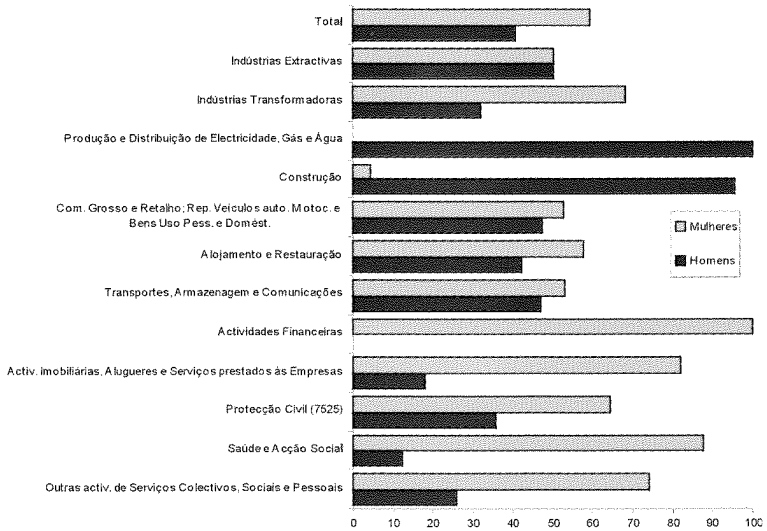


Fonte: MTS, Inquérito aos Ganhos

De um modo geral as mulheres representavam mais de 50% do total de trabalhadores por conta de outrem a receberem salário mínimo, com excepção da *Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água*, da *Construção* e das *Indústrias Extractivas*, em que os homens foram responsáveis por 100%, 95,7% e 50%, respectivamente, do total de trabalhadores nessa actividade a receberem salário mínimo.

A análise da distribuição percentual de mulheres e homens em cada uma das actividades permite evidenciar que, em 1999, a *Saúde e Acção Social* e a *Educação* eram actividades tipicamente femininas com proporções de 80,3% e de 75,0%, respectivamente. Ao contrário, actividades como a *Pesca*, a *Construção*, as *Indústrias Extractivas* e a *Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água* eram quase exclusivamente exercidas por homens, registando proporções acima dos 90%.

Figura 4.12 – Trabalhadores com salário mínimo, por actividade económica (%) por sexo, Continente, Outubro 1998



Fonte: MTS, Inquérito aos Ganhos

Comparativamente a 1992 não se registaram alterações na ordenação destas actividades, verificando-se, contudo, o acentuar da *Pesca* como actividade tipicamente masculina e da *Saúde e Acção Social* como feminina.

Actividade principal dos homens e mulheres trabalhadores exerce-se na indústria transformadora

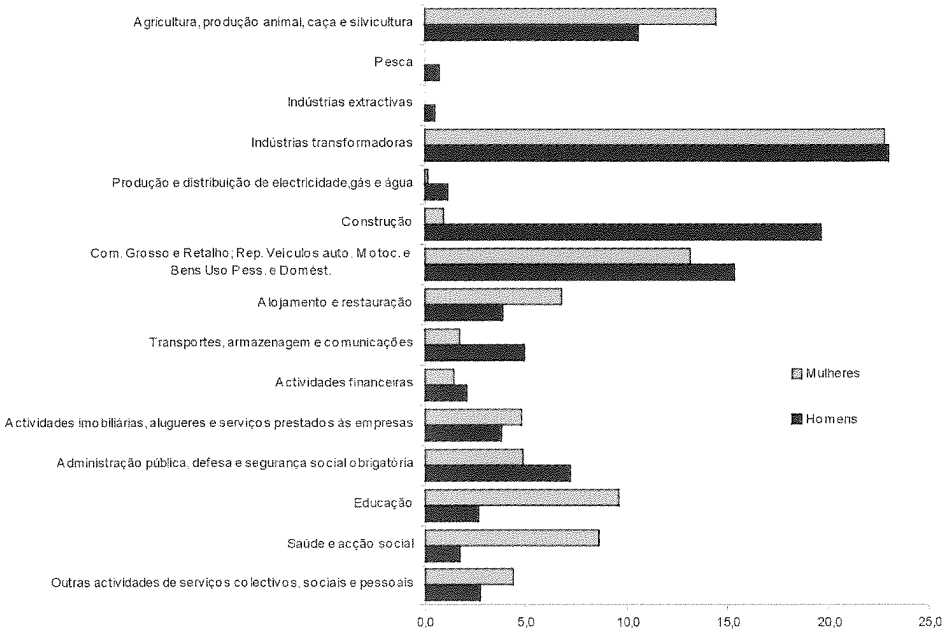
Por outro lado, numa análise do conjunto das actividades para o mesmo ano, a que registou a maior percentagem, quer de mulheres, quer de homens, foi a das *Indústrias Transformadoras*: 22,8% e 23,0%, respectivamente.
Quanto às mulheres, seguiram-se a da *Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura* (14,4%), do *Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico* (13,2%) e de *Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais* (10,9%). Comparativamente a 1992, o *Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico* (13,4%) encontrava-se à frente da *Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura* (12,7%) e a *Educação* (12,5%) encontrava-se entre as quatro primeiras actividades.

Relativamente à população masculina, seguiram-se, para o mesmo ano, a da *Construção* (19,7%), do *Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico* (15,4%) e da *Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura* (10,6%). Relativamente a 1992, verificou-se um aumento da actividade da *Construção* (que registava 13,9% dos homens empregados) e um decréscimo da *Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura* (9,8%).

"Pessoal dos Serviços e Vendedores" é a profissão mais comum das mulheres e de "Operários, Artífices e Trabalhadores Similares" a dos homens

Em 1999, quanto às profissões principais, observa-se a existência de profissões quase exclusivamente desempenhadas por homens, como é o caso das *Forças Armadas* em que cerca de 95% dos indivíduos com esta profissão são homens, ou dos *Operadores de Instalações e Máquinas, e Trabalhadores da Montagem* em que cerca de 76% são homens. Da mesma forma, constatou-se que determinadas profissões detêm uma participação feminina muito forte, tais como *Pessoal dos Serviços e Vendedores*, *Trabalhadores não qualificados* ou *Pessoal Administrativo e Similares*, oscilando entre 60 e 64%, aproximadamente, a percentagem de mulheres no total de indivíduos com tais profissões.

Figura 4.13 – Actividade económica da população empregada (%), por sexo, Portugal, 1999

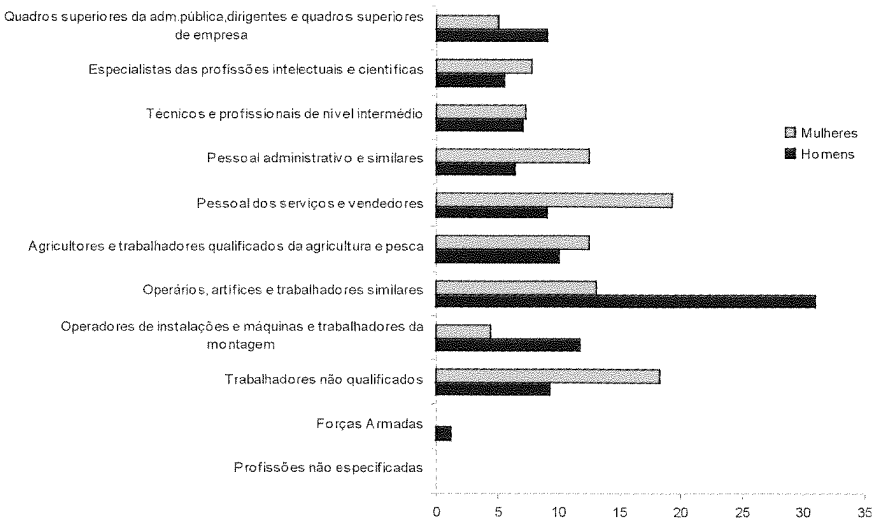


Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Relativamente ao total da população feminina empregada, para 1999, a profissão principal que a caracterizava era o *Pessoal dos Serviços e Vendedores* com 19,2%, seguindo-se os *Trabalhadores Não Qualificados* com 18,2%, e o *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares* com 13,1%.

No total da população masculina empregada, destacaram-se as profissões de *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares* com 30,9%, os *Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem*" com 11,6% e os *Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pesca* com 10,0%.

Figura 4.14 – Profissão principal da população empregada (%), por sexo, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Comparativamente a 1992, as principais profissões da população empregada não registaram diferenças na primeira posição, quer entre as mulheres quer entre os homens, não se verificando o mesmo na de segunda e terceira posições. Entre a população feminina empregada a principal profissão desempenhada foi de *Pessoal dos Serviços e Vendedores*, com cerca de 20%, seguida de *Pessoal Administrativo e Similares* (15,0%) e *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares* (14,6%). Analogamente, a população empregada masculina apresentava como profissões principais os *Operários, Artífices e Trabalhadores Similares* (28,8%), *Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas* (12,7%) e *Pessoal dos Serviços e Vendedores* (10,0%).

Mulheres ganham presença nos Parlamentos Nacional e Europeu

Interessa ainda salientar o facto do número de deputados dos Parlamentos Nacional e Europeu registar um peso cada vez mais significativo do género feminino. No Parlamento Nacional, no ano de eleições de 1999 para a VIII Legislatura, as mulheres representavam 20,9% do total de deputados, mais do dobro verificados no ano de eleições de 1991 para a VI Legislatura (8,7%). Quanto ao Parlamento Europeu, em 1990 a presença feminina era de 12,5% (decorrente das eleições de 1989), situando-se nas eleições de 1999 em 20,0%.

Quadro 4.1 – Deputados nos Parlamentos Nacional e Europeu, por sexo, 1989-1999

Parlamento Nacional					
Ano de Eleições / Legislatura	Deputados				Total
	Mulheres	(% M)	Homens	(% H)	
1991 – VI Legislatura	20	8,7	210	91,3	230
1995 – VII Legislatura	32	13,9	198	86,1	230
1999 – VIII Legislatura	48	20,9	182	79,1	230
Parlamento Europeu					
Ano de Eleições	Deputados				Total
	Mulheres	(% M)	Homens	(% H)	
1989	3	12,5	21	87,5	24
1994	2	8,0	23	92,0	25
1999	5	20,0	20	80,0	25

Fonte: Assembleia da República, Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar

Mulheres e homens em situação semelhante perante o tipo de contrato

Em 1992, cerca de 85,8% das mulheres empregadas trabalhavam com contrato permanente de trabalho. Em 1999 este indicador apresentou uma quebra de 6,5 pontos percentuais relativamente a 1992. Nos homens a situação foi idêntica, em 1999, a maioria tinha contrato permanente, (82,4%) mas com um valor inferior ao registado em 1992 (89,1%).

Mulheres com menores ganhos médios mensais por actividade

A análise às remunerações médias mensais base e ganho referentes aos trabalhadores por conta de outrem (TCO) com duração de trabalho a tempo completo, permite concluir que, de uma forma geral, para a data de referência de Outubro de 1998, as mulheres apresentaram menores ganhos médios mensais por actividade do que os homens (111,2 milhares de escudos *versus* 153,8 milhares de escudos)[5]. Exceptuam-se os da *Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória*, em que o valor médio auferido pelas mulheres era de 176,1 milhares de escudos e pelos homens de 145,6 milhares de escudos, e da *Construção*, com 113,7 milhares de escudos e 112,5 milhares de escudos, respectivamente.

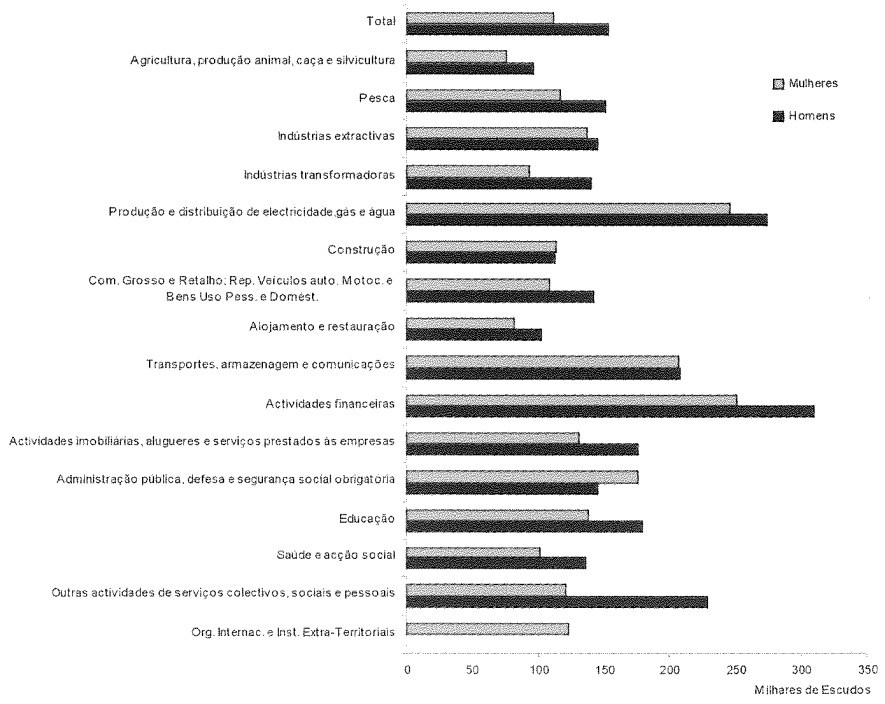
As maiores discrepâncias verificaram-se, naquele período, nas *Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais*, *Actividades Financeiras* e *Indústrias Transformadoras* com diferenças médias entre os dois sexos de 107,0, 59,8 e 47,4 milhares de escudos, respectivamente.

Menores discrepâncias por género entre remunerações médias mensais base que entre ganhos médios mensais

Quanto às remunerações médias mensais base dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo por actividade económica, de acordo com a mesma fonte e também para a data de referência de Outubro de 1998 no Continente, verificou-se uma maior equiparação entre os valores médios recebidos por homens e por mulheres, apesar de os homens manterem a superioridade nas remunerações de base: 125,9 milhares de escudos *versus* 96,3 milhares de escudos.

Este facto não se observou nas actividades *Administração Pública, Defesa e Segurança Social*

Figura 4.15 – Ganho médio mensal dos TCO a tempo completo, por sexo e actividade económica, Continente, Outubro 1998



Fonte: MTS, Quadros de Pessoal

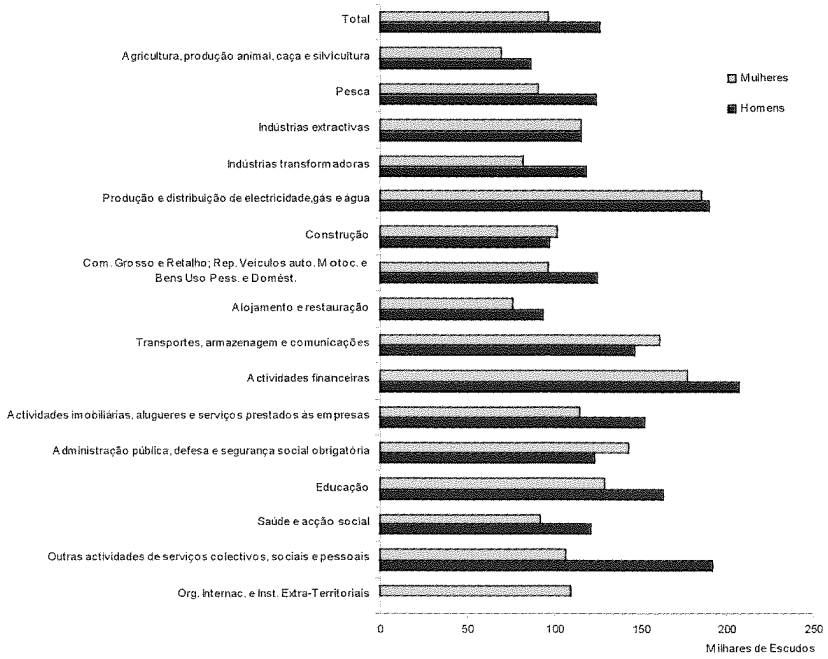
[5] Com base nos dados do Inquérito aos Ganhos realizado pelo Ministério da Trabalho e da Solidariedade (MTS) para o período de referência Março1993/ Outubro1998 no Continente, publicados nos respectivos "Quadros de Pessoal".

Obrigatória, *Transportes, Armazenagem e Comunicações*, *Construção* e *Indústrias Extractivas*, com as mulheres a receberem em média 143,2, 161,1, 101,0 e 115,4 milhares de escudos, respectivamente, e os homens 123,2, 146,5, 97,2 e 114,9 milhares de escudos, respectivamente. As maiores diferenças, com valores superiores nas remunerações dos homens, verificaram-se nas *Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais* (cerca de 85,3 milhares de escudos), nas *Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas* (cerca de 37,9 milhares de escudos) e nas *Indústrias Transformadoras* (cerca de 36,6 milhares de escudos).

Figura 4.17 – Remuneração média mensal base e ganho dos TCO a tempo completo, por sexo, Continente, 1993-1998

Fonte: MTS, Quadros de Pessoal

Figura 4.16 – Remuneração média mensal base dos TCO a tempo completo, por actividade económica e sexo, Continente, Outubro 1998



Fonte: MTS, Quadros de Pessoal

Mulheres com maior variação das remunerações médias mensais base e ganho no período 1993-1998

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, para o Continente e no período 1993-1998, as remunerações médias mensais base e ganhos apresentavam uma evolução positiva não se verificando oscilações ao longo deste período de tempo, quer para o total de TCO com duração de trabalho a tempo completo quer por género. No entanto, para a população masculina as variações foram mais suaves, contrastando com os picos observados para a população feminina. De referir ainda que, neste período, o ganho médio registou maiores oscilações nos acréscimos do que a remuneração de base.

Mulheres com salários mais baixos

Em 1992, de acordo com os dados do IE, a maior proporção de mulheres empregadas (15,0%) auferiu o escalão de salário líquido mais baixo - menos de 40 mil escudos. Em segundo lugar, 12,3% de mulheres situaram-se, em termos remuneratórios, no escalão seguinte: 40 a 45 mil escudos. Comparativamente com os homens empregados, a maior parte deles, isto é, 12,2% do total ganharam um salário líquido compreendido entre os 60 e os 70 mil escudos. No mesmo ano, e para o nível de salário mais elevado, isto é, superior a 150 mil escudos, a percentagem de mulheres relativamente ao total de empregadas, atingiu os 8,8%, sendo de 11,7% para os homens.
Em 1999, 22,0% das mulheres empregadas auferiram

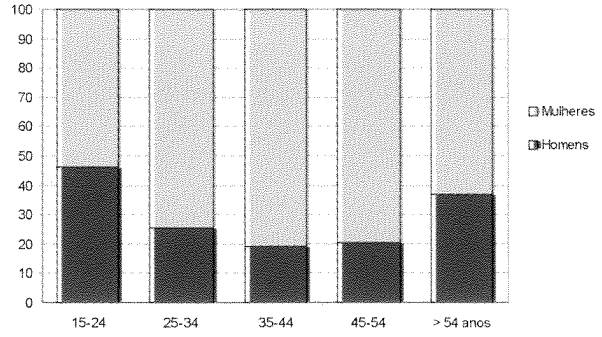
salários líquidos mensais entre 56,7 e 66 milhares de escudos (escalão salarial mais elevado do que em 1992). Em segundo lugar, 10,3% das mulheres detiveram salários entre 107 e 158 mil escudos. Com o escalão mais baixo de salários, ou seja, auferindo menos de 51,5 milhares de escudos existiam em 1999, 9,2% de mulheres e 2,7% de homens.
Para o total de homens empregados, 17,9% tinham salários líquidos mensais entre 107 e 158 mil escudos. Em segunda posição, ou seja, 11,9% dos homens receberam salários situados no escalão 76 a 86 mil escudos. Relativamente ao escalão de salários mais elevado, apenas 0,4% das mulheres que trabalhavam receberam mais de 374 mil escudos mensais, e este mesmo escalão salarial era auferido para 1,1% dos homens empregados.

4.3 - INACTIVIDADE

Mais mulheres inactivas do que homens

As mulheres inactivas representaram anualmente e em cada grupo de idade um peso superior a 50% da população inactiva total[6]. Em 1999, a faixa etária que compreende os 35 a 44 anos, foi a que registou maior percentagem de efectivos femininos inactivos, representando 81% da população inactiva total naquele grupo etário.

Figura 4.18 – População inactiva (%), por sexo e grupo etário, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

No período de 1992 a 1999, assistiu-se a uma quebra de 4,8% no número de mulheres sem actividade económica e um crescimento de 1,2% no número de homens.
Em 1999, as estudantes eram cerca de 847 mil, representando 30,3% das mulheres inactivas, as reformadas, representando 26,8% e as domésticas (23,7%). Neste mesmo ano a estrutura dos inactivos do sexo masculino repartia-se em 41,5% de estudantes, 31,0% reformados, 27,3% de outros inactivos.
Relativamente a 1992, assinala-se que as mulheres reformadas eram em maior número, cerca de 999 mil, representando 32,9% das mulheres inactivas, posicionando-se em segundo lugar as mulheres estudantes (30,9%).

[6] População inactiva: conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade, que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

4.4 - OCUPAÇÃO DO TEMPO

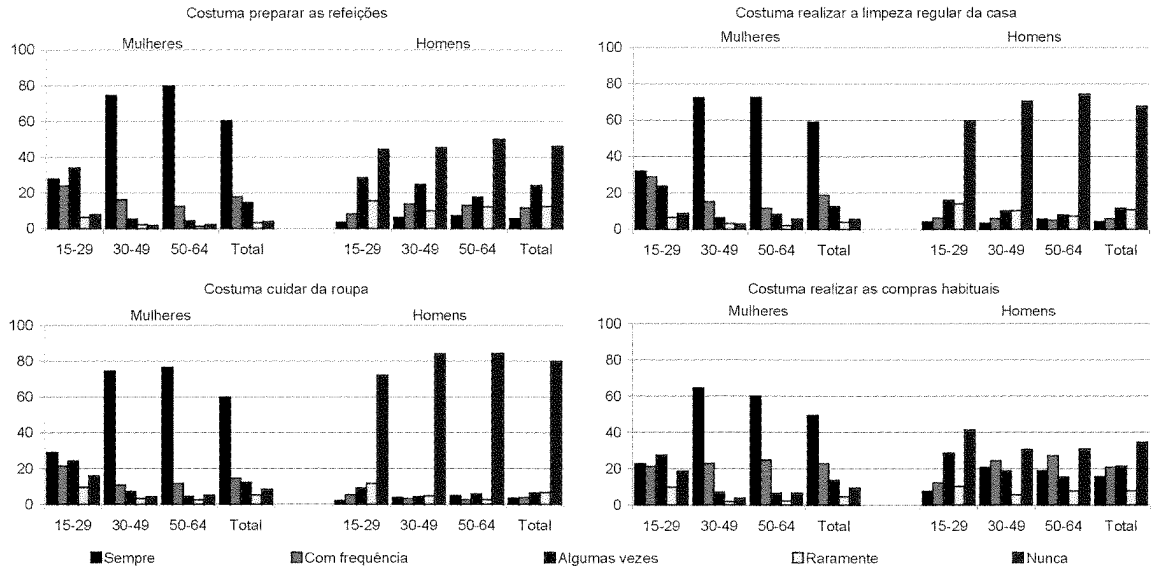
A análise aos dados do Inquérito à Ocupação do Tempo, de 1999, permite verificar algumas distinções de género relativamente a comportamentos do quotidiano referentes a *trabalho doméstico no interior da própria família*, assim como aos *cuidados à família* [7].

A *preparação de refeições*, a *limpeza regular da casa*, o *cuidado da roupa*, e as *compras habituais*, são tarefas de trabalho doméstico claramente associadas ao sexo feminino.

De facto, a *preparação das refeições* surge como uma tarefa que cerca de 60% das mulheres referiram fazer *sempre* e apenas cerca de 4% *raramente*, por oposição ao que se verifica nos homens em que mais de 45% assumiu *nunca* fazê-lo e cerca de 13% *raramente*.
A análise das respostas por grupos etários permite verificar uma alteração de comportamento nas mulheres, com uma diminuição acentuada das mulheres que referiram preparar as refeições *sempre* a descer de cerca de 80% nas mulheres com idades entre os 50 e os 64 anos para cerca de apenas 30% nas mulheres com idades entre os 15 e os 29 anos de idade. Em compensação aumentou a percentagem das mulheres que assumiu preparar as refeições *com frequência* ou apenas *algumas vezes*.
Nos homens esta alteração não é tão perceptível, pois a grande maioria dos homens de qualquer faixa etária respondeu *nunca* preparar as refeições. Este valor é mais elevado nos homens entre os 15 e os 29 anos de idade; no entanto, considerando que os homens tendem a adiar a formação da própria família para idades mais elevadas que as mulheres, é provável que esta percentagem reflicta o facto da grande maioria viver ainda com a família de origem, onde a distribuição de tarefas possa eventualmente ser mais "tradicional". Os homens com idades compreendidas entre os 50-64 anos cerca de 30% responderam *preparar as refeições com frequência* ou *algumas vezes*, subindo este valor para perto dos 40% nos homens entre os 30 e os 49 anos de idade.

[7] Nesta análise consideram-se apenas os indivíduos inquiridos em idade activa, isto é, entre os 15 e os 64 anos.

Figura 4.19 – Frequência de realização de tarefas de trabalho doméstico (%), em indivíduos em idade activa, por grupos etários e total, segundo o sexo, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo

Verificou-se o mesmo tipo de situação ao analisar a questão da *limpeza regular da casa* (limpar o pó, aspirar, entre outras) assim como com a questão do *cuidar da roupa* (lavar, passar a ferro, arrumar, etc.) onde a disparidade das proporções entre homens e mulheres foi ainda mais acentuada.

No que diz respeito às *compras habituais* (consumo alimentar, produtos de limpeza, etc.), a distribuição dos resultados apontou para uma situação mais equilibrada do que as anteriores, ou seja, embora a percentagem de mulheres que afirmou realizar este tipo de tarefas *sempre* ou *com frequência* se mantenha bastante superior à dos homens, a diferença entre as respostas dadas pelas mulheres e pelos homens foi menor: cerca de 72% das mulheres referiu efectuar este tipo de tarefas *sempre* ou *com frequência*, contrastando com os 36% de homens que o referiram.

A distribuição da frequência de realização das tarefas domésticas não é significativamente diferente se se analisar apenas a população empregada. Para além do valor económico não reconhecido do trabalho doméstico, colocam-se também questões a nível das tarefas associadas aos *cuidados à* família.

Cuidados à família a cargo sobretudo das mulheres

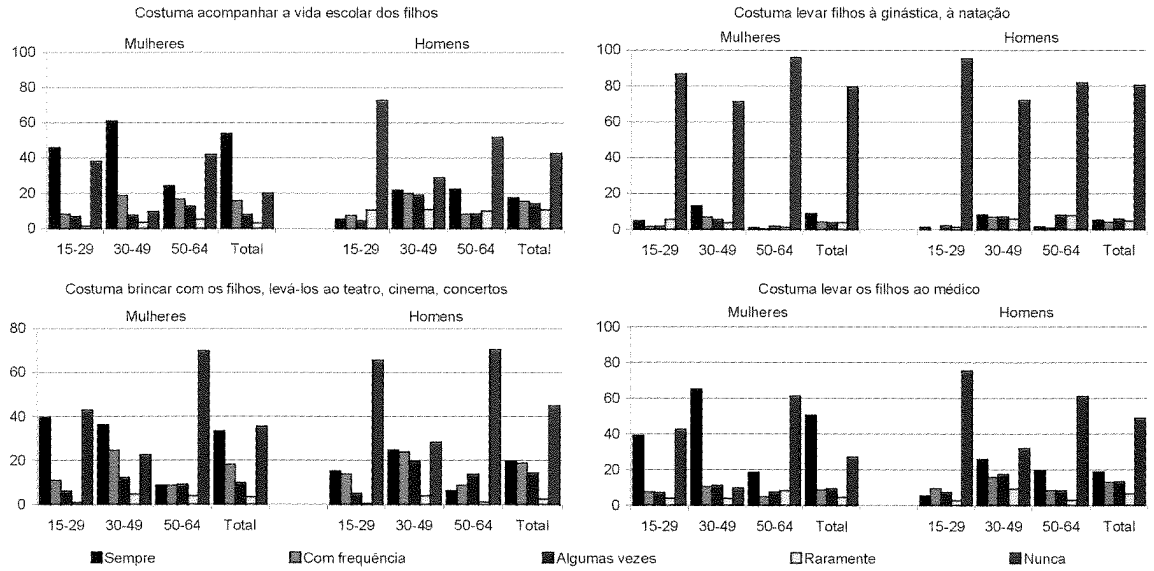
Acompanhar a vida escolar dos filhos, *levar os filhos à ginástica, natação, brincar com os filhos, levá-los ao teatro, ao cinema, a concertos*, e, *levar os filhos ao* médico, são tarefas que surgem fortemente associadas ao sexo feminino, uma vez mais. No entanto, os *cuidados à família*, denotam apesar de tudo uma maior partilha, quando comparados com o que se observa nas *tarefas domésticas*. Assim, em termos globais, se a percentagem observada de mulheres que acompanha a vida escolar dos filhos *sempre* ou *com frequência* foi de cerca de 70%, a percentagem de homens que referiu fazê-lo do mesmo modo foi de cerca de 33%, valor, apesar de tudo, um pouco superior aos que se observaram, grosso modo, quando da análise das *tarefas domésticas* (com excepção das *compras regulares*).

A distribuição percentual dos indivíduos pelas diversas opções de resposta (desde o *nunca* até ao *sempre*), segundo o sexo, na tarefa de *Levar os filhos à ginástica, à natação, etc.*, não apresentou grandes variações por género. Da análise dos resultados ressaltou apenas que esta é uma tarefa que parece assumir pouca importância, já que mais de 80% do total de inquiridos aqui abrangidos, tanto de homens como de mulheres, respondeu fazê-lo *raramente* ou mesmo *nunca*, rondando apenas cerca de 10% os que o fazem *sempre* ou *com frequência*.

O mesmo se verifica com *Brincar com os filhos, levá-los ao teatro, ao cinema, a concertos*, ou seja, apesar de, no total, as mulheres que responderam *sempre* ou *com frequência* representarem cerca de 60% e os homens cerca de 45%. Em todos os grupos etários considerados, esta percentagem foi sempre superior para as mulheres, acentuando-se a diferença nos mais jovens (15-29 anos), onde cerca de 55% das mulheres disseram fazê-lo *sempre* em comparação com apenas 23% dos homens.

Quando se trata de acompanhar os filhos ao médico, mais uma vez e de forma substancial, foram as mulheres

Figura 4.20 – Frequência de realização de tarefas nos cuidados à família (%), em indivíduos em idade activa, por grupos etários e total, segundo o sexo, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo

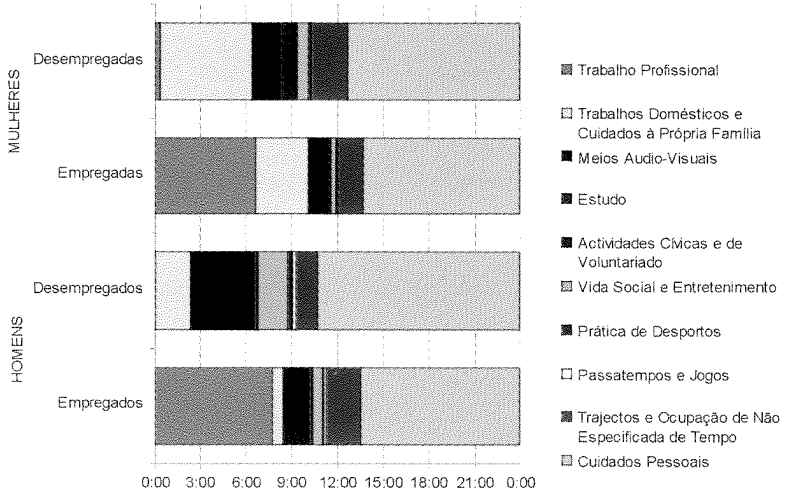
que em maior percentagem asseguram este tipo de tarefas, ressaltando as maiores disparidades nos mais jovens. No total, cerca de 68% das mulheres *levam os filhos ao médico sempre* ou *com frequência*, contrastando com os cerca de 36% de homens na mesma situação.

No conjunto do trabalho profissional e do trabalho doméstico as mulheres trabalham em média mais 2 horas

Considerando ainda apenas os indivíduos da amostra em idade activa (entre os 15 e os 64 anos de idade[8]), nos dias de semana úteis (de segunda a sexta-feira), reforça-se a ideia que a noção de trabalho profissional e trabalho remunerado surgem fortemente associadas, colocando de novo a questão da falta de visibilidade do trabalho doméstico e propiciando uma noção incorrecta de que os homens trabalham mais do que as mulheres.

Em média os homens, em idade activa, empregados, dedicam cerca de 8 horas ao trabalho profissional e as mulheres, nas mesmas condições, cerca de 7 horas. Porém, no conjunto do trabalho profissional e do trabalho doméstico, as mulheres empregadas trabalham em

Figura 4.21 – Duração média diária das actividades (horas), nos dias de semana úteis, em indivíduos em idade activa, empregados e desempregados, por sexo, Portugal, 1999



Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo

[8] Médias observadas para a amostra ponderada.

média mais 2 horas do que os homens empregados.
Os homens dedicam em média cerca de 50 minutos por dia aos *trabalhos domésticos e cuidados com a família*; no caso particular dos homens empregados este tempo reduz-se para cerca de 45 minutos. Já as mulheres dedicam em média mais de 4 horas diárias a este tipo de tarefas, reduzindo para cerca de 3,5 horas no caso das mulheres empregadas, valor ainda muito superior ao dos homens em idêntica condição perante o trabalho.
Com a crescente participação das mulheres no ensino e no mercado de trabalho, a afectação do tempo em diversas actividades, que não apenas, ou sobretudo, o trabalho doméstico, alterou-se.

Fontes:

Assembleia da República, Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, Informação sobre o Parlamento Nacional e Europeu.

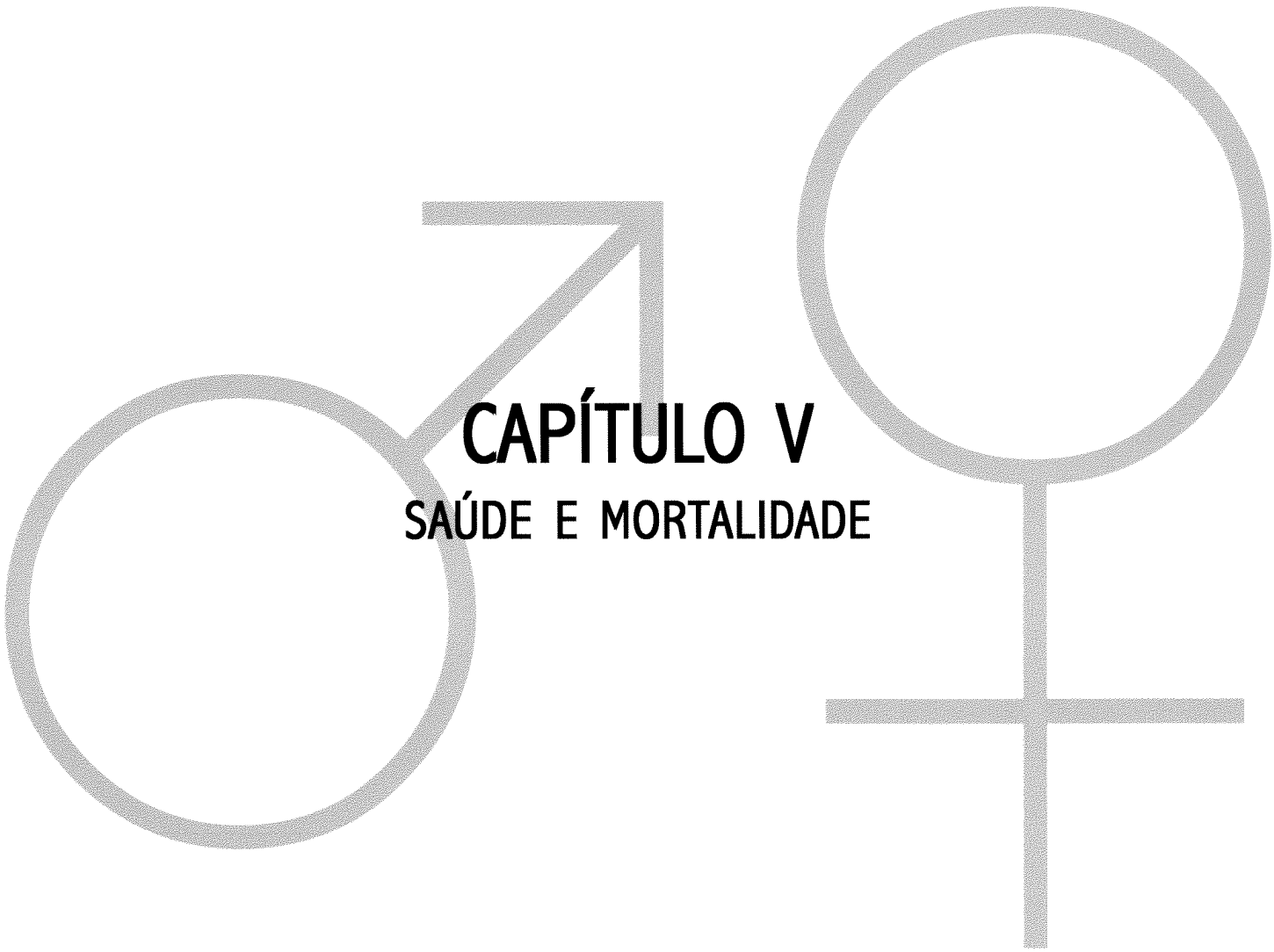
Eurostat, New Cronos.

INE, Inquérito ao Emprego, 1992-1999.

INE, Inquérito à Ocupação do Tempo, 1999.

Ministério do Trabalho, Inquérito aos Ganhos, 1993-1998.

Ministério do Trabalho, Quadros de Pessoal, 1993-1998.



CAPÍTULO V

SAÚDE E MORTALIDADE

5 – SAÚDE E MORTALIDADE

A saúde e a mortalidade de um indivíduo são particularmente influenciadas pelas suas próprias condições de vida, ao nível da alimentação, do estilo de vida, na capacidade monetária e ainda, em termos gerais, pela conjuntura sanitária e socio-económica do país onde esse indivíduo reside. O esforço para manter um bom estado de saúde física e mental é não só da responsabilidade da rede de saúde pública e privada, mas também do próprio indivíduo, que pode actuar na prevenção das doenças, através de hábitos alimentares saudáveis, no melhorar da sua condição física e no evitar de atitudes e comportamentos que contribuem para a doença.

5.1 - SAÚDE E MORBILIDADE

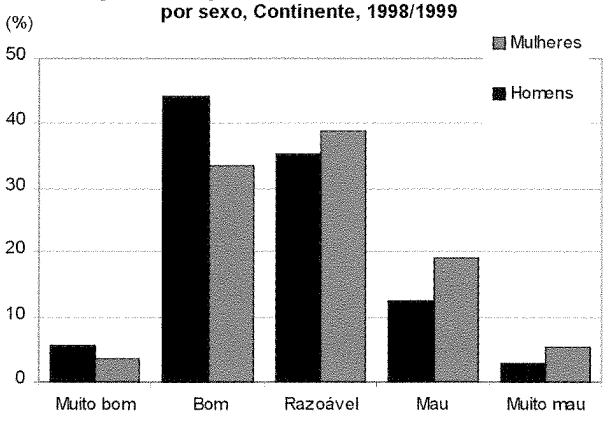
A apreciação das mulheres sobre o seu estado de saúde é, regra geral, mais baixa que a dos homens. Segundo o Inquérito Nacional de Saúde, em 1998/99, cerca de 19% das mulheres inquiridas consideraram o seu estado de saúde *mau* e 5% *muito mau*. Estas categorias foram referidas por um número significativamente mais baixo entre os homens, somando apenas 15% das respostas[1].

A maior parte das mulheres considerou o seu estado de saúde *razoável* (39% contra 35% dos homens), enquanto 44% dos homens responderam que este era *bom*, categoria identificada por apenas 33% das mulheres.

Por outro lado, determinadas *doenças crónicas* também atingem mais mulheres que homens. Segundo o mesmo inquérito, doenças como *hipertensão* ou *dores nas costas* atingiram cerca de 21% e 46%, respectivamente, das mulheres inquiridas, enquanto nos homens estas proporções descem para 13% e 33%, respectivamente. Também as *alergias* foram identificadas por mais mulheres (17% contra 12% dos homens). A *diabetes* registou cerca de 6% das respostas dos sexo feminino e 5% entre o masculino.

[1] O âmbito do Inquérito Nacional de Saúde é *a população constituída pelo conjunto dos indivíduos que residem em alojamentos familiares, no Continente (excluindo-se a população residente em alojamentos colectivos). O trabalho de campo para recolha de dados decorreu entre Outubro de 1998 e Setembro de 1999. A amostra foi repartida pelas 52 semanas do ano.*

Figura 5.1 – Apreciação sobre o estado de saúde, por sexo, Continente, 1998/1999



Fonte: INSA, Inquérito Nacional de Saúde

Obesidade atinge mais mulheres

O índice de massa corporal (IMC) aumentou ligeiramente entre 1995/96 e 1998/99, de acordo com o Inquérito Nacional de Saúde, especialmente entre os homens cuja média passou de 25,4 para 25,7. A média deste índice relativamente às mulheres aumentou de 25,0 para 25,2, entre o mesmo período. O nível que indica a obesidade (mais de 30) foi o que mais aumentou em ambos os sexos naquele período. Em 1998/99, 14,0% das mulheres e 11,4% dos homens sofriam de obesidade.

Consumo de tabaco aumentou entre as mulheres

Considerando a mesma fonte, verifica-se que o consumo de tabaco aumentou 22,4% entre as mulheres e diminuiu ligeiramente nos homens (-1,4%), no período de 1995/96 a 1998/99, embora a proporção de fumadores do sexo masculino continue bastante superior à de mulheres (três vezes mais)[2].

O facto de, durante o mesmo período, se verificar um declínio da categoria de *nunca fumadores*, em ambos os sexos, e um acréscimo dos *ex-fumadores*, mais forte nas mulheres, parece indiciar que cada vez mais pessoas experimentam o consumo de tabaco mas por períodos mais curtos.

Por outro lado, os homens consomem, regra geral, mais cigarros diariamente: cerca de 20 contra os 14 das mulheres, em 1998/99. Entre os jovens até aos 24 anos e depois dos 55 anos as diferenças entre os sexos do número médio de cigarros diários são menores.

[2] Nas questões sobre o consumo de tabaco foram inquiridas apenas as pessoas com mais de 10 anos.

A maior parte dos fumadores respondeu ter começado a fumar entre os 15 e os 24 anos: 73,5% das mulheres e 71,7% dos homens; enquanto 23,5% dos homens e 16,2% das mulheres responderam ter começado com menos de 15 anos.

Consumo de álcool mais elevado entre os homens

Reportando ainda à mesma fonte, cerca de 50% dos homens inquiridos consumiram bebidas alcoólicas *várias vezes por semana* durante os doze meses anteriores ao inquérito (de 1998/1999). Os indivíduos que responderam *raramente* terem consumido bebidas alcoólicas durante aquele período representaram 9,0% entre os homens e 13,9% nas mulheres. De referir ainda que 64,0% das mulheres e 34,5% dos homens não beberam qualquer bebida com estas características durante aquele período.

O consumo diário médio de vinho e cerveja é, da mesma forma, mais elevado entre os inquiridos do sexo masculino. Cerca de 23% dos homens consumiram em média *até 250ml* de vinho por dia (relativamente à semana anterior ao inquérito) e cerca de 17% beberam entre *250-500ml*. Estas proporções são mais baixas nas mulheres: 18% e 2%, respectivamente. O consumo médio diário de cerveja regista percentagens mais baixas entre os inquiridos, sobretudo entre as mulheres: 96% das mulheres não consumiu cerveja durante aquele período. Cerca de 13% dos indivíduos do sexo masculino afirmaram ter bebido em média entre *250-500ml* de cerveja por dia e 5% até *250ml*.

O consumo diário de leite é, por seu turno, ligeiramente mais elevado em média entre as mulheres. Embora se verifique que uma elevada percentagem de homens e mulheres não bebeu leite na semana anterior ao inquérito (26% e 23%, respectivamente), 37% das mulheres consumiram até *250ml* e 26% entre *250-500ml* média diária. Nos homens, estas proporções foram de 33% e 26%, respectivamente.

60% das consultas nos centros de saúde são efectuadas a mulheres

Segundo as Estatísticas da Saúde (INE), na última década, registou-se um aumento do número de consultas nos serviços ambulatórios dos centros de saúde. Foram as mulheres que procuraram mais os centros de saúde: em 1999, 60,3% das consultas foram efectuadas a mulheres e 39,7% a homens.

Ao analisar as consultas efectuadas por especialidade verifica-se que as três especialidades mais procuradas pelas mulheres foram a clínica geral, a saúde materna e o planeamento familiar, enquanto que os homens procuraram mais as consultas de clínica geral, pneumologia e estomatologia.

Maior número de casos notificados de doenças de declaração obrigatória pertence aos homens

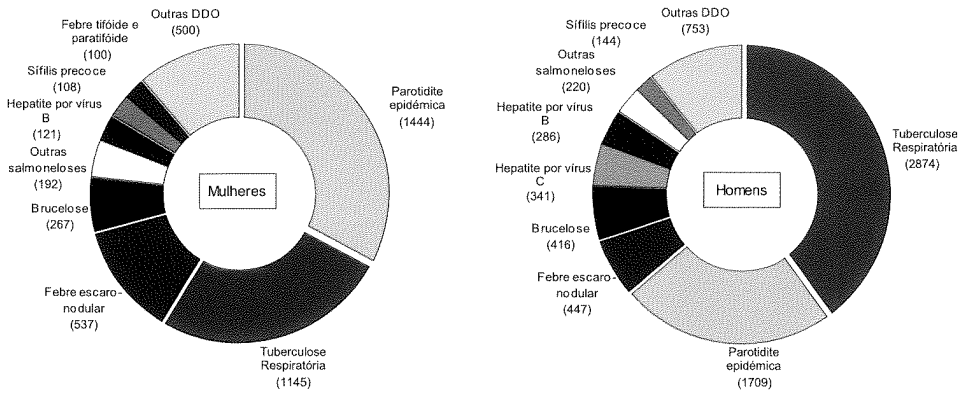
Em 1990, foram notificados em Portugal 7 727 casos de doenças de declaração obrigatória, 43,7% respeitantes a mulheres e 56,3% a homens.

Neste ano, a doença de declaração obrigatória mais notificada foi a *parotidite epidémica* com 1 258 casos (16,3%). No caso das mulheres, a doença mais notificada foi a *febre escaro-nodular* com 624 casos (8,1%) e a *parotide* com 583 casos (7,5%). No caso dos homens, surge em primeiro lugar a *brucelose* com 749 casos (9,7% do total), seguida da *parotidite* com 675 casos (8,7%).

O número de casos de doenças de declaração obrigatória ascende a 11 604 em 1999 e é superior entre os homens: 7190 casos de homens contra 4 414 casos de mulheres, a que corresponde um aumento de 62,0% e 38,0%, respectivamente, relativamente a 1990.

A *parotidite* e a *tuberculose respiratória* foram as principais doenças de declaração obrigatória notificadas a mulheres e a homens, naquele ano: foram notificados 1 444 e 1 145 casos daquelas doenças a mulheres (12,4% e 9,9% do total) e 2 874 e 1 709 casos, respectivamente (correspondentes a 24,8% e 14,7%), a homens.

Figura 5.2 – Casos notificados de doenças de declaração obrigatória, por sexo, Portugal, 1999



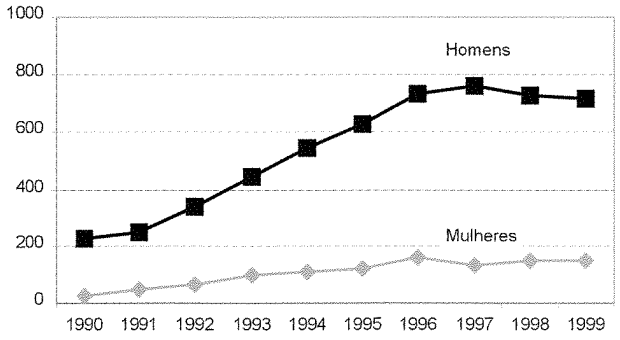
Fonte: Direcção Geral de Saúde *in* INE, Estatísticas da Saúde

Mais casos de SIDA nos homens do que nas mulheres

De 1990 a 1999, foram diagnosticados em Portugal 6 451 casos de *Doença por infecção por vírus humano de imunodeficiência* (HIV/SIDA), dos quais 16,5% diziam respeito a mulheres (1 062) e 83,5% a homens (5 386). Pertence ao ano de 1996 o registo mais elevado de casos diagnosticados de SIDA, em ambos os sexos, no total de 895 casos, dos quais 735 referentes a homens e 159 mulheres[3].

Do total de casos diagnosticados, 56,4% (3 636) faleceram naquele período, dos quais 15,1% eram mulheres (550) e cerca de 85% eram homens (3 084).

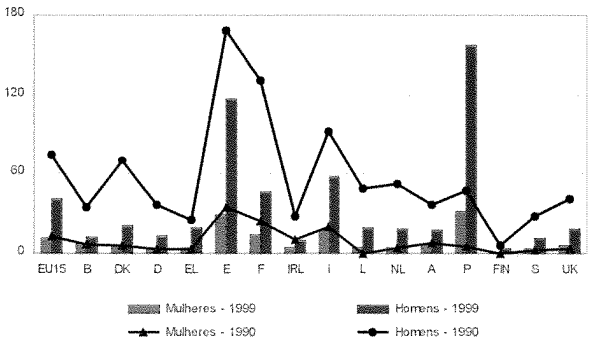
Figura 5.3 – Casos de SIDA, por sexo e ano de diagnóstico, Portugal, 1990-1999



Fonte: Instituto Nacional de Saúde, Centro de Vigilância Epidemiológica das Doenças Transmissíveis *in* INE, Estatísticas da Saúde

Comparativamente com os restantes países da União Europeia, Portugal apresentou em 1999 a maior taxa de incidência de SIDA, quer para as mulheres quer para os homens, com 31,3 e 156,9 casos, respectivamente por milhão de habitantes, valores bastante acima da média da UE (11,1 para mulheres e 40,9 para homens), seguido da Espanha. Enquanto que, a maioria dos países, viram a taxa de incidência de SIDA diminuir de 1990 para 1999, Portugal mais que quintuplicou o nível de incidência nas mulheres e mais que triplicou o valor dos homens.

Figura 5.4 – Taxa de incidência de SIDA (casos por milhão de habitantes), por sexo, União Europeia, 1990 e 1999



Fonte: Eurostat, New Cronos

5.2 - MORTALIDADE

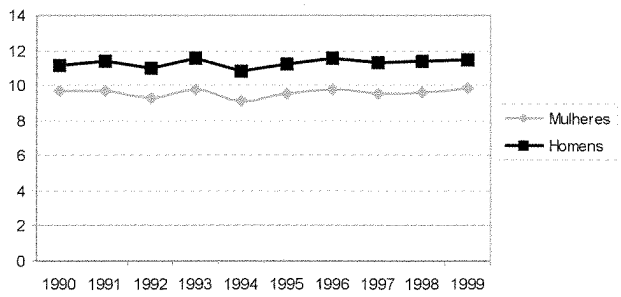
Sobremortalidade masculina mantém-se estável ao longo da década de 90

Em 1999, faleceram 51 692 mulheres e 56 179 homens residentes em Portugal, mais 4,3% e 5,6%, respectivamente que em 1990, mantendo-se estável a *sobremortalidade masculina* (cerca de 52,1% de óbitos do sexo masculino contra 47,9% do sexo feminino).

A ideia anterior pode ser confirmada pela análise da evolução da *taxa bruta de mortalidade*, ao longo da década de 90, que não apresenta oscilações significativas, em ambos os sexos. A taxa de mortalidade passou de 9,7‰ para as mulheres e 11,2‰ para os homens em 1990 para 9,8‰ e 11,4‰, respectivamente em 1999. A *sobremortalidade masculina* foi sempre bem evidente, registando-se no ano de 1996 a maior diferença entre os dois sexos.

3 Em 1991 notificou-se 1 caso de "sexo não referido" morto, em 1995 notificou-se 1 caso de "sexo não referido" morto e em 1996 notificou-se 1 caso de "sexo não referido" morto.

Figura 5.5 – Taxa de mortalidade (por mil habitantes), por sexo, Portugal, 1990-1999



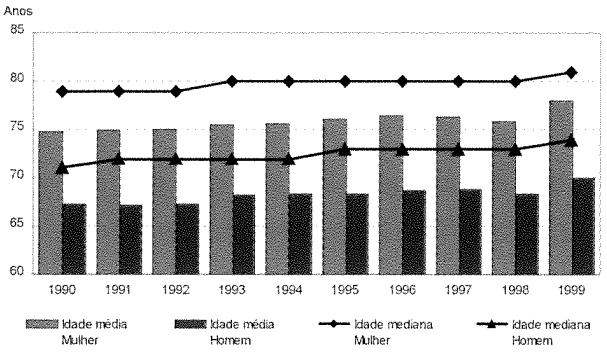
Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

As taxas de mortalidade dos restantes países da União Europeia[4] também não revelam oscilações significativas, ao longo da década de 90, nem valores muito díspares entre si. Em 1999, Portugal apresenta a taxa de mortalidade masculina mais elevada da UE, seguido da Dinamarca (10,9‰), enquanto que a taxa para as mulheres se situa ligeiramente acima do valor médio da UE para esse grupo (9,8‰, em 1998) mas abaixo do valor de outros países, como por exemplo do Reino-Unido (11,0‰). Em cerca de um terço dos países da UE não se verifica a *sobremortalidade masculina* (Alemanha, Áustria, Dinamarca, Holanda, Reino-Unido e Suécia).

Idade média e mediana ao óbito aumenta em ambos os sexos

No que se refere à *idade média* à ocorrência do óbito, registou-se para ambos os sexos, um comportamento idêntico: morre-se cada vez com mais idade. Enquanto que, em 1990, a *idade média* ao óbito para a mulher foi de cerca de 74,8 anos, em 1999 passou para 78 anos (67,2 anos e 70 anos para o homem, respectivamente). A *idade mediana*[5] é ligeiramente superior à *idade média* em ambos os sexos e aumentou continuamente no período estudado: em 1999 a *idade mediana* ao óbito foi de 81 anos nas mulheres e de 74 anos nos homens, enquanto que em 1990 esse valor foi de 71 anos para as mulheres e 79 anos para os homens.

Figura 5.6 – Idades médias e medianas ao óbito, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Doenças do aparelho circulatório são a principal causa de morte mas a sua importância tem vindo a diminuir

Analisando a evolução de algumas causas de morte definidas pela lista básica da CID - 9[6], durante os anos noventa, observam-se algumas tendências que merecem realce.

Quadro 5.1 – Principais causas de morte, por sexo, em Portugal, 1990 e 1999

Causas de Morte	CID - 9 Lista Básica	1990		%		1999		%	
		H	M	H	M	H	M	H	M
Tuberculose	02, 077	288	97	0,54	0,20	260	111	0,46	0,21
Tumores Malignos	08 - 14	10 254	7 922	19,19	15,95	12 322	8 612	21,82	16,63
Tumor maligno do esófago	090	373	134	0.70	0,27	391	106	0.69	0.20
Tumor maligno do estômago	091	1 798	1 212	3,36	2,44	1 581	1 066	2,80	2,06
Tumor maligno do colon	093	751	735	1,41	1,48	1 092	920	1,93	1,78
Tumor maligno da traqueia, brônquios e pulmões	101	1 825	416	3.42	0,84	2 226	500	3,94	0,97
Tumor maligno da mama	113	-	1 410	0,00	2,84	-	1 498	-	2,89
Tumor maligno da próstata	124	1 123	-	2,10	0,00	1 700	-	3,01	-
Tumor maligno do tecido linfático e dos orgãos hematopoéticos	14	629	566	1.18	1,14	794	770	1,41	1.49
Diabetes Mellitus	181	1 087	1 608	2,03	3,24	1 430	1 955	2,53	3,77
Doenças do Aparelho Circulatório	25-30	20 961	24 565	39,22	49,45	19 039	22 959	33,71	44,32
Doenças Isquémicas do Coração	27	5 288	4 202	9.90	8,46	5 070	4 125	8,98	7.96
Enfarte agudo do miocárdio	270	4 232	2 901	7,92	5,84	3 801	2 721	6,73	5,25
Doenças cerebro-vasculares	29	10 750	13 890	20.12	27,96	9 250	12 367	16.38	23.88
Pneumonia	321	1 427	1 351	2,67	2,72	2 667	2 344	4,72	4,53
Bronquite crónica, Enfisema e Asma	323	989	561	1,85	1,13	524	341	0,93	0,66
Doenças Crónicas do Fígado e Cirrose Hepática	347	1 741	674	3,26	1,36	1 425	498	2,52	0,96
Sintomas, Sinais e Afecções mal definidas	46	5 638	6 482	10,55	13,05	6 725	6 653	11,91	12,84
Infecção por vírus humano de imunodeficiência	57	135	18	0,25	0,04	797	183	1,41	0,35
Outras Causas de Morte		11 054	6 416	20,69	12,92	11 282	8 141	19,98	15,72
TOTAL DOS ÓBITOS		53 439	49 676	100	100	56 471	51 797	100	100
Acidentes de transporte	E 47	2 279	639	46.34	35.15	1 353	381	36.96	27.99
Suicídios e lesões auto-infligidas	E 54	643	228	13.07	12,54	407	138	11,12	10.14
Homicídios	E 55	118	47	2.40	2,59	82	36	2.24	2,65
Outras Causas de Morte E		1 878	904	38.19	49,72	1 819	806	49.69	59.22
TOTAL CAUSAS E		4 918	1 818	100	100	3 661	1 361	100	100

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

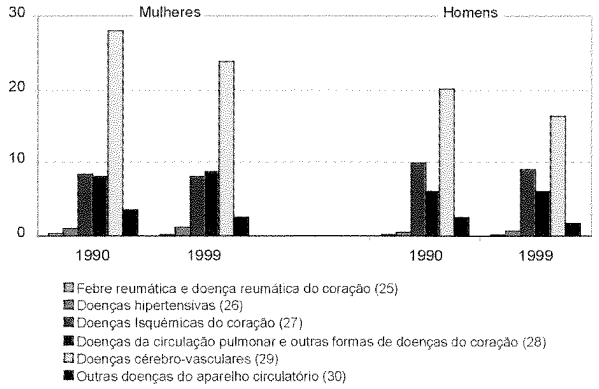
[4] Fonte: Eurostat, New Cronos

[5] Idade mediana: idade em que o acumulado de óbitos desde a nascença atinge os 50% dos óbitos ocorridos durante o ano.

[6] CID - 9 : Classificação das Doenças, Traumatismos e Causas de Morte (OMS - 9ª Revisão).

As *doenças do aparelho circulatório* mantiveram-se, em 1999, como as causas de morte mais importantes (44,3% do total de óbitos femininos contra 33,7% do total de óbitos masculinos), salientando-se, entre estas, as *doenças cerebro-vasculares* que, neste mesmo ano, vitimaram 12 367 mulheres e 9 250 homens, representando 23,9% do total de óbitos femininos; nos homens, o peso deste agrupamento de doenças foi de 16,4%. As *doenças do aparelho circulatório* reduziram o seu peso no total de óbitos femininos e masculinos ao longo do período em estudo.

Figura 5.7 – Óbitos pela causa de morte *doenças do aparelho circulatório* (25-30) (%), por sexo, Portugal, 1990 e 1999



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Também as *taxas brutas de mortalidade* por esta causa específica, confirmam a tendência de descida, sobretudo a partir de 1993, para ambos os sexos. Em toda a década, a taxa é sempre superior entre as mulheres, com valores em 1990 de 479 óbitos por cem mil mulheres e em 1999 de 436. Para os homens, as taxas correspondentes são de 439 e 388 óbitos por cem mil homens, para os mesmos anos.

Entre os países da UE, as *doenças do aparelho circulatório* são também a principal causa de morte, com um valor mais elevado entre os homens[7]. Em 1998, Portugal apresentou a *taxa standardizada de mortalidade*[8] feminina mais elevada nesta causa de morte (290 óbitos por cem mil habitantes), seguido da Grécia (289) e do Reino-Unido (228), valores bastante acima da média da UE (218). No que respeita aos homens, a *taxa standardizada de mortalidade* na causa de morte em análise mais elevada pertenceu à Irlanda (457 óbitos por cem mil habitantes), seguido da Áustria (419) e de Portugal (396).

Tumores malignos são a segunda causa de morte e afectam mais os homens

Os *tumores malignos* constituíram a segunda causa de morte durante o período analisado e não têm cessado de crescer tanto para as mulheres (de 16,0% em 1990 para 16,6% em 1999) como para homens (de 19,2% em 1990 para 21,8% em 1999). Em 1999, foram vítimas desta causa de morte 8 612 mulheres e 12 322 homens, a que corresponde uma *taxa de mortalidade* de 164 óbitos de mulheres por cem mil mulheres e 258 óbitos de homens por cem mil homens.

O *tumor maligno da mama feminina* manteve, durante o período em análise um peso relativo que rondou os 3% estando relativamente estabilizado face à evolução global da mortalidade feminina (em 1990 faleceram 1 410 mulheres com cancro na mama tendo esse número aumentado ligeiramente para 1 498 em 1999).

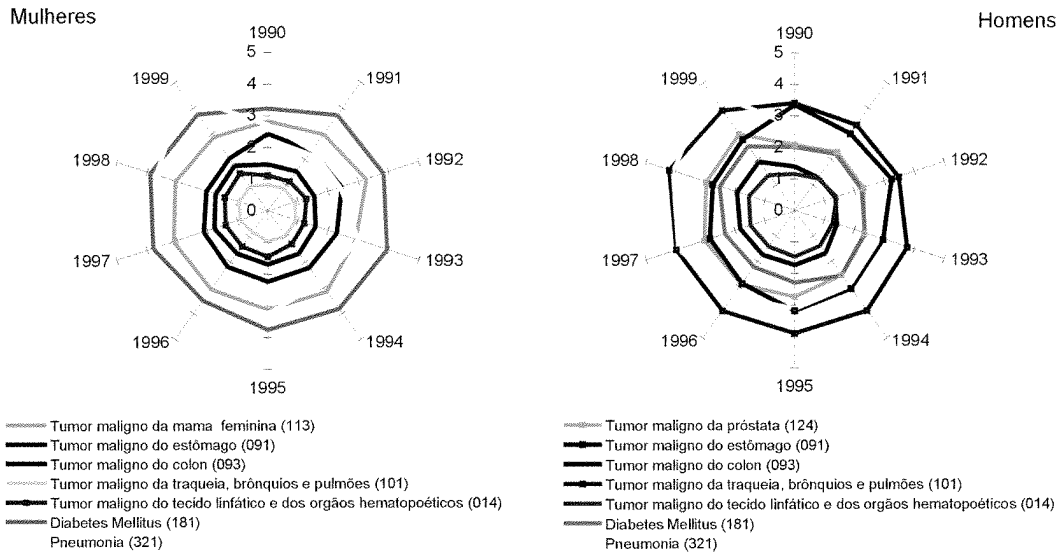
O número de óbitos masculinos por *tumor maligno da próstata* passou de 1 123 casos para 1 700 em 1999, representando 3,0% dos óbitos ocorridos nesse ano.

De ressaltar o acréscimo da mortalidade por *tumor maligno do tecido linfático e dos orgãos hematopoéticos* e por *tumor maligno do cólon*, tanto para mulheres como para homens.

[7] **Fonte:** Eurostat, Statistiques Sociales Européennes, Démographie, 2001.

[8] Segundo o Eurostat "*a taxa de mortalidade standardizada* corresponde à taxa de mortalidade distribuída por idades *standardizadas*. Como a maioria das causas de morte variam significativamente com o sexo e a idade dos indivíduos, a utilização de *taxas de mortalidade standardizadas* melhora a comparação ao longo do tempo e entre países, se se pretender medir as taxas de mortalidade independentemente das diferentes estruturas etárias da população" (Eurostat, Health, 2000, tradução livre).

Figura 5.8 – Causas de morte (%), por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Os *tumores* constituem a segunda causa de morte nos países da UE[9]. Dados de 1998 revelam que as *taxas standardizadas de mortalidade* para esta causa de morte são superiores para os homens. Em 1998, verificaram-se na UE 147 óbitos de mulheres por cada cem mil habitantes, com os valores mais altos a registarem-se na Dinamarca (207), Irlanda e Reino-Unido (ambos com 172); Portugal registou um valor de 127 óbitos de mulheres por cem mil habitantes. Relativamente aos homens, na UE verificou-se uma *taxa standardizada de mortalidade* por tumores de 262 óbitos por cem mil habitantes, com um registo mais elevado na Holanda (309), seguida da Bélgica (307) e de Espanha (295); o valor para Portugal foi de 247.

A *diabetes mellitus* tem vindo a agravar-se, e as mortes por esta causa continuam a assumir maior relevância entre as mulheres (3,8% do total dos óbitos femininos, contra 2,5% dos óbitos masculinos). Em 1999, a *taxa de mortalidade* por esta doença foi de 37 óbitos de mulheres por cada cem mil mulheres e 30 óbitos de homens por cada cem mil homens.

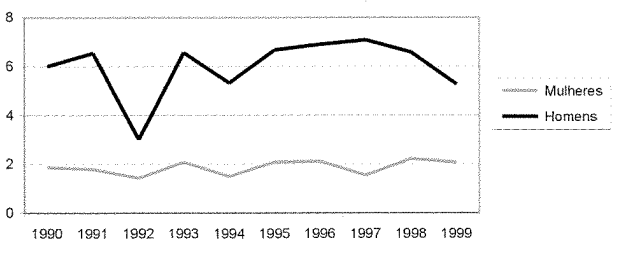
Quanto à *pneumonia*, a tendência tem sido de reforço do peso no total dos óbitos femininos, embora em 1999 se tenha verificado uma ligeira subida. Esta doença foi responsável, naquele ano, por 2 344 óbitos femininos, representando 4,5% do total de óbitos contra os 2,7% em 1990. Os óbitos masculinos por *pneumonia* representaram 2,7% , em 1990, aumentando este valor para 4,7%, no último ano em análise (2 667 óbitos). Enquanto que, em 1990, a *taxa de mortalidade* por esta causa de morte foi de 26 óbitos por cada cem mil mulheres e 30 óbitos por cada cem mil homens, em 1999 essas taxas aumentaram para 45 e 56, respectivamente.

Ligeira subida das taxas de mortalidade por tuberculose nas mulheres

Apesar de pouco expressiva a importância que ultimamente a *tuberculose* tem adquirido, dada a sua estreita ligação com outras causas de morte, nomeadamente a SIDA, justifica uma breve análise. Em 1990, ocorreram 97 óbitos femininos e 288 óbitos masculinos por esta causa de morte em Portugal (incluindo os efeitos tardios da tuberculose); em 1999, estes valores foram de 111 óbitos e 260, respectivamente. As *taxas de mortalidade* indiciam também elas não só a *sobremortalidade masculina* como o acréscimo no número de óbitos provocados por esta doença.

A tendência de aumento ocorrida até 1998 parece ter-se modificado no sexo masculino. De referir, que os valores de óbitos nesta causa de morte são diminutos, o que pode justificar as flutuações observadas.

Figura 5.9 – Taxa de mortalidade (por cem mil habitantes), pela causa de morte *tuberculose e os seus efeitos tardios* (02 e 077), por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

[9] **Fonte:** Eurostat, Statistiques Sociales Européennes, Démographie, 2001.

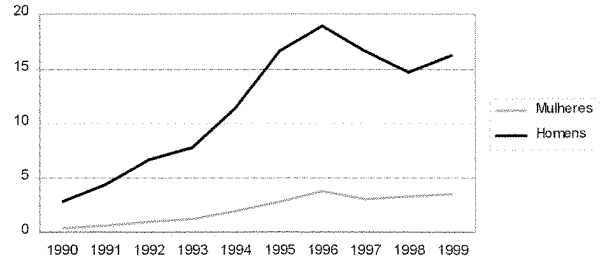
Aumento mais acentuado das taxas de mortalidade por SIDA nas mulheres

Os óbitos motivados por *infecção por vírus humano de imunodeficiência (HIV/SIDA)* aumentaram, em termos percentuais, de 0,02%, em 1990 para 0,17% em 1999, nas mulheres e de 0,13%, para 0,74%, nos homens, nos mesmos anos.

Esta doença, tradicionalmente com maior incidência no sexo masculino, tem revelado nos últimos anos um acréscimo mais forte no sexo feminino. Esta afirmação é justificada pela *taxa de variação* de óbitos ocorridos entre 1990 e 1999: cerca de 430% nos homens e 850% nas mulheres, ou seja, um aumento de mais de oito vezes e meia nas mulheres e mais do quadruplo nos homens. Esta forte variação poderá ser explicada pelos diminutos casos declarados em 1990. Contrariamente ao decréscimo ocorrido entre os homens, o número registado de mulheres falecidas por SIDA aumentou em 1999, comparativamente ao ano de 1990.

Considerando as *taxas de mortalidade*, ou seja, a relação entre o número de óbitos resultantes por esta causa de morte, e a população média do mesmo período (por cem mil habitantes), verifica-se além da *sobremortalidade masculina*, o aumento no período de 1990 a 1999, com um decréscimo nos anos de 1997 e 1998, em particular nos homens.

Figura 5.10 – Taxa de mortalidade (por cem mil habitantes), pela causa de morte *HIV/SIDA* (57), por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

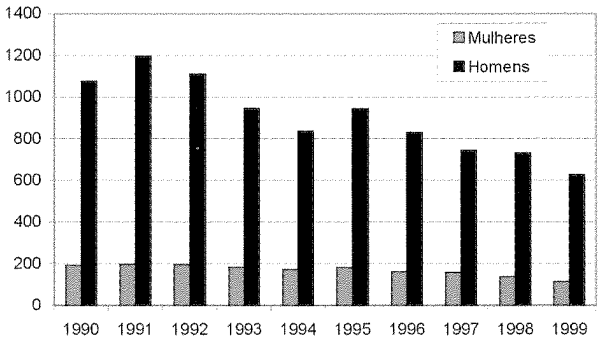
Comparativamente à UE, em 1998, Portugal é o país com a *taxa standardizada de mortalidade* por SIDA mais elevada, em ambos os sexos, com 3 óbitos de mulheres e 16 óbitos de homens por cem mil habitantes, seguido de Espanha com cerca de 1 e 7, respectivamente[10]. Note-se que a taxa da UE-15 foi de 1,2 para as mulheres e 4,6 para os homens. A *sobremortalidade masculina* quanto a esta causa de morte é evidente em todos os países da UE.

Morrem mais homens por acidentes do que mulheres

Os *acidentes de transporte* e, nestes, os *acidentes de trânsito de veículos a motor* foram responsáveis pela maior parte dos óbitos por causas de morte externas, diminuindo de 9,0% para 7,0% entre 1990 e 1999, para as mulheres, e de 32,3% para 24,6%, para os homens. Em 1999, os *acidentes de transporte* originaram 381 óbitos do sexo feminino e 1 353 do sexo masculino.

Nas idades entre os 15 a 39 anos registou-se o maior número de óbitos por acidentes de trânsito de veículos a motor, tanto para homens como para mulheres. Durante a década de noventa, foi no ano de 1991 que ocorreu o maior número de óbitos por esta causa, naquelas idades e em ambos os sexos, com 196 óbitos de mulheres e 1196 óbitos de homens. Em 1999, observou-se uma diminuição considerável daquele valor, em ambos os sexos (113 acidentes de mulheres e 627 de homens), com maior visibilidade nos homens, reduzindo-se o número de óbitos quase a metade.

Figura 5.11 – Óbitos de indivíduos com 15 a 39 anos, por *acidentes de trânsito de veículos a motor*, segundo o sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

Observando os dados mais recentes disponíveis para a UE, e relativamente às mulheres, pertencem à Grécia (10 óbitos de mulheres por cem mil habitantes) e Bélgica (8) as *taxas standardizadas de mortalidade* mais elevadas por acidentes de transporte[11]; Portugal apresenta uma taxa de 7. Quanto aos homens, as taxas mais altas pertencem também à Grécia (33) e a Portugal (27). A média para a UE foi de 5,5 e 17,5 óbitos de mulheres e homens, respectivamente, por cem mil habitantes.

[10] **Fonte:** Eurostat, Statistiques Sociales Européennes, Démographie, 2001.

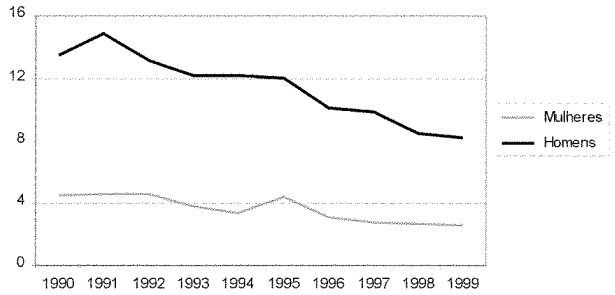
[11] **Fonte**: Eurostat, New Cronos.

Queda das taxas de suicídio em ambos os sexos

Em 1999, registaram-se 138 óbitos femininos e 407 óbitos masculinos por *suicídios e lesões auto-infligidas*, representando 2,7% e 8,1%, no conjunto de óbitos ocorridos por causas externas.

No mesmo ano, as *taxas de mortalidade* calculadas para esta causa de morte mostram que, em cada cem mil mulheres, suicidaram-se cerca de três, enquanto que, por cada cem mil homens, suicidaram-se nove indivíduos. Em 1990, as taxas de suicídio foram ligeiramente superiores: quatro suicídios de mulheres por cada cem mil mulheres e treze suicídios de homens por cem mil homens.

Figura 5.12 – Taxa de mortalidade (por cem mil habitantes), pela causa de morte *suicídio e lesões auto-infligidas* (E54), por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde

A *relação de masculinidade* nesta causa de morte revela bem as diferenças entre os sexos. Enquanto que, em 1990, por cada 100 óbitos de mulheres por suicídio, ocorreram 282 óbitos de homens pela mesma causa, em 1999, essa relação aumenta para 295 por cada 100. O número de óbitos de homens por suicídio quase que triplica os de mulheres.

A *taxa standardizada de mortalidade* por suicídio para os países da UE, em 1998, apresenta valores sempre superiores nos homens. A Finlândia (38,5 por cem mil habitantes), seguida da Áustria (30,2) e da Bélgica (30,1), detêm as taxas de suicídio masculinas mais elevadas e muito acima da média da UE (17,4). Portugal apresenta uma taxa de 9,6. No que se reporta às mulheres, as taxas de suicídio mais expressivas encontram-se na Bélgica (10) e na Finlândia (9,8). Em Portugal, a taxa de suicídio das mulheres (2,4) reduz-se praticamente a metade do valor da taxa standard encontrada para a média europeia.

Mortalidade infantil recua em ambos os sexos

O indicador mais utilizado para medir a mortalidade infantil é a *taxa de mortalidade infantil* definida pela relação entre o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano, verificados num determinado período e o número de nados vivos ocorridos no mesmo período.

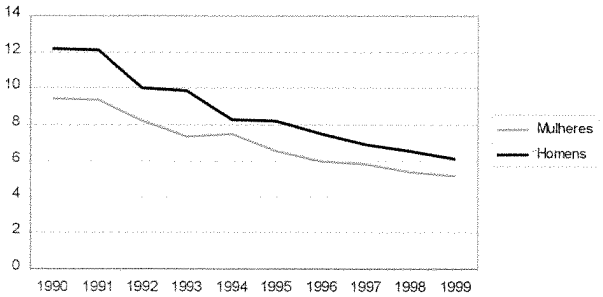
A evolução do nível da mortalidade infantil em Portugal, caracteriza-se por um decréscimo ao longo da década de noventa. Em 1990, registaram-se 534 óbitos de crianças com menos de 1 ano do sexo feminino e 732 do sexo masculino, a que correspondem as taxas de mortalidade infantil de 9,47‰ e 12,22‰, respectivamente. Em 1999, verificou-se uma diminuição dos óbitos com menos de 1 ano, 286 do sexo feminino e 365 do sexo masculino, que por sua vez corresponde a taxas de 5,09‰ e 6,11‰, respectivamente.

De ressaltar, uma tendência de diminuição do nível da mortalidade infantil em Portugal, a qual sofreu um decréscimo apreciável nos últimos anos mas que se situa ainda em valores elevados quando comparados com outros países europeus.

A média europeia das *taxas de mortalidade infantil* em 1999 foi de 5,0‰[12]. Quanto às taxas de mortalidade infantil, por sexo, a Suécia (2,6‰) é o país da Europa dos 15 que deteve a taxa feminina mais baixa, seguida do Luxemburgo (3,3‰) e Finlândia (3,4‰); quanto à taxa masculina, a Finlândia (3,8‰), a Suécia (4,1‰) e a Áustria (4,4‰) apresentam os valores mais baixos. Pelo contrário, as taxas mais elevadas verificaram-se na Grécia, para ambos os sexos (5,7‰ para óbitos femininos e 6,6‰ para óbitos masculinos), seguida da Irlanda quanto à taxa feminina (5,2‰) e do Reino-Unido (6,4‰), relativamente à taxa masculina.

Durante os anos noventa, de um modo geral, todos os países da UE viram as suas taxas de mortalidade infantil decrescer, em ambos os sexos.

Figura 5.13 – Taxa de mortalidade infantil (óbitos de menos de 1 ano por mil nados vivos), por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

[12] **Fonte**: Eurostat, New Cronos.

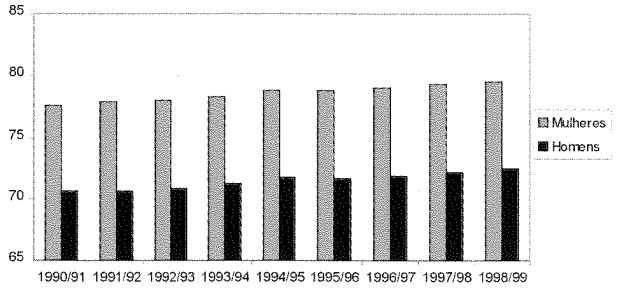
5.3 - LONGEVIDADE

Esperança de vida à nascença mais longa nas mulheres

A esperança média de vida à nascença é mais elevada para as mulheres, como resultado da *sobremortalidade masculina*. Estas viveram em média mais 7 anos do que os homens, na década de 90.

Comparando os anos de 1990/91 e 1998/9, verificou-se que a esperança de vida à nascença tem vindo a aumentar para ambos os sexos, tendo-se mantido o diferencial entre as idades. Em 1990, a esperança de vida feminina à nascença foi de 77,6 anos passando para 79,5 anos em 1999 e para os homens foi de 70,6 e de 72,5 anos, respectivamente.

Figura 5.14 – Esperança de vida à nascença (anos), por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Mulheres com 65 anos vivem, em média, mais três anos e meio do que os homens

Em 1999, uma mulher com 50 anos ainda esperava viver mais 31,7 anos e um homem 26,9 anos.

No mesmo período, a esperança de vida das mulheres aos 65 anos foi estimada em 18,4 anos, enquanto a dos homens, que atingiram a mesma idade, foi de 15,1 anos, resultando num diferencial de cerca de 3,3 anos entre os sexos.

Em 1990/91, de 100 000 nados vivos 87 023 mulheres poderiam esperar atingir os 65 anos, enquanto apenas 55 012 esperavam alcançar os 80 anos. Em 1998/99, e reflectindo os progressos no campo da mortalidade, o número de mulheres elevou-se a 89 079 mulheres, no caso das que poderiam esperar atingir os 65 anos e 61 481, no caso das que esperavam atingir os 80 anos.

Comparativamente, o número de homens sobreviventes é inferior ao das mulheres para as mesmas idades e anos: em 1990/91, 73 583 homens esperavam atingir os 65 anos e 33 882 esperavam atingir os 80 anos; em 1998/99, esses valores elevaram-se para 76 609 e 39 055 homens, respectivamente, naquelas idades.

Apesar dos ganhos na esperança de vida à nascença, Portugal não conseguiu, ainda, superar os níveis mais baixos da UE.

Em 1999, a média comunitária para este indicador relativo à mulher foi de 81,2 anos, um valor ainda bem acima do português (79,5 anos) e consideravelmente inferior aos 82,5 anos (1999) registados na Grécia, país líder neste indicador, e em França (82,4). Pertencem à Dinamarca (79,0) e à Irlanda (79,1) os valores mais baixos. Portugal ocupa a terceira posição. Relativamente aos homens, a média da UE, para o mesmo ano, situa-se em 74,9 anos, com a Suécia (77,1) a registar a esperança de vida mais elevada, seguida da Grécia (75,5); os valores mais baixos verificaram-se em Portugal (72,5) e na Finlândia (73,8).

Quadro 5.2 – Esperança de vida (anos), por sexo, Portugal, 1990-1999

Esperança de vida (e_x)

Anos	$e_{0\ anos}$		$e_{50\ anos}$		$e_{65\ anos}$		$e_{70\ anos}$		$e_{80\ anos}$	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1990/91	77,60	70,58	30,28	25,56	17,23	14,12	13,31	10,93	6,96	5,89
1991/92	77,87	70,62	30,47	25,61	17,41	14,15	13,45	10,94	6,97	5,81
1992/93	78,04	70,79	30,53	25,56	17,44	14,08	13,48	10,88	6,94	5,65
1993/94	78,30	71,24	30,74	25,74	17,59	14,20	13,61	10,96	7,00	5,67
1994/95	78,76	71,66	31,11	26,19	17,91	14,53	13,88	11,26	7,25	5,99
1995/96	78,83	71,55	31,12	26,19	17,91	14,56	13,89	11,30	7,23	6,01
1996/97	79,02	71,80	31,33	26,35	18,10	14,72	14,09	11,45	7,34	6,13
1997/98	79,31	72,22	31,59	26,67	18,34	14,96	14,29	11,66	7,54	6,35
1998/99	79 53	72 50	31 69	26 86	18 41	15 06	14 35	11 76	7 57	6 47

Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Quadro 5.3 – Número de sobreviventes (por 100 000 nados-vivos), por sexo, Portugal, 1990-1999

Número de sobreviventes (l_x)

Anos	$l_{0\ anos}$		$l_{50\ anos}$		$l_{65\ anos}$		$l_{70\ anos}$		$l_{80\ anos}$	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
1990/91	100 000	100 000	94 891	89 155	87 023	73 583	81 055	63 638	55 012	33 882
1991/92	100 000	100 000	95 022	88 991	87 241	73 555	81 529	63 747	56 222	34 174
1992/93	100 000	100 000	95 151	89 328	87 524	73 870	81 817	63 929	56 804	34 402
1993/94	100 000	100 000	95 278	89 900	87 867	74 692	82 329	64 916	57 721	35 318
1994/95	100 000	100 000	95 482	89 846	88 372	75 385	83 111	65 884	59 020	36 749
1995/96	100 000	100 000	95 540	89 502	88 457	74 999	83 181	65 522	59 336	36 825
1996/97	100 000	100 000	95 471	89 693	88 529	75 276	83 257	65 936	60 208	37 600
1997/98	100 000	100 000	95 562	89 953	88 744	76 026	83 737	66 884	60 991	38 627
1998/99	100 000	100 000	95 793	90 165	89 079	76 609	84 114	67 502	61 481	39 055

Fonte: INE, Estimativas de População Residente

Homens vivem mais anos sem incapacidade física

O prolongamento da duração da vida só pode constituir um progresso real da sociedade se o aumento do número de anos vividos não se acompanhar de uma degradação da qualidade de vida das pessoas. É pois necessário e fundamental avaliar através de indicadores a qualidade de vida associada a esses anos de vida.

Através do Inquérito Nacional de Saúde foi possível calcular as *esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração* para o ano de 1995 e referentes ao Continente[13].

Por outro lado, a observação de que a esperança de vida sem nenhum tipo de incapacidade, obtida a partir das prevalências de incapacidade, não apresenta diferenças consideráveis entre os sexos em nenhum grupo etário, deve ser interpretada tendo em atenção a esperança de vida dos homens e das mulheres.

Da relação entre estas duas variáveis resulta uma maior percentagem da esperança de vida sem incapacidade física, nos homens. Atente-se, por exemplo, os valores correspondentes a três fases distintas da vida adulta, representadas pelos grupos etários 40 a 44 anos, 65 a 69 anos e 85 e mais anos.

Quadro 5.4 – Esperança de vida sem incapacidade física de longa duração (anos), por sexo e tipo de incapacidade, segundo alguns grupos etários, Continente, 1995/1996

Grupo etário	Esperança de vida		De nenhum tipo		Para a locomoção		Funcional		Que restrinja a actividade		Para a comunicação	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
40-44 anos	40,30	34,77	23,05	23,88	33,84	31,50	26,06	26,81	32,32	30,37	34,01	29,38
65-69 anos	17,72	14,36	6,19	6,44	12,50	11,43	7,81	8,15	11,89	10,82	12,68	10,10
85 e + anos	4,56	3,87	0,44	0,52	1,70	1,74	0,85	1,08	1,72	1,83	1,79	1,49

Fonte: INE, GEC/SEDS, Caderno temático nº 10

Os resultados apresentados mostram que, embora a esperança de vida dos homens seja, como já se referiu, inferior à das mulheres em todos os grupos etários, a percentagem de anos que aqueles podem esperar viver sem incapacidade de qualquer tipo é, de um modo geral, superior à das mulheres.

Os homens com idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos esperam viver ainda cerca de 35 anos sendo 32 sem incapacidade para a locomoção e apenas 24 sem qualquer incapacidade física. As mulheres no mesmo grupo etário esperam viver mais 5 anos do que os homens, mas apenas 1 ano sem qualquer incapacidade física.

Quadro 5.5 – Esperança de vida passada sem incapacidade em alguns grupos etários (%), por sexo, Continente, 1995/1996

Grupo etário	De nenhum tipo		Para a locomoção		Funcional		Que restrinja a actividade		Para a comunicação	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
40-44 anos	57,20	68,68	83,97	90,60	64,67	77,11	80,20	87,35	84,39	84,50
65-69 anos	34,93	44,85	70,54	79,60	44,07	56,75	67,10	75,35	71,56	70,33
85 e + anos	9,55	13,44	37,28	44,96	18,64	27,91	37,72	47,29	39,25	38,50

Fonte: INE, GEC/SEDS, Caderno temático nº 10

[13] Ver Notas Metodológicas.

Ao analisar o grupo etário de 85 e mais anos, faixa etária que regista maior dependência, verifica-se que a esperança de vida das mulheres é de 4,56 anos, dos quais só aproximadamente 0,44 anos (9,7% da esperança de vida naquele grupo etário) podem ser vividos sem nenhum tipo de incapacidade. Da mesma forma, as mulheres neste grupo etário esperam viver 1,70 anos (37,3% da esperança de vida) sem incapacidade para a locomoção, 0,85 anos (18,6% da esperança de vida) sem incapacidade funcional, 1,72 anos (37,7% da esperança de vida) sem incapacidade que restrinja a actividade e, finalmente, 1,79 anos (39,3% da esperança de vida) sem incapacidade para a comunicação.

Os homens no mesmo grupo etário, embora tenham uma esperança de vida de 3,87 anos inferior portanto em 0,69 anos à das mulheres, podem esperar viver 0,5 anos sem nenhum tipo de incapacidade, ou seja, 13,4% da sua esperança de vida, valor esse superior em 3,8% ao verificado nas mulheres. Ainda no mesmo grupo etário, os homens podem esperar viver 1,74 anos sem incapacidade para a locomoção (45,0% da sua esperança de vida), 1,08 anos sem incapacidade funcional (27,9% da sua esperança de vida), 1,83 anos sem incapacidade que restrinja a actividade (47,3% da sua esperança de vida) e 1,49 anos sem incapacidade para a comunicação (38,5% da sua esperança de vida).

De facto, pode-se observar que as maiores diferenças entre os sexos se verificam para a incapacidade de tipo funcional e para a ausência de incapacidade. A maior proximidade entre os valores das esperanças de vida sem incapacidade das mulheres e dos homens, surge, em termos relativos, nas esperanças de vida sem incapacidade para a comunicação.

A percentagem do número de anos de vida que os homens podem esperar viver sem incapacidade física de longa duração é, de um modo geral, sempre superior à das mulheres. Isto significa que, apesar das mulheres viverem mais anos, os homens podem esperar viver, em termos relativos, mais tempo sem este tipo de incapacidade. A única excepção parece verificar-se na incapacidade para a comunicação em que a percentagem da esperança de vida passada sem aquele tipo de incapacidade é semelhante para homens e mulheres.

À sobremortalidade masculina, traduzida por uma menor esperança de vida, parece assim contrapor-se uma vantagem decorrente da maior percentagem do número de anos de vida que os homens podem esperar viver sem incapacidade.

Fontes:

EUROSTAT, New Cronos.

EUROSTAT, Statistiques sociales européennes, Démographie, 2001.

INE, Estatísticas da Saúde, 1990-1999.

INE, Estimativas de População Residente, 1990-1999

INE/INSRJ, Esperanças de Vida sem Incapacidade Física de Longa Duração, 1995/1996.

Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Saúde, Observatório Nacional de Saúde, Inquérito Nacional de Saúde, Continente, 1998/1999.

CAPÍTULO VI

VITIMAÇÃO E A CRIMINALIDADE

6 – VITIMAÇÃO E A CRIMINALIDADE

Ao longo dos tempos, a *violência* tem caracterizado povos e nações, sob inúmeras formas e vertentes, algumas pouco visíveis ou até cultural ou socialmente aceitáveis. O tipo de crimes bem como o envolvimento nos mesmos, quer como vítima, quer como autor, quer por homens, quer por mulheres, estão intrinsecamente associados ao contexto social, económico e geográfico em que se inserem os indivíduos.

A *criminalidade* é, por outro lado, um fenómeno das sociedades mais evoluídas, consubstanciadas em Estados de Direito, a que se associam normalmente outro tipo de problemas sociais. Pela diversidade e complexidade dos fenómenos envolvidos o tipo de crimes, o grau de participação e o resultado dos actos apresentam diferenças importantes entre homens e mulheres.

São essas diferenças numa perspectiva de género que importa realçar e caracterizar, ainda que de uma forma sucinta. É importante ter presente que em qualquer análise às formas de violência ou crime a dimensão visível é bastante inferior à real, dadas as dificuldades de registo e de identificação destes fenómenos por parte das autoridades.

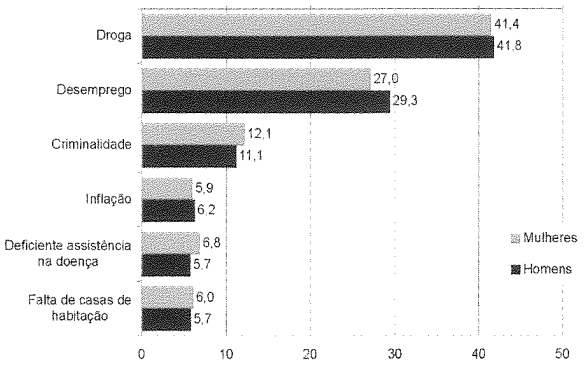
Droga é considerado o problema social mais grave

Os problemas sociais numa acepção genérica do termo, são numerosos e podem estar relacionados com diversos aspectos do nível de vida como o alojamento, a saúde, o desemprego ou a pobreza. Por outro lado, há modos de vida passíveis de provocar determinados problemas como a delinquência, a criminalidade ou outros comportamentos desviantes com repercussões a nível social.

Neste sentido, os problemas sociais estão associados à falta de integração e de harmonia social e têm a característica de não poderem ser resolvidos por meio de soluções individuais requerendo, ao contrário, medidas mais abrangentes. Assim, nos estudos sociais, independentemente do enfoque do mesmo, é fundamental identificar e compreender a sua dimensão. Através do Inquérito de Vitimação de 1994 [1] foi possível conhecer a opinião dos portugueses relativamente a um conjunto de problemas sociais tendo em conta a sua gravidade.

[1] "Inquérito de Vitimação – 1994", realizado pelo Ministério da Justiça/ Gabinete de Estudos e Planeamento, a 13 500 unidades de alojamento do Continente e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

Figura 6.1 – Hierarquização de problemas sociais, segundo a gravidade, por sexo, Portugal, 1994



Fonte: MJ, Inquérito de Vitimação

A hierarquização dos problemas sociais revela que em ambos os sexos a *droga* é considerado o mais grave (41,6% no total), seguido do *desemprego* e da *criminalidade* (28,1% e 11,6%, respectivamente).

De salientar que a *criminalidade* e a *deficiente assistência na doença* foram problemas apontados mais por mulheres do que por homens. A *falta de casas de habitação* e a *inflação* foram indicados em último lugar por cerca de 6% da população inquirida. O primeiro mais por mulheres e o segundo com proporção superior no sexo masculino.

A hierarquização destes seis problemas sociais efectuada pelos inquiridos não se altera muito quando se analisam as respostas por outras categorias socio-demográficas, como a idade, o nível de instrução ou a actividade económica. No entanto, se se considerarem os indivíduos que sofreram algum tipo de vitimação, ou do seu agregado familiar, durante o ano de 1994, embora se mantenha a ordem decrescente dos três principais problemas, a proporção varia: a *criminalidade* e o *desemprego* ganham importância nas respostas dos indivíduos vitimados.

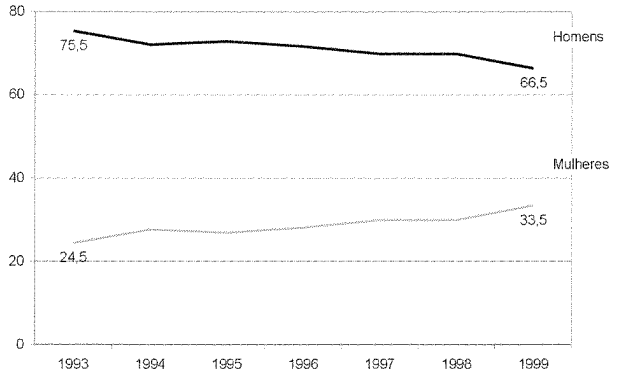
6.1 - VITIMAÇÃO

Ainda com base no mesmo inquérito, o conjunto das vitimações com violência entre as mulheres foi superior ao dos homens. Considerando o total de vítimas, os *furtos por esticão* fizeram, naquele ano, 6,2% de vítimas mulheres e 2,2% de homens, enquanto que as *ofensas corporais* (5,4% de homens e 4,2% de mulheres) e os *roubos* (3,3% de homens e 2,9% de mulheres) vitimaram mais homens. As *ofensas sexuais* apenas registaram vítimas entre as inquiridas do sexo feminino (1,5%).

Vítimas do sexo feminino aumentam 30,5% entre 1993 e 1999

A análise das Estatísticas Criminais no que respeita às vitimações de pessoas singulares segundo o género, no período 1993-99, denota uma aproximação do peso relativo do número de vítimas entre os dois sexos[2].
No mesmo período, o número de vítimas do sexo masculino diminuiu em 16,0% (de 29 413 para 24 714), enquanto que o do sexo feminino aumentou 30,5% (de 9 544 para 12 457). As vitimações do sexo feminino representavam, em 1993, 24,5% do total, passando esta proporção para 33,5% em 1999. O número total de vítimas baixou de 38 957 em 1993 para 37 171 em 1999.
Quando se analisam as vitimações segundo alguns tipos de crime a evolução não é, contudo, uniforme. Considerando a distribuição percentual dos principais crimes e conforme a Figura 6.3, as mulheres vítimas de *crimes contra as pessoas* aumentaram de 48,0% em 1993 para 70,9% em 1999; com excepção do ano de 1995 este tipo de crimes manteve, entre as mulheres, uma evolução positiva no período. A mesma tendência se verificou no sexo masculino, embora com maiores oscilações ao longo do período. Estes crimes integram nomeadamente *homicídios* e *ofensas à integridade física* e, desde 1996, os de carácter sexual.

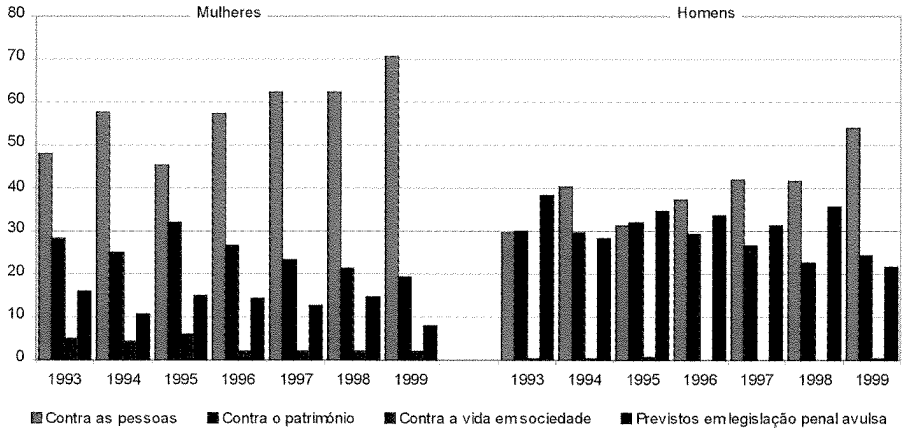
Figura 6.2 – Vítimas pessoas singulares, por sexo, Portugal, 1993-1999



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

À frente analisam-se mais em detalhe alguns destes crimes e as especificidades de cada sexo.
O número de vítimas de *crimes contra o património* é superior nos homens, com tendência decrescente em ambos os sexos, sobretudo nos últimos anos; excepção feita para o ano de 1999 nos homens, cuja proporção subiu ligeiramente.
Também os *crimes previstos em legislação penal avulsa* encontram mais vítimas entre os homens. Estes crimes incluem quase exclusivamente as vítimas do *crime de emissão de cheques sem cobertura ou sem provisão*.

Figura 6.3 – Vítimas pessoas singulares, segundo o tipo de crime, por sexo, Portugal, 1993-1999



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

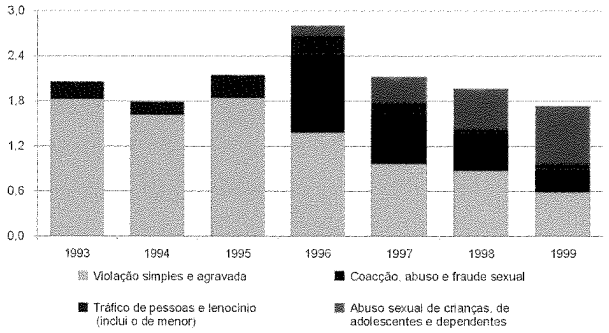
Os *crimes contra a vida em sociedade* fizeram, pelo contrário, mais vítimas entre as mulheres: 2,1% contra 0,3% nos homens, em 1999. A razão é clara quando se conhecem os crimes subjacentes a esta categoria, ou seja, referem-se quase exclusivamente a *violações de obrigação de alimentos*. A superioridade dos valores relativos entre 1993 e 1995 justifica-se pela inclusão dos crimes de natureza sexual que encontra, naturalmente, mais vítimas entre as mulheres, passando a integrar a categoria de *crimes contra as pessoas*, a partir daquele ano.

[2] Estatísticas Criminais, 1993-1999 (Estatísticas da Justiça, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça).
Devido às diversas revisões do código penal durante o período em estudo e, consequentemente, na tipologia e nomenclatura dos crimes, não foi possível para algumas variáveis construir a série para todos os anos da década, quer no âmbito da vitimação, quer no da criminalidade.

Vítimas de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual em declínio

Como se referiu, a categoria de *crimes contra as pessoas* engloba grande diversidade de situações. Seleccionaram-se para uma análise mais específica alguns *crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual* e alguns crimes com carácter mais violento.

Figura 6.4 – Vítimas do sexo feminino, por alguns crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, Portugal, 1993-1999



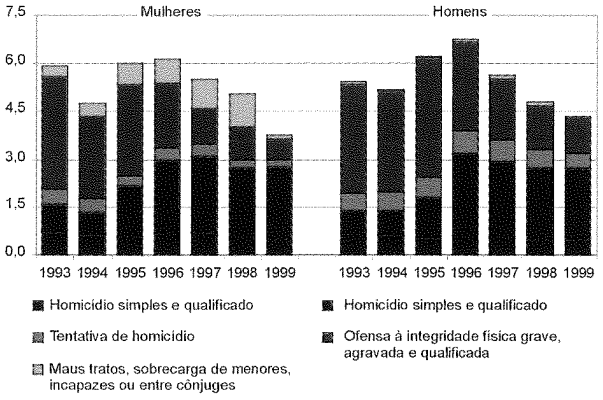
Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

As vitimações de *crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual* apresentam uma evolução irregular, embora desde 1995 a tendência seja de decréscimo, em valores absolutos e relativos, proporcionalmente ao total de vitimações. Consequentemente, a percentagem de mulheres vítimas de *violações simples e agravadas* que atingiu os 1,8% em 1993 e 1995, desce para 0,6% em 1999. Em termos absolutos, o valor mais elevado foi registado em 1994 (197 vítimas do sexo feminino) baixando para 73 em 1999.

Os crimes de *coacção, abuso e fraude sexual* e os de *abuso sexual de crianças, adolescentes e dependentes* só foram tipificados com a revisão de 1995 do Código Penal. Assim, entre as vítimas do sexo feminino, enquanto o primeiro tem vindo a diminuir de importância (de 1,0% em 1996 para 0,3% em 1999), o segundo tem aumentado (0,1% para 0,8%, no mesmo período). A proporção destes crimes no total de vítimas do sexo masculino tiveram uma expressão muito reduzida neste período.

Para uma análise mais incisiva sobre o grau de violência subjacente à vitimação, seleccionaram-se alguns crimes mais expressivos. Assim, verifica-se que os principais crimes que atentam sobre a vida dos indivíduos, os *homicídios* e as *tentativas de homicídio*, somam cerca de 3%, quer nos homens, quer nas mulheres. Entre 1993 e 1999, observaram-se valores relativos ligeiramente superiores entre o sexo masculino, mas, em termos absolutos, os das vítimas do sexo feminino mais que duplicaram.

Figura 6.5 – Vítimas, segundo alguns crimes mais violentos, por sexo, Portugal, 1993-1999



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

Considerando apenas as *ofensas graves à integridade física*, estas apresentam igualmente valores relativos ligeiramente superiores entre o sexo masculino. Em termos absolutos as diferenças são mais significativas, tal como nas *ofensas à integridade física simples*.

Pelo contrário, o crime de *maus tratos a menores ou entre cônjuges* encontrou maior número de vítimas nas mulheres, embora os valores referentes a este crime tenham descido no último ano analisado.

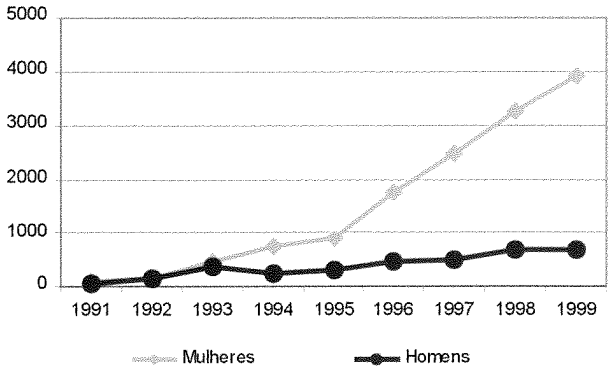
O aumento do número de vitimações femininas pode estar relacionado, quer com um acréscimo da criminalidade registada, como demonstram os dados estatísticos de arguidos e condenados; quer com o aumento das queixas apresentadas, designadamente de alguns tipos de crime como os de *violência doméstica*, em resultado das recentes campanhas de sensibilização para combate ao problema.

Aumenta número de queixas de vitimações sobretudo desde 1995

Este facto está presente nos apuramentos anuais que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)[3] realiza e que mostram um aumento significativo no número de processos que aquela associação presta apoio, passando de 151 em 1991 para 4 653 em 1999, embora se salvaguarde que as queixas nem sempre correspondem a crimes, os quais representaram, em 1999, 14% do total dos processos. São sobretudo as queixas de vítimas femininas que aumentam: 84 em 1991 para 3 922 em 1999, o que corresponde um ritmo de *crescimento médio anual* de 48,0% contra os 29,2% verificado nas queixas de vitimações masculinas.

[3] Estatísticas dos processos de apoio da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vitima) para os anos de 1991 a 1999.

Figura 6.6 – Número de processos de apoio da APAV, por sexo, Portugal 1991-1999



Fonte: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

A partir de 1995 acentua-se o ritmo de crescimento, sobretudo entre as queixas de vitimações de mulheres: uma média anual de 36,6% contra 20,1% verificado entre as queixas de homens. Aquele ano marca acontecimentos importantes em termos de reconhecimento e visibilidade dos crimes de violência doméstica, factor que pode ser relacionado com uma alteração de comportamento por parte das vítimas, traduzido em maior número de queixas.

Do total das queixas recepcionadas pela APAV durante o ano de 1999, a quase totalidade eram de mulheres (84,3%). Considerando a repartição etária das vítimas, verifica-se que é entre os 26 e os 55 anos que se regista a maior incidência de queixas de vitimações por parte das mulheres: 18,5% dos 36-45 anos, 15,7% dos 26-35 anos e 11,2% dos 46-55 anos. Entre as queixas de homens, embora em proporções muito mais baixas, mantém-se a mesma hierarquia: 2,8% dos 36-45 anos, 1,8% dos 26-35 anos e 1,7% dos 46-55 anos.

Violência doméstica regista cerca de 2/3 das queixas

Em 1999, 70,2% das queixas recepcionadas pela APAV diziam respeito a crimes categorizados como *violência doméstica* e, nesta categoria, 46,8% respeitavam a *maus tratos por parte de cônjuge ou companheiro.*

As diferenças entre o género são, como se verificou, bem visíveis quando se trata de crimes relacionados com violência doméstica, fazendo com que um elevado número de mulheres esteja mais exposta ao risco de vitimação em suas próprias casas que na rua. Assim, considera-se cada vez mais necessário quantificar e analisar todas as dimensões do problema para melhor o conhecer. Apesar dos esforços de alguns países em estimar a extensão da violência doméstica, os dados são muito escassos, pois em alguns países ainda não é tipificado como crime, integrando os dados oficiais apenas quando resulta em crime, como a morte.

Estimativas do Banco Mundial revelam que cerca de 19% de mulheres com idades entre os 15-44 anos em países industrializados são vítimas de violência doméstica. Por outro lado, estudos elaborados em alguns Estados membros da União Europeia relativamente a eventuais exposições a este tipo de violência, apontam para uma em cada cinco mulheres na Irlanda, uma em cada quatro no Reino Unido e uma em cada três em Portugal e Alemanha[4].

Até muito recentemente a opinião pública e a maioria dos governos consideravam o problema da violência doméstica como um assunto privado. A IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres veio alterar este panorama, transportando a violência tipicamente feminina para a esfera pública, inserida nos direitos humanos e exigindo cada vez maior atenção por parte dos Estados.

A Comissão Europeia elaborou recentemente um estudo que analisa as perspectivas dos europeus sobre a violência doméstica contra as mulheres e do qual é possível retirar algumas ilações não só sobre as diferenças entre género, mas também entre cada país[5].

A Declaração sobre a Violência Contra as Mulheres das Nações Unidas (1993), define violência doméstica contra as mulheres como *qualquer acto de violência baseado no sexo que resulte ou possa vir a resultar em danos ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo ameaças de tais actos, coacção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorram na vida pública ou privada* (United Nations, Economic Commission for Europe, 2000). Sobre a evolução deste tema em Portugal, refere-se que em 1995 o Governo subscreveu a referida declaração e a Plataforma de Acção aprovadas na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres; neste mesmo ano a revisão do Código Penal agravou as penas de certos crimes como *maus tratos e sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge, violação* e *lenocínio.* Em 1998 nova alteração do Código Penal incute maior intervenção por parte do Estado em crimes no âmbito da violência doméstica contra as mulheres e autonomiza certos crimes de natureza sexual, incluindo aqueles baseados em relações hierárquicas. No ano seguinte, em 1999, foi aprovado o Plano Nacional contra a Violência Doméstica, com a simultânea criação de redes de apoio e serviços que visam combater este problema (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2000).

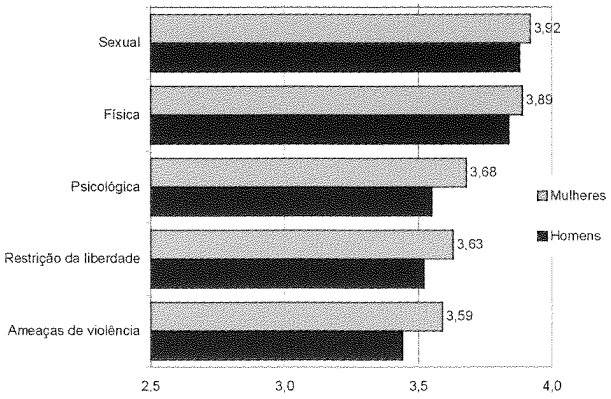
[4] United Nations, Economic Commission for Europe (2000), p. 223.

[5] European Commission, DG X "Information, Communication, Culture and Audiovisual Media", Eurobarometer 51.0 (Junho 1999). Foram realizadas um total de 16 179 entrevistas a indivíduos com 15 e mais anos, entre Março e Abril de 1999, com amostras proporcionais ao total da população em cada país membro. O conceito subjacente a violência doméstica nesta sondagem e transmitida a cada entrevistado foi o de "qualquer acto violento psicológico, físico ou sexual".

Europeus consideram graves todos os tipos de violência doméstica

As respostas dos indivíduos sobre a frequência de situações da violência doméstica no seu próprio país permitiram uma hierarquização deste problema em cada país membro da UE. Numa escala de 1 a 4 a média europeia foi de 3,04, sendo que 4 corresponde a "muito comum" e 1 a "nada comum". Os países mais afectados, e que se situam acima da média foram a Irlanda (3,28), Reino Unido (3,23), Espanha e Itália (3,14) e Portugal (3,12). Os países em que o problema é menos frequente foram, segundo os seus residentes, Dinamarca (2,58) e Finlândia (2,74). A repartição desta questão por género regista um valor mais elevado nas respostas femininas (3,12 contra 2,95).

Figura 6.7 – Hierarquização de alguns tipos de violência segundo a gravidade, por sexo, União Europeia, 1999



Fonte: CE/DGX, Eurobarometer 51

Relativamente à gravidade de alguns tipos de violência e, tendo em conta mais uma vez uma escala de 1 a 4, onde o valor 4 corresponde a "muito grave", a primeira ideia que surge é que os europeus consideram graves todos os tipos de violência ou ameaças de violência doméstica.

Por outro lado, é igualmente visível que qualquer que seja o tipo de violência doméstica contra as mulheres é sempre considerado mais grave por estas do que pelos homens. A hierarquização é semelhante quer se analise a média da UE (média dos países membros), quer se analise por género (com diferenças que não vão além dos 0,2 pontos percentuais). Em primeiro lugar foi mencionada a *violência sexual*, logo seguida da *violência física* e em último foram mencionadas as *ameaças de violência*.

Alcoolismo e toxicodependência na origem dos casos de violência doméstica

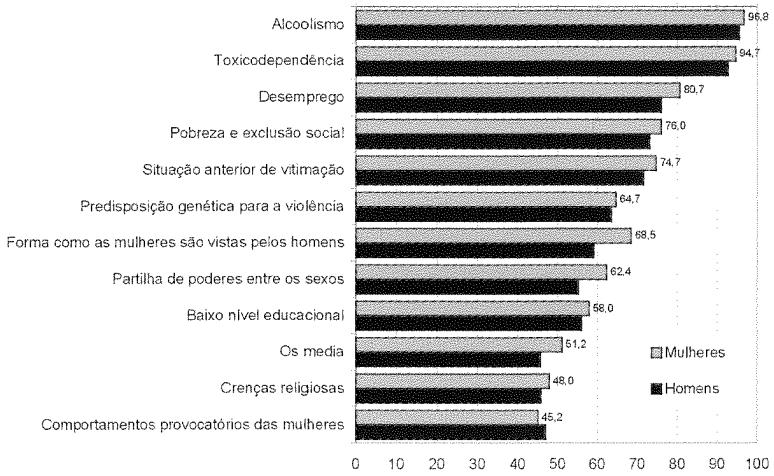
O mesmo inquérito apurou ainda a importância atribuída a alguns factores como causas de violência doméstica. Assim, pode verificar-se que o *alcoolismo* e a *toxicodependência* foram apontados unanimemente por homens e mulheres como as causas principais de *violência doméstica*, logo seguidos dos factores *desemprego* e *pobreza e exclusão social*.

Pode referir-se que a questão da violência doméstica tão antiga e até culturalmente aceitável, ou não condenável, em certas sociedades, surge recentemente associada a quatro dos maiores problemas sociais emergentes nas sociedades modernas. De referir ainda que dois dos factores aqui referidos como causadores de violência doméstica coincidem com dois dos problemas sociais identificados no Inquérito de Vitimação, atrás referido.

As respostas das mulheres apresentam valores relativos superiores às dos homens em todos os factores, com excepção para os *comportamentos provocatórios das mulheres*, que apesar de ser o factor identificado como o menos causador de violência doméstica (46,1% média da UE) agregou 47,1% de respostas do sexo masculino e 45,2% do sexo feminino. A *forma como as mulheres são vistas pelos homens*, a *partilha de poderes entre os sexos* e *os media* revelaram maior divergência de opiniões entre mulheres e homens: 9,4, 7,1 e 5,4 pontos percentuais, respectivamente.

A hierarquização dos factores causadores de violência doméstica não apresenta grande divergência de valores se se tiver em conta as idades dos entrevistados. O grupo etário com valores relativos superiores em quase todos os factores é o dos 40-54 anos, com excepção para o factor *media* e *comportamentos provocatórios das mulheres* com percentagens mais elevadas na população com 55 e mais anos e ainda no factor de *exposição anterior a uma situação de violência* cuja causa foi identificada em maioria por parte dos mais jovens entrevistados (15-24 anos).

Figura 6.8 – Hierarquização de algumas causas de violência, por sexo, União Europeia, 1999



Fonte: CE/DGX Eurobarometer 51.0

19% dos europeus conhecem situações de violência doméstica no seu círculo de amigos ou na família

No que se refere ao conhecimento de situações de violência doméstica e à sua proximidade, 19,3% dos europeus têm conhecimento de mulheres vítimas de violência doméstica no seu círculo de amigos ou na família, enquanto 18,3% conhecem a existência destas situações destas na vizinhança e 10,6% no local de trabalho ou estudo.

A repartição por países mostra que a Finlândia (39,1%) e o Reino Unido (32,8%) são os países com as percentagens mais elevadas relativamente ao conhecimento destas situações no círculo de amigos ou na família. Portugal, que ocupa a 10ª posição naquela situação (com 19,3% de inquiridos), passa a registar o primeiro lugar no conhecimento de situações de violência doméstica na vizinhança, com 32,2%, seguido da Irlanda (30,5%). Quanto à proximidade de situações do local de trabalho ou estudo, cabe à Holanda (26,3%) a primeira posição, seguida da Suécia (23,3%), enquanto que Portugal se situa em 11º lugar (10,3%).

Paralelamente, quando questionados relativamente ao conhecimento dos agressores deste tipo de crime e sua localização, as respostas são muito semelhantes, levando a crer que os entrevistados conhecem simultaneamente a vítima e o agressor.

A repartição destas respostas por género mostra, mais uma vez, que as mulheres estão mais atentas ao problema apresentando sempre percentagens superiores às dos homens, seja de conhecimento de vítimas seja de agressores.

6.2 - CONDENAÇÕES

34% dos portugueses consideram que a criminalidade aumentou

Reportando novamente ao Inquérito de Vitimação de 1994 anteriormente mencionado, sobre a opinião acerca da criminalidade, a maioria dos portugueses (64%) considera que o nível de criminalidade se manteve durante o último ano analisado, isto é entre 1993/1994, enquanto que para 34% aumentou. As opiniões entre mulheres e homens figuram idênticas, sendo que as maiores diferenças respeitam à localização dos entrevistados, sugerindo um aumento da criminalidade dita urbana. Da mesma forma, os sentimentos de insegurança, identificados por cerca de 25% dos entrevistados, homens e mulheres, foram referidos sobretudo pelos residentes de centros urbanos.

A evolução do número de arguidos e condenados apurado através das Estatísticas da Justiça pode confirmar, de alguma forma, a ideia do acréscimo da criminalidade, embora entre 1998 e 1999 se tenha verificado alguma estabilidade entre os indivíduos do sexo masculino e ligeira diminuição no sexo feminino. Entre 1990 e 1999, o número de arguidos aumentou 114,5% nos homens e 61,8% nas mulheres; nas condenações a variação foi de 118,8% e de apenas 6,7%, respectivamente.

O número de arguidos e condenados entre 1990 e 1999 foi entre 5 e 7 vezes superior nos homens, correspondendo no último ano a 101 823 arguidos e 41 384 condenados contra 14 095 e 3 114 mulheres, respectivamente. Em 1999, as mulheres condenadas

representaram cerca de 22% do total de arguidas, enquanto entre os homens, no mesmo ano, este rácio se elevou a 41%.

Condenações de mulheres e homens evoluem em sentidos contrários

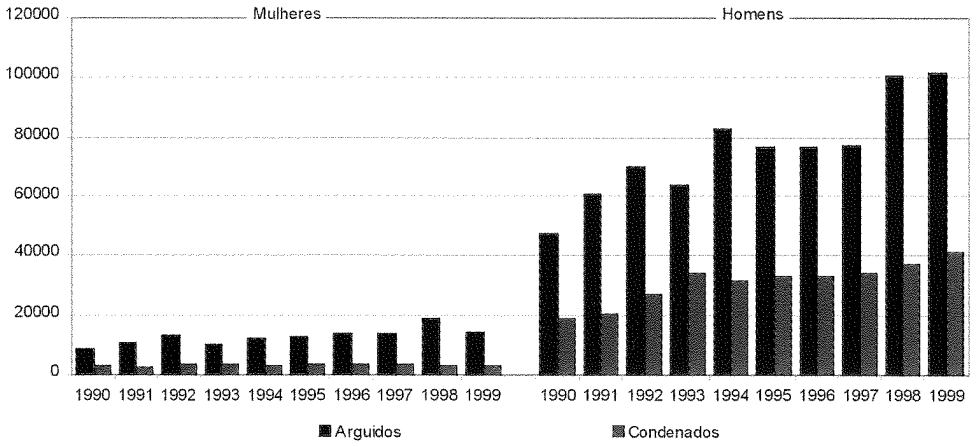
As condenações de mulheres que representavam cerca de 13,4% do total, em 1990, registam um decréscimo contínuo, atingindo os 7,0% em 1999. As condenações dos homens registam uma tendência inversa, aumentando a sua proporção no total de condenações de 86,6% para 93,0%, no mesmo período.

A *relação de feminilidade* entre os indivíduos condenados diminuiu de 15 mulheres por cada 100 homens, em 1990, para 8 em 1999.

refere-se aos *crimes contra a vida em sociedade* (desde 1996), dos quais quase exclusivamente por *condução de veículo em estado de embriaguez*, representando mais de um quarto do total de condenações. Em 1995 a categoria de *crimes de viação*, entretanto substituída, representou igualmente 23,2% das condenações masculinas.

Em segundo lugar surgem *os crimes previstos em legislação penal avulsa* que, tal como nas mulheres mas com valores relativos mais baixos, se referem sobretudo à *emissão de cheques sem cobertura ou provisão* e aos *crimes relativos a estupefacientes*. Os *crimes contra o património* ocupam a terceira posição relativa desde 1997 com tendência para descer, no âmbito dos quais, os *crimes contra a propriedade* são os mais significativos.

Figura 6.9 – Número de arguidos e condenados, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

Maior proporção de mulheres condenadas por crimes respeitantes a estupefacientes

Entre 1995 e 1999 os *crimes previstos em legislação penal avulsa* ocupam a primeira posição nas condenações de mulheres, seguidos, desde 1996, dos *crimes contra as pessoas*. As condenações incluídas na primeira categoria respeitam sobretudo à *emissão de cheques sem cobertura ou provisão* e aos *crimes relativos a estupefacientes*; nos crimes *contra as pessoas* os que se referem à *integridade física* são os mais frequentes.

Os *crimes contra o património* surgem em terceiro lugar nas condenações de mulheres com valores que rondam os 20%. Nestes, os *crimes contra a propriedade*, ou seja, os *furtos*, *roubos* e *danos* são os crimes mais frequentes.

O maior número de condenações entre os homens

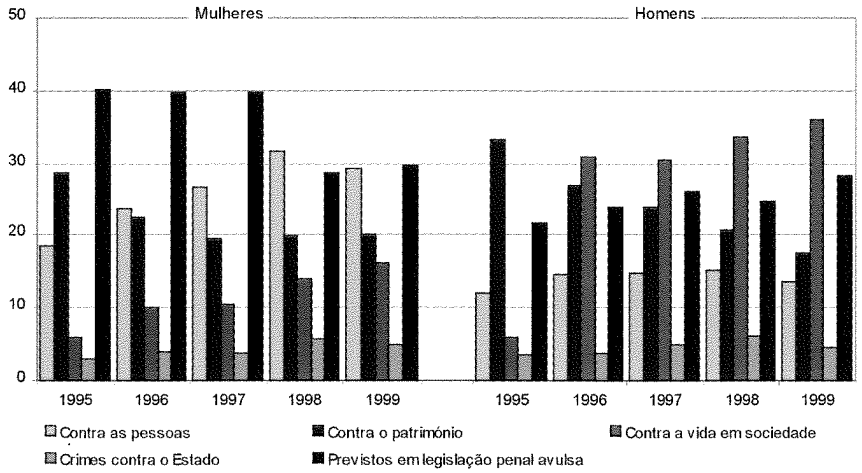
Os *crimes contra o Estado* são ao longo do período e em ambos os sexos os de menor proporção no total de condenações.

O total de condenações do sexo masculino é superior ao de vitimações, situação inversa à que se verifica para o sexo feminino. Enquanto que a proporção de mulheres no total de vitimações é cerca de 30% ao longo do período em análise, no total de condenações rondava os 9% a meio da década, tendo descido para 7% em 1999.

Nos crimes de natureza sexual o número de condenações de homens é superior ao das mulheres e reduziu-se de 0,9% em 1995 para 0,4% em 1999, no total de homens condenados.

Os *crimes respeitantes a estupefacientes e substâncias psicotrópicas* representaram, em 1999, 10,1% das mulheres condenadas e 6,8% dos

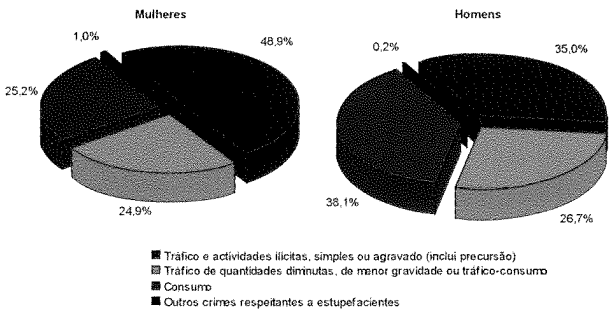
Figura 6.10 – Número de condenados, segundo os tipos de crime, por sexo, Portugal, 1995-1999



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

homens. As condenações devidas aos crimes desta categoria registaram um acréscimo, em valores absolutos e relativos, entre 1995 e 1998 (69% nos homens e 58% nas mulheres), e um declínio em ambos os sexos, no último ano em estudo.

Figura 6.11 – Condenados por crimes respeitantes a estupefacientes e substâncias psicotrópicas, por sexo, Portugal, 1999



Fonte: MJ, Estatísticas Criminais

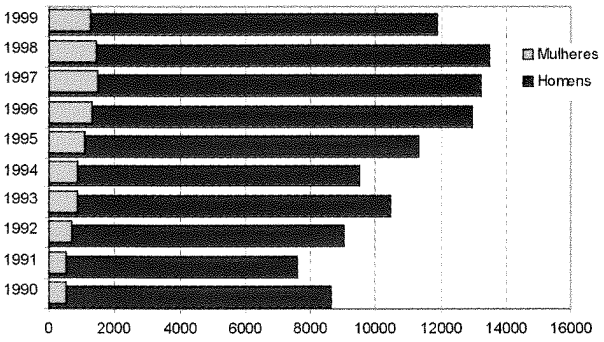
No último ano de análise, praticamente metade das mulheres condenadas por este crime se referia a *tráfico e actividades ilícitas, simples ou agravado* contra cerca de 35% homens. O *consumo* foi causa principal de condenação para os homens e segunda para as mulheres; enquanto que o *tráfico de quantidades diminutas ou tráfico consumo* representaram cerca de um quarto das condenações em ambos os sexos. Estas posições relativas são mantidas para homens e mulheres desde 1996. Em 1995, os dois tipos de tráfico foram os responsáveis pelo maior número de condenações desta categoria e o *consumo* relevado para terceiro lugar, em ambos os sexos.

6.3 - RECLUSÕES

Mulheres representam menos de 10% do total de reclusos entre 1990 e 1999

As mulheres constituíram ao longo da década de 90 uma pequena minoria no número de reclusos, nunca ultrapassando os 10%. Os anos em que se contabilizou um maior número de reclusos (1997 e 1998) cujos valores oscilaram entre os 14 700 e os 14 929, no total, foram acompanhados por um aumento proporcional das reclusas do sexo feminino. O número de homens e mulheres reclusos, diminuiu em 1999. Comparando com dados das Nações Unidas, entre os países da Europa e da América do Norte, Portugal e Espanha apresentaram a maior proporção de reclusas entre 1996/98[6].

Figura 6.12 – Número de reclusos, por sexo, Portugal, 1990-1999



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

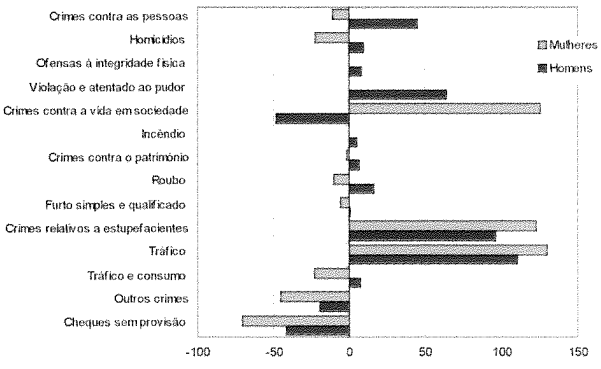
[6] United Nations, Economic Commission for Europe (2000), p. 218.

A importância relativa dos reclusos mais jovens (homens e mulheres com menos de 21 anos) no total de reclusos é diminuta, no período que decorre entre 1994 e 1999. Os jovens reclusos do sexo masculino que, em 1994, representavam 3,6% do total da população reclusa, atingiram os 4,0% em 1996, tendendo a baixar a partir desse ano, não ultrapassando os 2,7% do total de reclusos em 1999. Entre a população reclusa feminina os valores são ainda mais baixos, nunca excedendo os 0,3% ao longo do período (0,1% em 1999).

A criminalidade juvenil, considerando os indivíduos reclusos entre os 16 e os 20 anos pelo tipo de crimes por que foram condenados, caracteriza-se por *crimes contra o património*, sobretudo *roubos* e *furtos*, relativamente aos rapazes condenados a prisão; e *crimes relativos a estupefacientes*, dos quais quase exclusivamente a *tráfico*, no que respeita às jovens reclusas.

Os *crimes relativos a estupefacientes*, com destaque para o *tráfico*, foram os que mais aumentaram entre os reclusos, homens e mulheres. No período de 1994 a 1999, esta categoria de crimes registou um acréscimo global de 95,6% e os crimes de *tráfico* de 109,9%, entre os reclusos do sexo masculino. Da mesma forma, as mulheres reclusas aumentaram respectivamente 122,3% e 129,4%, no mesmo período e no mesmo tipo de crime.

Figura 6.13 – Taxa de variação de reclusos segundo o tipo de crime, por sexo, Portugal, 1994/99



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

Nas mulheres, o acréscimo registado nesta categoria de crimes verificou-se sobretudo nas de 21 e mais anos (123,3%), tendo o *tráfico* aumentado cerca de 130,5% nas reclusas desta faixa etária e 33,3% nas mais jovens (16-20 anos); outros crimes desta categoria, associados ao consumo de drogas, tiveram mesmo um decréscimo no período (23,1%).

Foi entre os reclusos mais jovens do sexo masculino que se deu o maior aumento entre 1994 e 1999 dos *crimes relativos a estupefacientes* (100,0% entre os 16-20 anos contra 95,5% nos de 21 e mais anos), mais uma vez o *tráfico* assume maior relevância (117,9% contra 109,7%, respectivamente).

De referir ainda os acréscimos das reclusões devidas *crimes contra as pessoas* (16,7% nos de 16-20 anos e 45,3% nos de 21 e mais anos) e, dentro destes, os crimes de *violação e atentado ao pudor* e de *homicídio*, que também aumentaram, ainda que respeitem a valores absolutos reduzidos, são indicadores associados ao próprio aumento da criminalidade e, designadamente, ao da criminalidade juvenil.

Em contrapartida, um dos crimes económicos mais frequentes até há uns anos de que é exemplo o de *emissão de cheques sem provisão* sofreu uma diminuição de 41,8% nos homens e 70,6% nas mulheres nas razões para reclusão durante aquele período; esta tendência pode explicar-se pela generalização de outras formas de pagamento e preferidas nas transações comerciais, pela própria sofisticação do sistema de transações, como também por uma despenalização parcial deste crime, implementada recentemente.

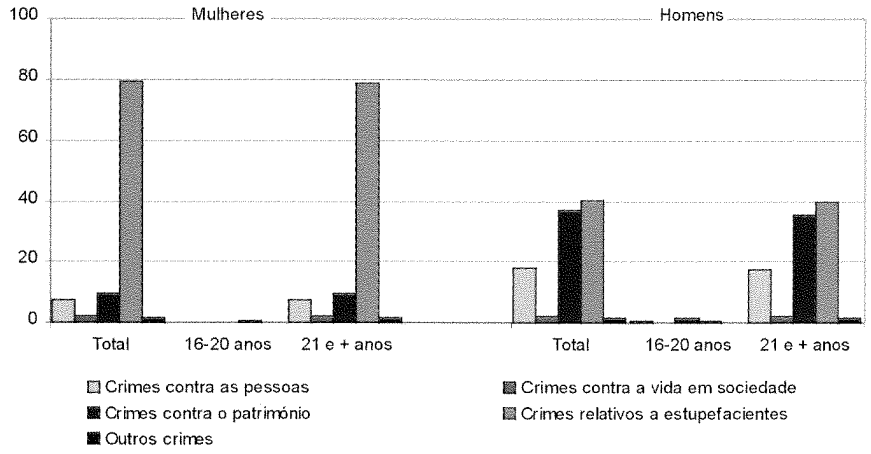
Maioria de mulheres e homens reclusos em 1999 devido a crimes relativos a estupefacientes

No final do ano de 1999, a maior parte das mulheres reclusas tinham sido condenadas por *crimes relativos a estupefacientes* (79,2%), e nestes, quase exclusivamente por *tráfico*, sobretudo as mais jovens (a totalidade das reclusas entre os 16 e os 20 anos, e 98,4% com 21 e mais anos). Os *crimes contra o património* foram cometidos por 9,3% das mulheres reclusas condenadas com mais de 21 anos sendo pouco significativos nas reclusas mais jovens.

Quanto aos homens, os crimes mais importantes que levaram à prisão foram igualmente os *crimes relativos a estupefacientes* sobretudo nos de 21 ou mais anos (41,1% contra 26,3% dos de 16 a 20 anos). Mais uma vez, quase exclusivamente por *tráfico*, 98,4% na camada mais jovem e 92,2% nas restantes idades (com 21 e mais anos contam-se 7,4% por *tráfico e consumo*). Os *crimes contra o património*, que representavam a maior proporção dos reclusos até 1998 passam a ocupar a segunda posição (37,6%) representando cerca de 58,5% dos reclusos mais jovens (dos 16 aos 20 anos) e 37,0% a partir daquelas idades.

Das restantes categorias, os *crimes contra as pessoas* assumem ainda alguma importância relativa, sobretudo nos homens reclusos.

Figura 6.14 – Reclusos condenados segundo o tipo de crime, por sexo e grupo etário, Portugal, 1999



Fonte: MJ, Estatísticas da Justiça

Fontes:

Associação Portuguesa de Apoio à Vitima, Estatísticas dos Processos de Apoio, 1991-1999.

European Commission, Directorate-General X, Eurobarometer 51.0.

Ministério da Justiça, Gabinete de Estudos e Planeamento, Estatísticas da Justiça – Estatísticas Criminais, 1993-1999.

Ministério da Justiça, Gabinete de Estudos e Planeamento, Inquérito à Vitimação, 1994.

CAPÍTULO VII

POBREZA E CONDIÇÕES DE VIDA

7 – POBREZA, EXCLUSÃO SOCIAL E CONDIÇÕES DE VIDA

A pobreza e a exclusão social não são fenómenos recentes nem exclusivos dos países em vias de desenvolvimento. As recentes mudanças sociais, económicas e políticas, bem como o modelo de sociedade vigente, designadamente a crise do *Welfare State*, têm provocado o seu aumento e uma maior visibilidade em grande parte dos países desenvolvidos. O termo exclusão social é habitualmente utilizado num sentido amplo, englobando condições de vida e de participação civil, social e política, tendo subjacente um conceito mais lato, o de cidadania. O de pobreza contempla, por seu turno, as condições sócio-económicas de vida.

A pobreza, tal como a exclusão social, é um fenómeno complexo e pluri-dimensional, e, consequentemente, de difícil definição e medição, quer pela insuficiência das fontes de informação, quer pela dificuldade de conceptualização, embora desde há muito que a comunidade científica identifique a necessidade de indicadores que explorem as fontes estatísticas existentes e que permitam a comparabilidade temporal e internacional.

Tendo em conta os estudos já efectuados nesta área em Portugal, é dado adquirido que, de um modo geral, o número de mulheres pobres é superior ao dos homens. Para este facto contribuem, não só uma situação tradicional e historicamente discriminatória com base no sexo, como o grau de participação na vida familiar e sócio-económica ao longo dos tempos, e ainda razões puramente demográficas. Por outro lado, existem situações específicas que comportam em si mesmas grande vulnerabilidade à pobreza, especialmente os idosos e, dentro destes, os idosos a viver sós.

Com o objectivo de avançar para uma análise multidimensional da pobreza que demonstre as principais diferenças entre os dois sexos, foram calculadas três medidas de pobreza relativa[1]: o *Índice de Pobreza segundo o Rendimento* (IPR), o *Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida* (IPCV), e, ainda, um terceiro designado de *Índice de Pobreza Múltipla* (IPM) que resulta da incidência simultânea de pobreza identificada pelos dois índices anteriores[2].

Para melhor conhecer como se distribuem certas formas de pobreza procedeu-se ao cálculo dos três índices de uma forma regionalizada, para as áreas predominantemente urbanas, mediamente urbanas e predominantemente rurais, tendo por base a tipologia das áreas urbanas utilizada pelo INE desde 1998.

Como ponto prévio ao presente capítulo convém alertar para uma limitação implícita à metodologia utilizada para desenvolver a comparação por género. A atribuição da característica de "pobre" ou "não pobre" aos indivíduos resulta da classificação atribuída aos respectivos agregados de acordo com os pressupostos metodológicos descritos adiante e não se baseia em eventuais discriminações que possam existir no seio do agregado. Por outras palavras e tomando a abordagem do rendimento como exemplo, a hipótese de base assumida é a de que homens e mulheres pertencentes a um mesmo agregado partilham igualitariamente o rendimento sendo consequentemente classificados como pobres e não pobres de acordo com a classificação que resulte para o seu agregado quanto à linha de pobreza escolhida.

Com a informação disponível é impossível elaborar considerações sociológicas que sustentem uma hipótese quanto à discriminação no acesso a recursos no seio dos agregados, facto que pode justificar uma sub ou sobre avaliação da discriminação global face a determinado sexo. Um esforço de imputação de rendimentos a quem os auferiu efectivamente, por um lado, sofreria da dificuldade de distribuição do conjunto dos rendimentos atribuídos ao agregado como um todo (algumas transferências sociais, por exemplo) e, por outro, seria uma operacionalização igualmente sujeita à crítica a que a metodologia utilizada neste trabalho é também vulnerável, ou seja, concretamente não se garante que a atribuição do rendimento ao indivíduo que efectivamente o auferiu resultaria numa situação mais próxima das eventuais discriminações que possam existir num mesmo agregado. Sem mais informação a resposta basear-se-ia necessariamente num preconceito do investigador.

Feitas as devidas ressalvas, resta a informação não negligenciável e tratável em termos estatísticos ao nível de grandes números, envolvendo informação que caracteriza por género a globalidade da sociedade portuguesa em função de factores como a composição familiar prevalecente em cada sexo, a acessibilidade ao mercado de trabalho, as necessidades de cuidados à família, o acesso à instrução e tanto outros aspectos que de alguma forma determinam que sejam notórias várias situações de discriminação de acordo com os indicadores e abordagens propostas.

Sublinhe-se que a análise feita no presente estudo fica áquem de qualquer tentativa de medição estrita de desigualdade entre os sexos, nomeadamente ao nível dos aspectos monetários. Esse outro enfoque exigiria uma rigorosa, útil e enriquecedora, ainda que necessariamente limitadora, construção de grupos sociais estritamente comparáveis; um estudo que sai fora do âmbito proposto para o presente capítulo.

[1] Os Inquéritos aos Orçamentos Familiares (IOF) de 1989/90 e 1994/95 foram a principal fonte de informação estatística utilizada para a elaboração do presente estudo. Oportunamente, pretende-se dar continuidade e aprofundar esta análise tendo em conta os resultados do último IOF (1999/2000). Por outro lado, a exploração das bases de dados do Painel dos Agregados Domésticos da União Europeia de 1994 a 2000 permitirão maior ambição, particularmente no estudo longitudinal do fenómeno da pobreza e exclusão social e na análise da pobreza subjectiva.

[2] Estes indicadores inserem-se nas recomendações para estudos desta natureza, fornecidas pelo EUROSTAT.

As metodologias de cálculo dos Índices de Pobreza segundo o Rendimento (IPR) e segundo as Condições de Vida (IPCV) encontram-se no final da publicação.

7.1 - ÍNDICES DE POBREZA

O *Índice de Pobreza segundo o Rendimento (IPR)* incorpora rendimentos monetários, bem como, não monetários no conceito de Receita Líquida Total sobre o qual se identifica a linha de pobreza. A linha de pobreza é traçada, de acordo com o estabelecido pelo EUROSTAT, nos 60% da mediana do valor da *receita líquida total* por adulto equivalente tendo sido aplicada à informação relativa a indivíduos[3].

É comum apresentar outros limiares de referência subjacentes à linha de pobreza, como os 50% e os 70% da mediana da receita líquida total, dado que, neste campo não há ainda qualquer estudo que demonstre que uma determinada percentagem represente a verdadeira repartição entre o grupo populacional de menores rendimentos e o resto da população. Esta é, aliás, mais uma recomendação do EUROSTAT em matéria de estudos de pobreza e exclusão social e justifica-se quer como forma de evitar uma divisão estanque de população pobre e não pobre quer porque o estabelecimento de diversos limiares de pobreza permitem observar a evolução dos mais e menos pobres.
Quanto à escolha da *mediana* como medida estatística de distribuição central, justifica-se por esta ser menos afectada pelos valores extremos da distribuição do rendimento, bem como pelas flutuações da amostra, sendo-lhe atribuídas as características de estabilidade e robustez, fundamentais para o estabelecimento de linhas de pobreza.

Aumento da pobreza entre os homens aproxima-os dos valores relativos das mulheres

Considerando o critério dos 60% da mediana da *receita líquida total*, verifica-se que em 1989/90, 17,7% dos indivíduos registaram rendimentos inferiores aos da linha de pobreza tendo a percentagem aumentado ligeiramente para 18,2 em 1994/95. Em termos relativos (e absolutos) ambos os IOF identificaram claramente uma maior percentagem de mulheres pobres segundo o rendimento. No entanto, destaca-se que tanto em 1989/90 como em 1994/95 a percentagem entre as mulheres foi idêntica: 19,2%. Entre os homens registou-se um acréscimo mais expressivo da percentagem de pobres, passando dos 16,1% para os 17,1% entre os dois inquéritos.
Relativamente ao IPR entre 1990 e 1995, segundo o critério dos 50% da mediana da receita líquida total, pode verificar-se que 10,5% do total da população se situava abaixo do limiar de pobreza em 1989/90, aumentando o seu peso relativo para 11,4% em 1994/95.
Considerando esta linha de pobreza, observa-se que as mulheres registaram as maiores proporções de pobres em ambos os momentos: 11,5% em 1989/90 e 12,2% em 1994/95,traduzindo-se num acréscimo de 6,4%. Quanto aos homens, embora registem percentagens inferiores de pobreza, o acréscimo entre o início e o meio da década foi praticamente o dobro do das mulheres (11,6%), aumentando de 9,4% em 1989/90 para 10,5% em 1994/95.
Estabelecendo a linha de pobreza nos 70% da mediana do *rendimento líquido total* obtém-se, por seu turno, uma percentagem de indivíduos com rendimentos inferiores aos da linha de pobreza de cerca de um quarto da população total, mantendo-se esta proporção praticamente idêntica ao longo do período em análise: 25,7% em 1989/90 e 25,8% em 1994/95.
Considerando este critério são, mais uma vez, as mulheres que registam os valores mais elevados: 27,3% e 26,8% do total de mulheres, respectivamente no início e a meio da década. Contudo, enquanto entre as mulheres se verificou um ligeiro decréscimo naquele período (-1,9%), os homens, ao contrário, registam um acréscimo de 4,0%, que corresponde à passagem de 23,8% pobres, em 1989/90 para 24,8%, em 1994/95.
Da análise das três linhas de pobreza segundo o rendimento podem ser retiradas diversas conclusões: em primeiro lugar, a pobreza relativa aumenta na primeira metade da década de 90. Por outro lado, verifica-se que quanto maior é o limiar da pobreza menor é a variação da mesma, ou seja, o número de pobres segundo o rendimento aumenta sobretudo entre os mais pobres, entre os que têm as receitas líquidas mais baixas. Como se pode observar, o aumento da proporção de pobres é inferior no critério dos 70% da mediana do rendimento líquido total, em ambos os sexos, tendo mesmo diminuído no caso das mulheres. Por outras palavras, se é um facto que o número de pobres abaixo dos 70% da mediana do *rendimento líquido total* não aumentou, o mesmo não aconteceu para os limiares inferiores indicadores de situações de pobreza mais extremas segundo o rendimento.
Por último, se é um facto, que qualquer que seja o critério subjacente, a importância relativa de mulheres pobres é sempre superior à dos homens pobres, verifica-se também que o acréscimo relativo de pobres é maior nestes que nas mulheres ao longo do período em análise. Daqui se conclui que diminuiu o fosso quanto à prevalência da pobreza que separa os indivíduos de diferente sexo, não tanto por uma redução da incidência da *pobreza segundo o rendimento* entre as mulheres, mas essencialmente por um agravamento daquela entre os homens.
De referir ainda que deste ponto em diante sempre que se faça referência à *Linha* ou ao *Índice de Pobreza segundo o Rendimento* o critério que lhe estará subjacente será o dos 60% da mediana do rendimento líquido total.

[3] Ver Notas Metodológicas.

Quadro 7.1 – Índices de Pobreza segundo o Rendimento, por sexo, Portugal, 1989/90 – 1994/95

Indivíduos	Total			Mulheres			Homens		
Ano de referência	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95	Variação 1990/95
50% da mediana do Rendimento Líquido Total									
Não Pobre	89,5	88,6	-1,0	88,5	87,8	-0,8	90,6	89,5	-1,2
Pobre	10,5	11,4	8,6	11,5	12,2	6,4	9,4	10,5	11,6
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0
*60% da mediana do Rendimento Líquido Total **									
Não Pobre	*82,3*	*81,2*	*-1,3*	*80,8*	*80,8*	*-0,1*	*83,9*	*82,9*	*-1,3*
Pobre	*17,7*	*18,2*	*2,8*	*19,2*	*19,2*	*0,3*	*16,1*	*17,1*	*6,6*
Total	*100,0*	*100,0*	*0,0*	*100,0*	*100,0*	*0,0*	*100,0*	*100,0*	*0,0*
70% da mediana do Rendimento Líquido Total									
Não Pobre	74,3	74,2	-0,2	72,7	73,2	0,7	76,2	75,2	-1,3
Pobre	25,7	25,8	0,6	27,3	26,8	-1,9	23,8	24,8	4,0
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

* Linha de Pobreza segundo o rendimento utilizada pelo Eurostat

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

O *Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida (IPCV)* incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e de meios de transporte, sendo um indivíduo tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. Tendo em atenção a distribuição dos indivíduos de acordo com o grau de privação, estabeleceu-se um *limiar de pobreza* que classificasse como pobres uma percentagem de indivíduos semelhante à indicada no IPR, partindo-se posteriormente para a respectiva caracterização dos indivíduos seleccionados. A incidência deste tipo de pobreza segundo o género é, porém, independente daquela imposição dado que resulta da distribuição dos indivíduos por grau de privação[4].

Assim, também para o IPCV as mulheres se destacam por uma maior sujeição à pobreza, embora o desfasamento entre sexos não seja tão notório quanto em relação ao rendimento. Entre os dois IOF, a percentagem de mulheres pobres segundo o IPCV aumentou ligeiramente de 18,4 para 18,6. Entre os homens, a evolução teve o mesmo sentido mas foi mais acentuada (de 17,1% para 17,9%), confirmando-se uma aproximação crescente dos níveis de incidência de pobreza segundo o sexo que se havia identificado pela análise segundo o IPR.

Outra conclusão que se pode retirar da análise comparativa dos dois IOF é que a proporção de indivíduos que acumulam ambos os tipos de pobreza anteriormente referidos (IPM) aumentou e a um ritmo particularmente significativo entre os homens.

Em 1989/90, cerca de 48% dos homens, bem como das mulheres, que haviam sido classificados como pobres segundo o rendimento também o foram segundo as condições de vida (8,5% da população total acumulavam os dois tipos de pobreza). Volvidos cinco anos, um pouco mais de 53% dos pobres segundo o rendimento também o eram segundo as condições de vida (9,7% da população total).

Verifica-se, assim, que existe uma maior incidência da pobreza, neste caso múltipla, entre as mulheres que entre os homens, sucedendo que entre o início da década de 90 e meados da mesma se esbateram as diferenças entre os sexos. Sublinhe-se que a taxa de variação do IPM entre as mulheres foi de 8,9% entre 1989/90 e 1994/95, tendo atingido mais do dobro (20,0%) entre os homens.

Quadro 7.2 – Índices de Pobreza segundo as Condições de Vida, por sexo, Portugal, 1989/90 – 1994/95

Indivíduos	Total			Mulheres			Homens		
Ano de referência	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95	Variação 1990/95
Não Pobre	82,2	81,7	-0,6	81,6	81,4	-0,3	82,9	82,1	-0,9
Pobre	17,8	18,3	2,7	18,4	18,6	1,2	17,1	17,9	4,5
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

[4] Ver Notas Metodológicas.

Quadro 7.3 – Índices de Pobreza Múltipla, por sexo, Portugal, 1989/90 – 1994/95

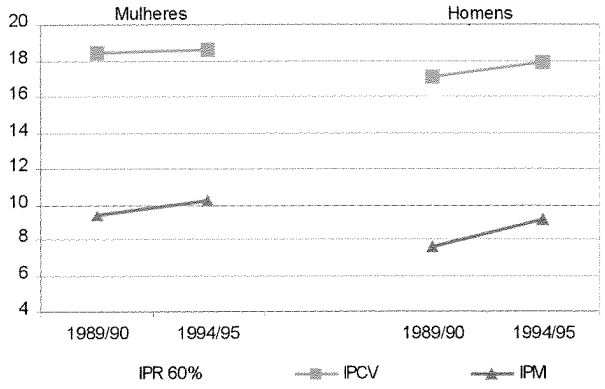
Indivíduos	Total			Mulheres			Homens		
Ano de referência	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95	Variação 1990/95	1989/90	1994/95	Variação 1990/95
Não Pobre	91,5	90,3	-1,3	90,6	89,8	-0,9	92,4	90,9	-1,6
Pobre	8,5	9,7	13,6	9,4	10,2	8,9	7,6	9,1	20,0
Total	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Na representação gráfica dos três índices de pobreza está bem patente o acréscimo da pobreza entre os homens nos primeiros anos da década de 90, quer se considere o critério do rendimento, o das condições de vida e, sobretudo, no *índice de pobreza múltipla*.

Ao contrário, nas mulheres a tendência destes dois primeiros índices de pobreza é bastante mais estável no mesmo período, ainda que as percentagens se mantenham superiores às dos homens. O IPM é o único índice que regista um aumento significativo, sendo este menor que o verificado para os homens.

Figura 7.1 – Índices de Pobreza segundo o Rendimento, segundo as Condições de Vida e Múltipla, por sexo, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

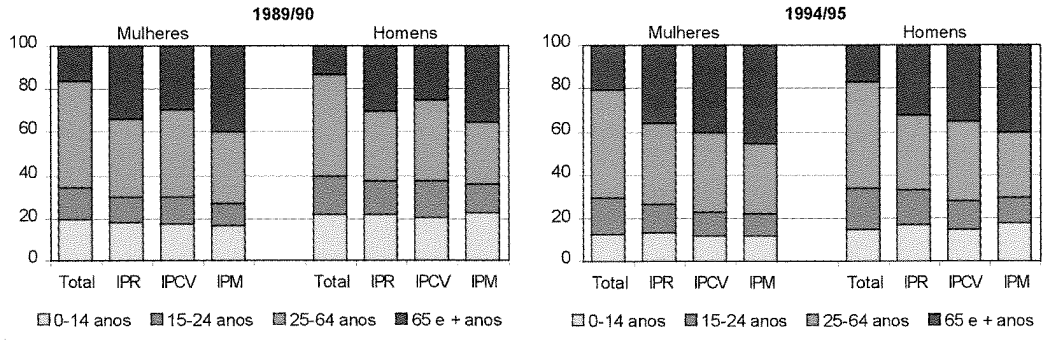
Transferência da importância relativa da pobreza dos jovens para os idosos

Considerando o total de homens e mulheres pobres verifica-se que os jovens e os menos jovens apresentam comportamentos opostos. Assim, qualquer que seja o índice de pobreza considerado, os jovens do sexo masculino com menos de 25 anos, e especialmente as crianças (0-14 anos), representam um peso relativo superior no total dos homens pobres. Esta situação inverte-se a partir daquela idade, já que as mulheres dos 25 aos 64 anos e, sobretudo as de 65 e mais anos, registam proporções de pobres entre o total de mulheres bastante mais elevadas que os homens.

Em termos de tendência, registou-se um declínio da importância relativa das crianças pobres (0-14 anos), na primeira metade da década 90, mais forte na população do sexo feminino e nos *índices segundo as condições de vida* e *múltiplo*.

Em contrapartida, verifica-se um acréscimo do peso dos pobres entre a população idosa, no mesmo período, neste caso mais elevado no sexo masculino e nos *índices segundo o rendimento* e *segundo as condições de vida*.

Figura 7.2 – População total e pobre segundo os tipos de pobreza (%), por sexo e grupos etários, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

7.2 - TAXAS DE POBREZA

Calculando, por sua vez, taxas de pobreza por grupo etário, ou seja, a relação entre indivíduos pobres de um determinado sexo e grupo etário e a população total desse mesmo sexo e grupo etário, obtém-se outro tipo de informação.

Taxa de pobreza aumenta particularmente entre os jovens do sexo masculino

Verifica-se um agravamento dos índices de pobreza em ambos os sexos entre as crianças, em especial no IPR e IPM, no período em análise.

O aumento das taxas de pobreza no grupo etário mais jovem (0-14 anos) foi mais acentuado no sexo masculino; a título de exemplo, refira-se que o IPR aumentou 21,5%, passando de 16,4% em 1989/90 para 19,9% em 1994/95 e o IPM passou de 7,8% para 10,9%, no mesmo período, representando um aumento de 39,3%.

A partir dos 15-24 anos começam a verificar-se taxas de pobreza superiores entre as mulheres, embora com ligeiras diferenças para o sexo masculino e com tendência para estas se atenuarem entre os dois momentos observados.

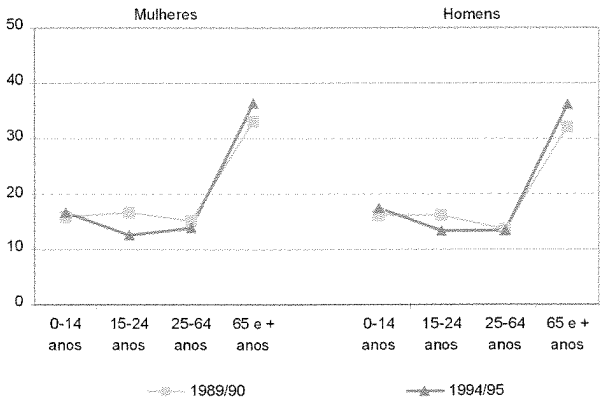
É no grupo dos 25 aos 64 anos que as taxas de pobreza são mais baixas, independentemente da medida de pobreza relativa que lhe estiver subjacente. Esta constatação é tanto mais significativa pelo facto de ser neste grupo que se concentra a maior fatia da população. Pode assim afirmar-se, grosso modo, que a população em idade activa é a menos vulnerável a situações de pobreza.

Ainda neste grupo etário pode referir-se que em 1994/95 o índice que apresentava as taxas de pobreza mais elevadas era o do rendimento no caso das mulheres (14,3%) e o das condições de vida no caso dos homens (13,4%).

Figura 7.3 – Taxa de Pobreza segundo o Rendimento, por sexo e grupo etário, Portugal, 1989/90 – 1994/95

Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

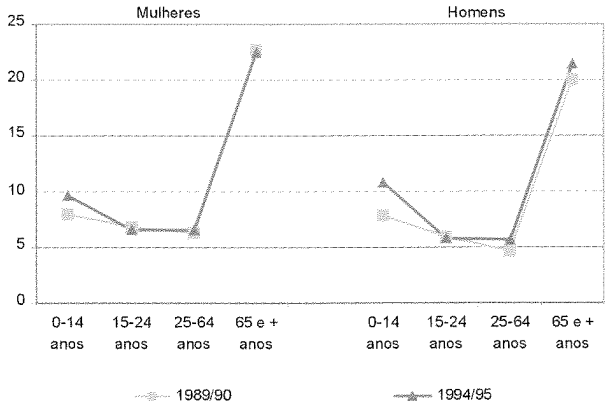
Figura 7.4 – Taxa de Pobreza segundo as Condições de Vida, por sexo e grupo etário, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Ainda relativamente aos indivíduos dos 15-24 e dos 25-64 anos, verifica-se que o IPR regista um agravamento das taxas de pobreza masculinas entre 1989/90 e 1994/95: 5,1% no primeiro grupo etário e 7,4%, no segundo. Contudo, no que se refere ao IPCV as taxas de pobreza apresentam uma tendência decrescente, mais forte nas mulheres: -23,4% nos 15-24 anos e -8,5% nos 25-64 anos. Fica mais uma vez bem patente a ideia que as diferenças entre homens e mulheres em matéria de pobreza e exclusão social tendem a diluir-se.

Figura 7.5 – Taxa de Pobreza Múltipla, por sexo e grupo etário, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

É entre a população idosa que as taxas de pobreza são mais elevadas em todos os índices de pobreza analisados. De facto, é bem visível que a incidência da pobreza nesta população é bastante acentuada, verificando-se que todas as taxas de pobreza se situam bem acima do peso relativo dos idosos no total de cada sexo. As taxas de pobreza mais elevadas dizem respeito ao IPR que em 1994/95 correspondiam a 33,5% nas mulheres e 32,5% nos homens enquanto que as mais baixas foram as do IPM: de 22,5% e 21,5%, respectivamente, para o mesmo período.

Considerando ainda esta população, a *pobreza segundo as condições de vida* aumentou 12,7% entre os homens e 9,7% entre as mulheres no período em estudo. Em sentido inverso, verifica-se uma redução da pobreza segundo o rendimento também em ambos os sexos (-9,6% entre os homens e -16,0% entre as mulheres). Como consequência daqueles dois índices, as taxas de pobreza segundo o IPM aumentaram 7,4% nos homens e diminuíram 1,0% nas mulheres.

7.3 - DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POBREZA

Uma vez que a pobreza, seja ela monetária ou não monetária, não se distribui de igual forma por todo o país e que as diferenças entre a comunidade rural e urbana são significativas no Portugal de hoje, procedeu-se ao cálculo das mesmas medidas de pobreza, mas utilizando a tipologia de áreas urbanas[5] adoptada pelo INE em 1998.

Através da representação gráfica da referida tipologia, verifica-se que mais de metade das freguesias do país são consideradas rurais (51,5%) e que as freguesias semi-urbanas (33,0%) embora em menor número, representam ainda mais do dobro das urbanas (15,5%).

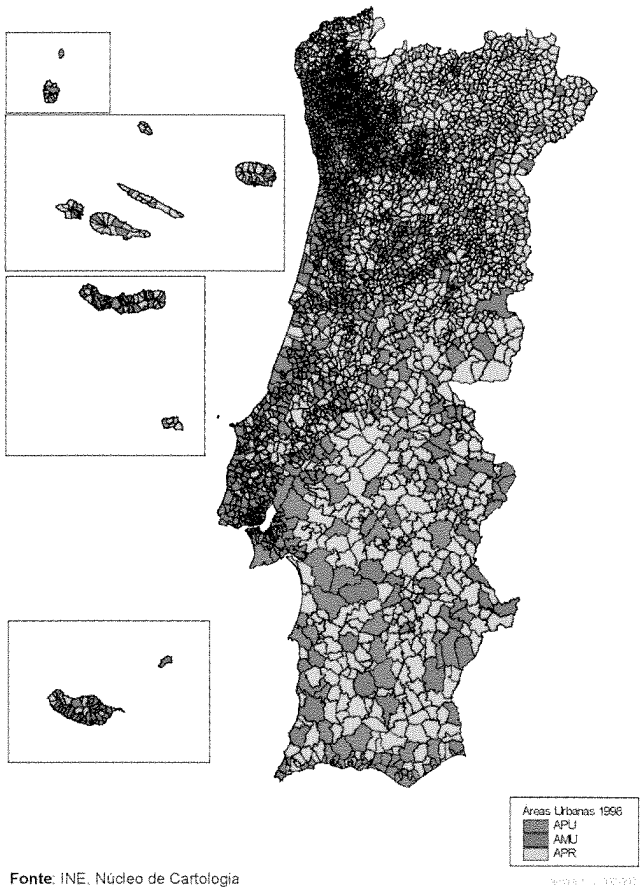
As linhas de pobreza segundo o rendimento, segundo as condições de vida e múltipla, definidas para o total do país, serviram de base para identificar as sub-populações pobres para estas áreas.

Considerando o total de mulheres em 1989/90, 53,7% residia nas áreas predominantemente urbanas (APU), 23,8% nas mediamente urbanas (AMU) e 22,5% nas predominantemente rurais (APR). Quando se analisam os valores do IOF de 1994/95, verifica-se que aumenta a importância relativa de mulheres nas APU, passando para 56,4%, e nas mediamente urbanas (27,3%), em detrimento das APR, cujo peso baixa para apenas 16,3%. As posições relativas mantém-se idênticas no que se refere à população masculina. Do total dos homens no primeiro período em análise, 54,1% residiam em APU, 24,0% em AMU e 21,9% em APR; cinco anos depois, essas proporções aumentam para 55,1% e 27,6%, nas predominantemente urbanas e mediamente urbanas, respectivamente baixando para 17,2%, nas predominantemente rurais.

A maior parte dos pobres segundo o rendimento concentra-se nas áreas urbanas

Relativamente à distribuição dos pobres, as posições são diferentes conforme o tipo de medida que lhe está

Figura 7.6 – Distribuição das Freguesias segundoa Tipologia de Áreas Urbanas, Portugal



[5] Ver Notas Metodológicas.

Fonte: INE, Núcleo de Cartologia

inerente. Assim, observa-se que a maior parte dos pobres segundo o IPR em 1989/90 se encontrava nas APU: 40,4% das mulheres e 41,5% dos homens; essas proporções descem em 1994/95, sobretudo nos homens, embora mantenham a primeira posição em ambos os sexos: 38,5% das mulheres e 36,2% dos homens. Foi nas áreas mediamente urbanas que esta categoria de pobres mais aumentou durante o período em análise: nas mulheres aumentou de 26,0% para 29,8% e nos homens de 26,3% para 31,5%.

Áreas mediamente urbanas concentram a maior percentagem de pobres segundo as condições de vida

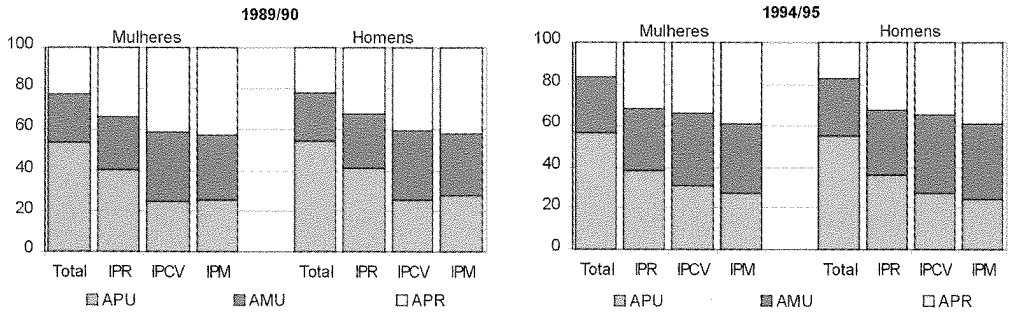
A maior importância relativa de pobres segundo as condições de vida em 1989/90 residia nas APR, mas em 1994/95 a maior proporção é transferida para as AMU. Este facto verifica-se em ambos os sexos mas é mais forte nas mulheres, que passam de 41,2% para 33,8% nas APR, enquanto que os homens descem de 40,4% para 34,4%. Como se referiu, as áreas mediamente urbanas passam a ser em 1994/95 as que abarcam o maior número de pobres segundo as condições de vida: 35,2% da mulheres e 38,0% dos homens.

As áreas predominantemente urbanas abrangem a menor proporção de homens e mulheres pobres segundo o IPM em ambos os inquéritos. No entanto, enquanto a percentagem de homens apresenta uma tendência de declínio (27,7% em 1989/90 e 24,8% em 1994/95), a das mulheres aumenta durante o mesmo período (de 26,0% para 27,7%).

A sobrerepresentatividade das mulheres é maior na população pobre

De ressaltar a sobrerepresentatividade das mulheres em qualquer das regiões, considerando a população total e, sobretudo, a população pobre em qualquer dos critérios previamente definidos. Em 1989/90 a maior diferença verifica-se nas APR, onde, por cada 100 mulheres existiam apenas 88,4 homens; enquanto nas restantes áreas a relação era de 91,3 homens por 100 mulheres. Estes quocientes alteram-se completamente em 1994/95 já que, neste período, as APR registaram uma relação de masculinidade de 96,8, as AMU de 92,5 e as APU de 89,6.

Figura 7.7 – População total e pobre (%), segundo o tipo de pobreza, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

O maior número de pobres sujeitos a pobreza múltipla reside nas áreas predominatemente rurais

Relativamente aos *pobres múltiplos*, que agregam situações de privação segundo o IPR e segundo o IPCV, o maior número de homens e mulheres situa-se nas APR, embora se registe em ambos os sexos uma perda de importância relativa de 1989/90 para 1994/95: as mulheres pobres segundo o IPM eram 42,9% nestas áreas, passando para 39,1%; enquanto que os homens baixam de 41,6% para 38,9%, no mesmo período e relativamente ao mesmo tipo de região.

Esta superioridade dos efectivos femininos torna-se mais evidente quando se considera a população pobre. Como se pode verificar, a *relação de masculinidade* dos pobres segundo o IPR encontrava-se, em 1989/90, entre os 77-78 homens por 100 mulheres nas APU e AMU e nos 73 nas APR; a meio da década, as diferenças tendem a atenuar-se com excepção das primeiras, cuja relação desce ainda mais (76,9).

As diferenças entre mulheres e homens nos pobres segundo as condições de vida são menos acentuadas, sobretudo no último momento estudado, embora nas APU se tenha verificado uma tendência contrária, diminuindo a *relação de masculinidade* de 86,7 para 78,4, entre 1989/90 e 1994/95.

Quadro 7.4 – Relação de Masculinidade da população total, por tipo de pobreza e por tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90 – 1994/95

Tipologia das áreas urbanas	1989/90			1994/95		
	APU	AMU	APR	APU	AMU	APR
Total	91,3	91,3	88,4	89,6	92,5	96,8
IPR	78,2	77,1	72,8	76,9	86,4	83,3
IPCV	86,7	84,6	82,8	78,4	94,9	89,7
IPM	78,4	72,4	71,2	73,2	89,2	81,4

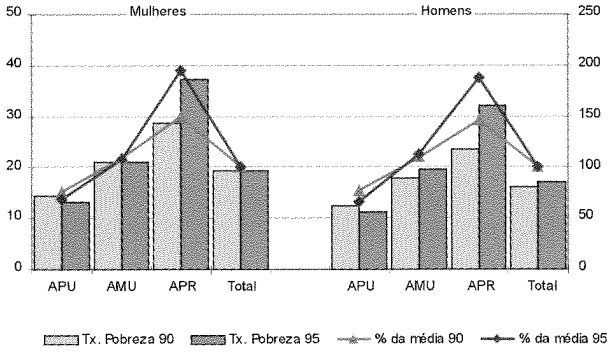
Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

No que respeita aos pobres segundo o critério múltiplo os homens estão novamente sub-representados nas APR no início da década e nas APU, a meio da mesma. Pode concluir-se que a proporção das mulheres pobres é superior à dos homens, mesmo comparando com o total da população; contudo, é possível detectar uma aproximação entre mulheres e homens pobres nas áreas predominantemente rurais e mediamente urbanas; enquanto se verifica o oposto nas predominantemente urbanas, traduzido num agravamento da pobreza entre as mulheres.

Mulheres registam as taxas de pobreza mais elevadas em todas as áreas

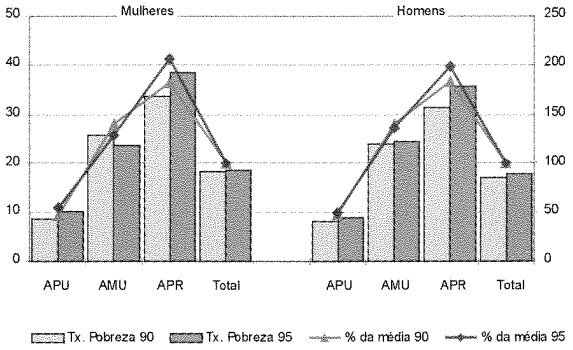
Ainda numa perspectiva regional, apresentam-se as taxas de pobreza para cada sexo e a sua relação com as taxas de pobreza nacionais para os três índices analisados.
As APR agregam o maior peso relativo de pobres, logo seguido das AMU. Este facto é também verdadeiro para qualquer dos índices de pobreza analisados e para ambos os sexos.
Nas mulheres, o IPR apresenta as taxas de pobreza mais elevadas nos dois momentos analisados, nas APU. Nas áreas mediamente urbanas e predominantemente rurais este índice é o segundo, embora nestas últimas se denote um agravamento, de 1989/90 para 1994/95, passando as taxas de 28,7% para 37,4%.

Figura 7.8 – Taxas de pobreza regionais segundo o rendimento e a sua relação com a taxa de pobreza nacional, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

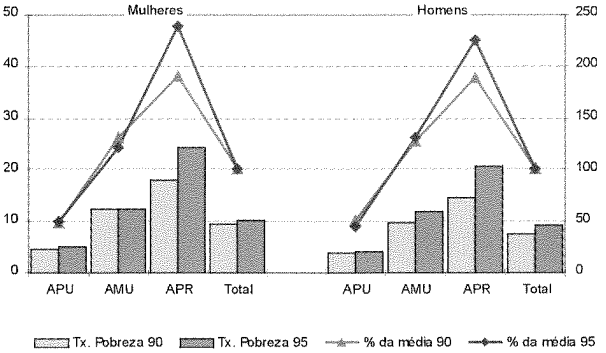
Figura 7.9 – Taxas de pobreza regionais segundo as condições de vida e a sua relação com a taxa de pobreza nacional, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Considerando ainda as mulheres pobres, o critério de pobreza segundo as condições de vida reúne as taxas mais elevadas nas zonas mediamente urbanas e predominantemente rurais, rondando as percentagens entre os 24-26 e os 34-39, respectivamente, entre 1989/90 e 1994/95.
O IPM, por seu turno, regista as taxas de pobreza mais baixas entre as mulheres, nos dois momentos: cerca de 5% nas APU e 12% nas AMU. Apenas nas APR os valores de 1994/95 se distinguem substancialmente dos anteriores: o IPM passou de 17,9% para 24,4%, entre os dois IOF.

Figura 7.10 – Taxas de pobreza múltipla regionais e a sua relação com a taxa de pobreza nacional, por sexo e tipologia de áreas urbanas, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Entre a população masculina, a hierarquização das taxas de pobreza é idêntica à das mulheres no IPR, IPCV e IPM.
Quanto aos valores em que se traduzem estas taxas, estes são ligeiramente mais baixos que no caso das mulheres, sendo que nas APR é onde reside a maior diferença em todos os índices analisados.
Por exemplo, a diferença entre os sexos é de 5 pontos percentuais no IPR, 4 no IPM e menos de três no IPCV. Do que resulta que é precisamente neste último que as taxas de pobreza entre homens e mulheres são mais próximas.

As taxas de pobreza das áreas predominantemente rurais atingem quase o dobro da média nacional em ambos os sexos

Comparativamente à média nacional (valores em linha e referentes ao segundo eixo do *y*), verifica-se que as APU são as mais beneficiadas, já que os valores das taxas de pobreza representam apenas metade dos registados para a média nacional, excepção feita para a pobreza segundo rendimento que era de cerca de 75% nas mulheres e 77% em 1989/90, apresentando uma ligeira melhoria cinco anos depois, sobretudo entre os homens, baixando para 65,7% entre estes e 68,3% entre as mulheres.

As APR são, em contrapartida, as mais vulneráveis a situações de pobreza, monetárias ou não, registando taxas cerca de duas vezes superiores às da média nacional, sendo, de um modo geral, superiores nas mulheres, com excepção para o IPCV, cuja taxa registou mais pobres entre os homens proporcionalmente ao total nacional, mas apenas em 1989/90, já que em 1994/95, a taxa de pobreza feminina volta a suplantar a dos homens.

Por outro lado, nestas regiões denota-se um agravamento da pobreza em ambos os sexos entre os dois IOF, sobretudo na pobreza segundo o rendimento e na múltipla. A primeira aumenta de cerca de 150 pobres por cada 100 no total nacional para 195, entre 1989/90 e 1994/95, no caso das mulheres, e de 147 para 187, no caso dos homens; a segunda, aumenta de 191 para 240, nas mulheres, durante o mesmo período, e de 190 para 226, nos homens. Refere-se ainda que é o IPM nas áreas predominantemente rurais que atinge os valores mais elevados relativamente à média nacional, e que tal se verifica em ambos os sexos.

As taxas de pobreza das áreas categorizadas como mediamente urbanas, embora se encontrem acima da média, não são tão elevadas como nas APR. No caso do IPM estão até bastante próximas do valor 100 da média nacional, tanto para homens como para mulheres. Nestas regiões a maior diferença regista-se na pobreza segundo as condições de vida, com um ligeiro declínio entre os dois momentos, mais forte nas mulheres. Segundo o IPM, a pobreza entre as mulheres das AMU desce de 131 para 122, por cada 100 mulheres pobres abrangidas por este critério do total do país, enquanto que a diferença das taxas do sexo masculino para a média nacional aumenta de 128 para 131, nestas regiões.

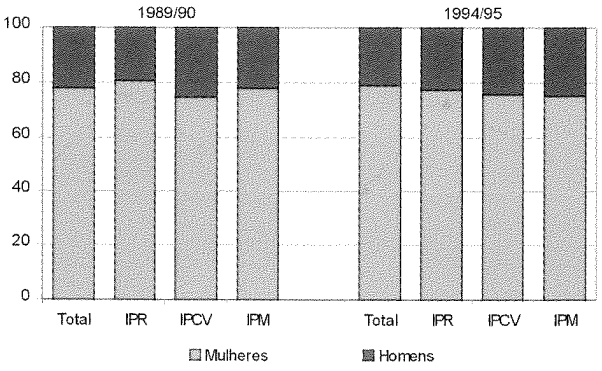
7.4 - IDOSOS A VIVER SÓS

O grupo dos indivíduos idosos a viver só é geralmente apontado como um dos mais sujeitos a situações de pobreza e exclusão social; os dados disponíveis no IOF permitem apurar alguns indicadores específicos para esta subpopulação[6].

Mulheres representam mais de três quartos da população pobre idosa a viver só

Sublinhe-se, antes de iniciar esta análise, a clara sobrerepresentação das mulheres entre a população idosa a viver só. Já se aludiu anteriormente à maior esperança de vida feminina para justificar a sobrerepresentação feminina entre a população idosa (representavam 57,4% dessa população em 1989/90 e 56,8% em 1994/95), mas esta justificação é particularmente importante no grupo dos idosos a viver só dado que, regra geral, compreendem indivíduos com idade claramente acima dos 65 anos. As mulheres eram em ambos os momentos quase quatro vezes mais que os homens a viver em iguais circunstâncias. Esta distribuição por género tem, como é natural, impacto determinante quando a análise se centra na população idosa só pobre segundo os vários índices considerados. Ainda assim, excepção feita para o IPR em 1989/90, a proporção de homens entre os idosos sós pobres é sempre superior à média da população idosa só. Este facto está patente na figura seguinte, relativo às taxas de pobreza de cada sexo para os vários tipos de pobreza em confronto.

Figura 7.11 – Idosos sós e idosos sós pobres (%), por sexo e tipo de pobreza, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

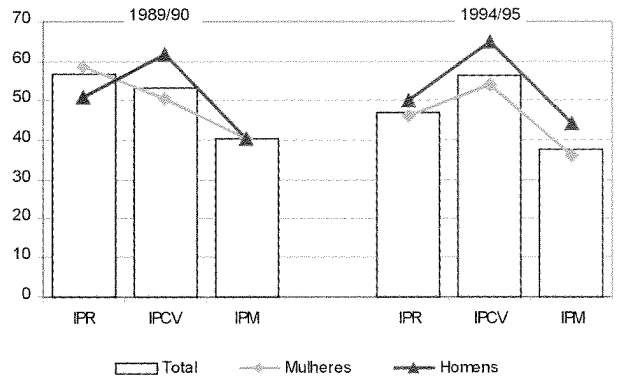
[6] No entanto, a fonte de informação não é representativa quando se desce ao nível de detalhe presente em cruzamentos por sexo, idade, composição familiar e distribuição por tipologia de áreas urbanas.

A análise das taxas de pobreza por sexo dos *idosos a viver sós* permite retirar várias ilações: a primeira prende-se com o seu elevado valor em ambos os IOF para os dois sexos. A mais baixa taxa de pobreza registou-se entre as mulheres, em 1994/95, considerando a *pobreza múltipla* (36,2%). O extremo oposto verificou-se também em 1994/95 mas desta vez para os homens sujeitos à pobreza segundo as condições de vida: cerca de 65 idosos a viver sós em cada 100 foram atingidos por este tipo de pobreza. Não restam, portanto, dúvidas de que se está na presença de um grupo particularmente afectado pela pobreza.

Pobreza múltipla entre os homens idosos a viver sós quase cinco vezes superior à média nacional

Igualmente marcante é a forte incidência da pobreza múltipla em ambos os sexos. Se é verdade que as taxas de incidência de pobreza neste grupo populacional são muito superiores às médias nacionais, para ambos os sexos e para todos os tipos de pobreza, isto é particularmente verdade para a situação de acumulação de pobreza segundo o rendimento e de pobreza segundo as condições de vida. Em 1989/90, a taxa de pobreza múltipla entre as idosas sós era superior em 4,7 vezes à média nacional; para os homens foi de 4,8 vezes superior. Volvidos cinco anos, a situação havia melhorado sobretudo entre as mulheres tendo diminuído esta relação para 3,7 vezes; entre os homens idosos sós pouco mudou, tendo-se registado uma taxa de pobreza 4,6 vezes superior à média nacional.

Figura 7.12 – Taxa de Pobreza entre os idosos a viver sós, por sexo e tipo de pobreza, Portugal, 1989/90 – 1994/95



Fonte: INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares

Perante estes factos e sabendo-se que a pobreza múltipla resulta da acumulação de pobreza segundo o rendimento com a pobreza segundo as condições de vida surge evidente que se está perante uma situação muito grave de sujeição à pobreza por parte do grupo populacional constituído por idosos a viver sós que dificilmente encontrará paralelo em outros grupos populacionais inquiridos pelos IOF. Sublinha-se que, em 1994/95, 88,2% dos idosos de sexo masculino a viver sós sujeitos à pobreza segundo o rendimento, também o eram à pobreza segundo as condições de vida, um valor que aumentou sensivelmente dado que igual indicador se ficava pelos 79,7% em 1989/90. Entre as mulheres a evolução foi idêntica: em 1989/90, 68,8% das idosas sós segundo o rendimento também o eram segundo as condições de vida enquanto que 5 anos depois essa percentagem subiu para os 78,4.

Taxas de pobreza entre os homens idosos a viver sós são claramente superiores às das mulheres

Outra conclusão que decorre e complementa a anterior refere-se à maior sujeição generalizada dos homens a situações de pobreza neste grupo populacional. Esta realidade é ofuscada pelo maior peso relativo da mulheres face ao conjunto da população idosa só, onde como se viu a relação entre os sexos é de aproximadamente 4 mulheres para 1 homem. No entanto, quando se consideram separadamente os dois sexos, verifica-se que é maior a incidência da pobreza entre os homens.

Apenas em 1989/90 se registou uma situação onde a taxa de pobreza entre as idosas sós foi superior: na pobreza segundo o rendimento (58,7% contra 50,8%). Em 1994/95, a situação neste índice inverteu-se, não tanto pela quebra da taxa de pobreza entre os homens (a taxa diminuiu para os 50,1%) mas antes pela forte redução entre as mulheres, cuja taxa desceu para os 46,1%. Na pobreza múltipla ocorreu também um maior afastamento entre as taxas de pobreza por sexo: em 1989/90 as taxas para homens (40,5%) e para mulheres (40,3%) idosos a viver sós eram praticamente idênticas; contudo, 5 anos depois o diferencial agravou-se devido à redução da incidência deste tipo de pobreza entre as mulheres (passou para 36,2%) e ao seu reforço entre os homens (44,2%). Por outras palavras, para a pobreza segundo o rendimento e para a pobreza múltipla registou-se uma evolução no sentido de um afastamento crescente en-

tre os dois sexos estando os homens numa situação claramente mais preocupante em termos de incidência de pobreza.

De referir ainda que a pobreza segundo as condições de vida, em 1994/95, registava as mais elevadas taxas em ambos os sexos de entre os 3 tipos de pobreza em estudo. Este foi o único tipo de pobreza que atingiu mais de metade (54,0%) das idosas a viver sós nesse ano e foi também o que registou o valor mais elevado entre os homens do mesmo grupo populacional (64,8%). Sublinha-se ainda que se registou um incremento deste tipo de pobreza em ambos os sexos entre os dois IOF, superior na taxa de pobreza feminina, tendo ocorrido consequentemente, uma aproximação da taxa de pobreza de ambos os sexos dado que esta era claramente inferior entre as mulheres em 1989/90 (50,6% contra 61,0%).

Fontes:

INE, Inquérito aos Orçamentos Familiares, 1989/90 e 1994/95.

CONCLUSÕES GERAIS

CONCLUSÕES GERAIS

A população residente em Portugal cresceu continuamente no período de 1990 a 1999, devido aos fluxos imigratórios elevados nos últimos anos da década. Apesar do maior número dos efectivos femininos, o ritmo de crescimento foi ligeiramente superior nos homens.

A estrutura etária da população evoluiu no sentido de um progressivo envelhecimento tanto para mulheres como para homens, traduzido na diminuição da população jovem e no aumento dos idosos.

O crescimento demográfico da população idosa foi bastante significativo no período analisado, e ultrapassou o da população total, sendo o ritmo de crescimento superior na população mais idosa.

Em 1999, cerca de 2% da população residente no território nacional era estrangeira, dos quais mais homens que mulheres. Praticamente metade dos estrangeiros era de origem de um dos países africanos de língua oficial portuguesa. Os países membros da União Europeia representavam um quarto dos estrangeiros.

A maioria da população portuguesa vive em famílias constituídas por casal e com filhos. As famílias unipessoais são sobretudo compostas por mulheres, devido à sua maior longevidade, ao maior número de recasamentos de homens e ao facto de estes casarem até idades mais tardias.

As mulheres continuaram a adiar a idade à maternidade, persistindo o nível de fecundidade inferior ao necessário para a substituição das gerações (2,1 crianças por mulher).

Os problemas da infertilidade são um factor que pode também estar associado ao declínio da fecundidade, tanto para mulheres como para homens.

A decisão de ter (mais) filhos é influenciada pela dificuldade de conciliação entre trabalho e família. São sobretudo as mulheres que cuidam dos filhos e das tarefas domésticas, enquanto que os homens dedicam mais tempo à actividade profissional e contribuem mais para as receitas domésticas.

A maioria das mulheres e dos homens completaram apenas o ensino básico ou não detinham qualquer nível de instrução. A maior parte dos indivíduos sem qualquer grau de instrução tinha mais de 54 anos.

O número de alunos matriculados no ensino superior (público e privado), no ano lectivo 1996/1997, foi mais elevado para o sexo feminino do que para o masculino. O maior número de alunas matriculou-se no ramo de ensino *Formação em Comércio e Administração de Empresas*, enquanto que os alunos do sexo masculino optaram sobretudo pelas *Ciências da Engenharia*. Na década de 90, verifica-se um aumento do número de mulheres licenciadas.

A rápida expansão da educação, sobretudo das mulheres, conduziu a grandes diferenças intergeracionais nos níveis de educação completados.

A maioria da população situou-se nos níveis de *literacia* baixos ou muito baixos, sendo bastante reduzidas as percentagens correspondentes aos níveis superiores de *literacia*. As mulheres apresentaram proporções mais elevadas do que os homens no *Nível 1* (mais baixo) nas três dimensões da *literacia* (*em prosa*, *quantitativa* e *documental*), sendo de salientar que metade das mulheres encontravam-se no *Nível 1* da *literacia quantitativa*.

A importância da população feminina na população activa total tem vindo a crescer continuamente na última década. As taxas de actividade registaram sempre valores superiores para os homens, independentemente do grupo etário e do ano considerado. Constatou-se, no entanto, uma tendência de crescimento das taxas, mais acentuada no caso das mulheres.

O número de homens e mulheres sem emprego aumentou substancialmente neste período. As taxas de desemprego da população feminina foram sempre superiores às masculinas, diferenças que se têm vindo a atenuar ao longo do tempo.

Em 1999, a maioria dos homens e das mulheres trabalhadores exerciam a sua actividade principal na *Indústria Transformadora*, verificando-se que a *Saúde e Acção Social* e a *Educação* eram actividades exercidas sobretudo por mulheres e a *Pesca*, a *Construção* e as *Indústrias Extractivas* eram quase exclusivamente exercidas por homens.

As mulheres apresentam menores ganhos médios mensais por actividade do que os homens. No entanto, as remunerações médias mensais base dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo registam menores discrepâncias entre mulheres e homens.

No conjunto do trabalho profissional e do trabalho doméstico, as mulheres empregadas trabalham em média mais duas horas do que os homens empregados.

O consumo de tabaco aumentou entre as mulheres nos últimos anos, embora o número de fumadores do sexo masculino seja bastante superior ao das mulheres. A maior parte dos actuais fumadores começaram a consumir o tabaco entre os 15 e os 24 anos.

De 1990 a 1999, foram diagnosticados mais casos de SIDA a homens do que a mulheres. Do total de casos, 16,5% dizem respeito a mulheres e 83,5% a homens.

A evolução da *taxa bruta de mortalidade*, ao longo da década de 90, não apresenta oscilações significativas, em ambos os sexos. As mulheres tiveram uma esperança de vida mais longa que os homens e viveram em média mais 7 anos, como resultado da *sobremortalidade masculina*. Embora a esperança de vida dos homens seja inferior à das mulheres em todos os grupos etários, a percentagem de anos que aqueles podem esperar viver sem incapacidade de qualquer tipo é, de um modo geral, superior à das mulheres.

As *doenças do aparelho circulatório* mantiveram-se como as principais causas de morte, sobretudo das mulheres, salientando-se, entre aquelas, as *doenças cerebro-vasculares*; os *tumores malignos* constituíram a segunda causa de morte; os óbitos motivados por *infecção por vírus humano de imunodeficiência (HIV/SIDA)*, tradicionalmente com maior incidência nos homens, têm revelado nos últimos anos um acréscimo mais forte nas mulheres; os homens suicidam-se mais do que as mulheres.

Apesar de as mulheres serem as principais vítimas de crimes violentos, a *criminalidade* é apontada como um problema social grave de forma idêntica por homens e mulheres. As mulheres cometem tradicionalmente menos crimes que os homens.

Os tipos de crime que mais vitimaram mulheres e homens foram *os Crimes contra a integridade física e contra a honra*; apesar deste aparente equilíbrio, um número significativo de mulheres foi vítima de *Crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual* bem como de *Crimes contra a família*, em particular, *Violação de obrigação de alimentos.*

A razão principal de condenações de mulheres é por crimes previstos em legislação penal avulsa, que inclui a emissão de cheques sem cobertura ou provisão e os crimes respeitantes a estupefacientes; as principais condenações masculinas durante o mesmo período referem-se a crimes de condução de veículo em estado de embriaguez.

Apesar das mulheres apresentarem tradicionalmente maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social, devido a razões históricas e culturais, a situação tende a harmonizar-se entre os dois sexos, devido ao agravamento da incidência da pobreza entre os homens.

Durante a primeira metade da década de noventa os índices de pobreza registaram variações mais fortes entre os homens, especialmente segundo o rendimento e critério múltiplo, ainda que com valores sempre inferiores aos das mulheres. Entre os idosos a viver sós as taxas de pobreza dos homens são bastante superiores às das mulheres

A repartição por zonas rurais e urbanas revela taxas de pobreza superiores nas mulheres em todos os índices e tipos de região. As áreas rurais, seguidas das mediamente urbanas, são as que agregam maior peso relativo de pobres de ambos os sexos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, João Ferreira; CAPUCHA, Luís Antunes; COSTA, António Firmino da; MACHADO, Fernando Luís; NICOLAU, Isabel; REIS, Elizabeth (1992) "Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal", Celta Editora, Oeiras. ANDREB, Hans-Jurgen et all (1997), "Empirical Poverty Research in a Comparative Perspective", Ashgate, Suffolk.

ATKINSON, A.B. (1987) "On the Measurement of Poverty", Econometrica, Vol.55, Nº 4 – July 1987, 749-764.

BENAVENTE, Ana, coord., (1996), "A Literacia em Portugal – resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica", Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

BRANCO, Rui (2000), "Non-monetary Poverty Measures", Instituto Nacional de Estatística, Seminar on International Comparisons of Poverty, Bratislava, 5-6 June 2000, Session 1: Measuring Poverty; comparative studies in France and in Central Europe.

BRANCO, Rui; GONÇALVES, Cristina (2001) "Metodologia de Cálculo do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida", Gabinete de Estudos e Conjuntura/ Serviço de Estudos Demográficos e Sociais, Março/2001.

CHRISTOPHER, Karen; ENGLAND, Paula; McLANAHAN, Sara; PHILIPS, Katherin Ross; SMEEDING, Timothy M. (2000) "Gender Inequality in Poverty in Affluent Nations: The Role of Single Motherhood and the State", JCPR Working Paper 108, 01-08-2000. URL: http://www.jcpr.org/wp/Wpprofile.cfm?ID=126

CIDM (2000) "Portugal Situação das Mulheres 1999", Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Lisboa.

COSTA, A. Bruto da (1993), "Pobres Idosos" in Estudos Demográficos nº 31, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos Demográficos, Lisboa.

COSTA, A. Bruto da (1998), "Exclusões Sociais" Cadernos Democráticos, colecção Fracturas nº 2, Lisboa.

EUROSTAT (1998) "Recommendations on Social Exclusion and Poverty Statistics", 31st Meeting of the Statistical Programme Committee", Luxembourg.

EUROSTAT (2000) "Rapport d'étape sur la mise en œuvre des recommandations de la TF sur les "statistiques de l'exclusion sociale et de la pauvreté", approuvé par la 31e réunion du CPS les 26 et 27 novembre 1998", 37eme réunion du Comité du Programme Statistique, Porto, 31 mai 2000.

EUROSTAT (2000), "European Social Statistics – Income, poverty and social exclusion", Luxemburgo.

EUROSTAT (2000), "Living Conditions in Europe – Statistical pocketbook", França

FALL, Madior; HORECKÝ, Marián; ROHÁCOVÀ, Eva (1997) "La pauvreté en Slovaquie et en France: quelques éléments de comparaison", Economie et Statistique Nº 308-309-310, INSEE.

FERREIRA, Leonor Vasconcelos (2000) "Distribuição do Rendimento e Pobreza: A Região Norte no Contexto Nacional entre 1990 e 1995", Instituto Nacional de Estatística – Direcção Regional do Norte, Estatísticas & Estudos Regionais, Set-Dez 2000, Nº.24

HAGENAARS, A.J.M. (1986) "The Perception of Poverty", North-Holland, Amsterdam

HAGENAARS, Aldi J. M.; VAN PRAAG, Bernard M. S. (1985) "A Synthesis of Poverty Line Definitions", The Review of Income and Wealth, nº 2,

INE (1992), "Metodologia do Inquérito aos Orçamentos Familiares 1989/1990", Série Estudos nº 62, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INE (1997), "Inquérito aos Orçamentos Familiares: Metodologia 1994/1995", Série Estudos nº 74, Instituto Nacional de Estatística – Dep. Estatísticas Sócio-Económicas, Lisboa.

INE (1999), "As Gerações Mais Idosas", Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.

INE/INSRJ (2000) "Esperanças de Vida sem Incapacidade Física de Longa Duração, Portugal Continental, 1995/1996", Caderno Temático nº 10, Instituto Nacional de Estatística/Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Lisboa.

LOLLIVIER, S., VERGER, D. (1997a) "Condition de vie - Pauvreté d'existence, monétaire ou subjective sont distinctes" (or "Living-Conditions Poverty, Resources Poverty, and Subjective Poverty are Distinct") Economie et Statistique N°308-309-310, INSEE. URL: http://www.insee.fr/va/produits/pub/studies/artis/is027.htm

LOLLIVIER, S., VERGER, D. (1997b) "Une approche de la pauvreté par les conditions de vie", F 9701, INSEE.

LOLLIVIER, Stéfan; VERGER, Daniel (1997), "Pauvreté d'existence, monétaire ou subjective sont distinctes", Economie et Statistique, nº 308-309-310, 1997 – 8/9/10 (pp. 113-142), INSEE, Seminar on International Comparisons of Poverty, Bratislava, 5-6 June 2000.

MARTIN-GUZMAN, M. Pilar (s.d.) "The Construction and Use of Level of Living Indicators", Training of European Statisticians, Course ESO-C-02-E, Instituto Nacional de Estadística, Madrid.

MEDINA, Fernando (1999) "Equivalence Scales: A Brief Review of concept and Methods", ECLAC, apresentado no 3º Encontro do Grupo de Peritos em Estatísticas sobre Pobreza (Grupo do Rio), Lisboa, 22-24 de Novembro de 1999.

MEJER, Lene (1999) "Statistics on Social Exclusion: The EU Methodological Approach", Eurostat, apresentado no 3º Encontro do Grupo de Peritos em Estatísticas sobre Pobreza (Grupo do Rio), Lisboa, 22-24 de Novembro de 1999.

MINUJIN, Alberto (1999) "Putting Children into Poverty Statistics", UNICEF, apresentado no 3º Encontro do Grupo de Peritos em Estatísticas sobre Pobreza (Grupo do Rio), Lisboa, 22-24 de Novembro de 1999.

NUNES, Celso Luís Pereira (1999), Tese de Mestrado em Estudos Económicos e Sociais: "Linhas de Pobreza para Portugal Continental: 1989/90 e 1994/95", Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão, Gualtar.

OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS (2000), "Measuring Adul Literacy", London.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT AND STATISTICS CANADA (2000), "Literacy in the Information Age", Canada.

RAVALLION, Martin e LOKSHIN, Michael; «Identifying Welfare Effects from Subjective Questions»,World Bank.

RAVALLION, Martin e LOKSHIN, Michael; «Subjective Economic Welfare», Development Research Group, The World Bank.

RODRIGUES, Carlos Farinha (1996) "Medida e Decomposição da Desigualdade em Portugal (1980/81 – 1989/90), Revista de Estatística – 3º Quad 1996, nº 3, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

RODRIGUES, Carlos Farinha (1999) "Income Distribution and Poverty in Portugal 1994/1995 - A comparison between European Community Household Panel and the Household Budget Survey", June 1999, CISEP, ISEG / Universidade Técnica de Lisboa.

RODRIGUES, Carlos Farinha (1999) "Repartição do Rendimento e Pobreza em Portugal (1994/95) (Uma Comparação entre Painel de Agregados Familiares e o Inquérito aos Orçamentos Familiares), Revista de Estatística – 1º Quad 99, nº 10, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

SHORT, Kathleen (1999) "Experimental Poverty Thresholds for the United States 1990 to 1998", U.S. Census Bureau/ HHESD/ Poverty Measurement Research apresentado no 3º Encontro do Grupo de Peritos em Estatísticas sobre Pobreza (Grupo do Rio), Lisboa, 22-24 de Novembro de 1999.

SOARES, Regina; D'UVA, Teresa Bago (2000), "Income, Inequality and Poverty", Instituto Nacional de Estatística, Seminar on International Comparisons of Poverty, Bratislava, 5-6 June 2000, Session 2: Analysis of Poverty in Europe.

UNITED NATIONS. Economic Commission for Europe (2000), "Women and Men in Europe and North America 2000", United Nations, New York and Geneva.

VERGER, Daniel (2000), "Les Mesures de la Pauvreté – Trois types d'approche: Approches monétaire, en termes de conditions de vie et subjective. Les résultats français", INSEE, Seminar on International Comparisons of Poverty, Bratislava, 5-6 June 2000.

VERGER, Daniel (2000), "Ressources disponibles et Consommation des familles modestes: la multiplicité ds approches de la pauvreté", INSEE, Seminar on International Comparisons of Poverty, Bratislava, 5-6 June 2000.

CONCEITOS E NOTAS METODOLÓGICAS

CONCEITOS

Acréscimo Populacional: diferença entre os efectivos populacionais em dois fins de ano consecutivos ou soma do *saldo natural* e do *saldo migratório*.

Actividade principal: para os indivíduos que exercem mais que uma actividade, é considerada actividade principal aquela em que habitualmente trabalham mais horas por semana.

Agregado doméstico privado: conjunto de indivíduos que reside no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco, e ainda o indivíduo que ocupa integralmente um alojamento, ou que partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. São considerados como pertencentes ao agregado doméstico privado os empregados domésticos que coabitem no alojamento.

Alojamento colectivo: local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar grupos de pessoas ou mais do que uma família e que, no momento censitário, está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes.

Os alojamentos colectivos podem ser de dois tipos: hotéis, pensões ou similares e convivências. Incluem-se no grupo das convivências, as instituições de apoio social (lar de idosos, asilo, orfanato), educação (colégio, seminário, internato, etc.), saúde (hospital, casa de saúde), religiosa (convento, mosteiro, etc.), militar, prisional e trabalho.

Alojamento: local distinto e independente construído, reconstruído, ampliado ou transformado para habitação e que, no período de observação, não está a ser utilizado, totalmente, para outro fim.

Arguido: Pessoa contra quem foi deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal e aquela que, por recair sobre si forte suspeita de ter perpretado uma infracção cuja existência esteja suficientemente comprovada, a lei obriga ou permite que seja constituída como tal.

Apartamento: alojamento familiar inserido num edifício de construção permanente, com mais do que um fogo, cuja entrada principal dá, geralmente, para uma escada, um corredor ou pátio.

Casado com registo: Situação de estado civil (legal) de toda a pessoa que tenha contraído casamento.

Casado sem registo: Situação de toda a pessoa que, independentemente do seu estado civil (legal), viva em situação idêntica à de casado, não a tendo legalizada.

Casamento: contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família, mediante uma comunhão de vida.

Celibato definitivo: situação numa geração masculina ou feminina caracterizada pela existência de solteiros definitivos, ou seja, indivíduos que nunca irão casar.

Condição perante o trabalho: relação existente entre o indivíduo e a actividade económica desenvolvida. Ver também, *população activa, empregado, desempregado e população inactiva.*

Condenado: Pessoa contra quem foi proferida sentença que aplique pena ou medida de segurança privativas da liberdade, pena pecuniária ou outra reacção criminal não detentiva.

Crime: Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.

Desempregado: indivíduo, com idade mínima de 15 anos, que no período de referência, se encontra simultaneamente nas situações seguintes: não tem trabalho remunerado nem qualquer outro; está disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; tenha procurado um trabalho, isto é, tenha feito diligências ao longo das últimas 4 semanas para encontrar um emprego remunerado ou não.

O critério da "disponibilidade" é fundamentado no seguinte: desejo de trabalhar; vontade de ter um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; possibilidade de começar a trabalhar imediatamente ou pelo menos nos próximos 15 dias.

São consideradas "diligências": contacto com um centro de emprego público ou agência privada de colocações; contacto com empregadores; contactos pessoais; colocação ou resposta a anúncio; realização de provas ou entrevistas para selecção; procura de terrenos, imóveis ou equipamento; solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. Inclui o indivíduo que, embora tendo um emprego, só vai começar a trabalhar em data posterior à do período de referência.

Divisão: espaço num alojamento, delimitado por paredes tendo, pelo menos, $4m^2$ de área e 2m de altura, na sua maior parte. Não são considerados como divisão: corredores, marquises, casas-de-banho, despensas, vestíbulos, os espaços destinados exclusivamente para fins profissionais, e a cozinha, se tiver menos de $4m^2$.

Divórcio: Dissolução legal e definitiva do vínculo do casamento, conferindo às partes o direito de tornarem a casar.

Divorciado: Situação de estado civil (legal) de toda a pessoa que obteve do tribunal a decisão de dissolução legal e definitiva do vínculo de casamento.

Duração do casamento: período de anos completos contados entre a celebração do casamento até à verificação de um facto de referência: nascimento de um filho, morte de um dos cônjuges, divórcio, separação, etc.

Duração semanal habitual de trabalho: número de horas executadas semanalmente com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Empregado: indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; tinha um emprego, não estava ao serviço, mas mantinha uma ligação formal com o seu emprego; tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Empregador: indivíduo que explora a sua própria empresa ou que exerce independentemente uma profissão ou ofício, tendo habitualmente um ou mais trabalhadores remunerados ao seu serviço.

Esperança de Vida à Idade x (e_x): número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver em determinada idade se se mantiverem constantes as taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação).

Esperança de Vida à Nascença (e_0): número médio de anos que um indivíduo pode esperar viver, se submetido, desde o nascimento, às taxas de mortalidade observadas no momento (ano de observação).

Estado civil: Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado; e)Separado judicialmente de pessoas e bens.

Família clássica: *pessoa independente* que ocupa uma parte ou a totalidade de um alojamento *(família unipessoal)* ou *conjunto de pessoas* que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco de direito ou de "facto", entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento.

Família institucional: conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

Nível de instrução completo: Grau de instrução mais elevado que o indivíduo atingiu e completou.

Núcleo familiar: Conjunto de indivíduos dentro de uma família clássica, entre os quais existe um dos seguintes tipos de relação: casal com ou sem filho(s) solteiro(s), pai ou mãe com filho(s) solteiro(s), avós com neto(s) solteiro(s) e avô ou avó com neto(s) solteiro (s).

Índice de Dependência de Idosos: Relação existente entre o número de idosos e a população em idade activa, definido habitualmente como a relação entre a população com 65 e mais anos e a população com 15 - 64 anos.

Índice de Dependência de Jovens: Relação existente entre o número de jovens e a população em idade activa, definido habitualmente como a relação entre a população com 0 - 14 anos e a população com 15 - 64 anos.

Índice de Dependência Total: Relação existente entre o número de jovens e o de idosos e a população em idade activa, definido habitualmente como a relação entre a população com 0 - 14 anos e 65 e mais anos, e a população com 15 - 64 anos.

Índice de Juventude da População Activa: Relação existente entre a metade mais jovem da população em idade activa (15-39 anos) com a metade mais idosa (40-64 anos).

Índice de Renovação da População Activa: Relação existente entre a população que potencialmente está a entrar no mercado de trabalho (15-24 anos ou 20-29 anos) e a que está a sair do mesmo (55-64 anos).

Índice de Envelhecimento: quociente entre a população idosa (65 e mais anos) e a população jovem (dos 0 aos 14 anos).

Índice de Longevidade: relação entre a população de 75 e mais anos e a população de 65 e mais anos. Trata-se de um indicador adicional de medida de envelhecimento de uma população.

Índice Sintético de Fecundidade: número médio de crianças nascidas vivas por mulher, submetida durante o período de procriar (15-49 anos) às taxas de fecundidade observadas no momento (ano de observação).

Moradia Independente: edifício isolado, geminado ou em fila a que corresponde apenas uma unidade de alojamento familiar e cuja entrada principal dá, geralmente, para a rua ou para um terreno circundante ao edifício.

População Activa: conjunto de indivíduos *(empregados e desempregados)* com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico.

População Inactiva: conjunto de indivíduos, qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estão empregados nem desempregados, nem a cumprir o serviço militar obrigatório.

População Média: média aritmética das populações em dois finais de ano consecutivos.

Profissão Principal: profissão que o indivíduo exerceu mais tempo, no período de referência.

Profissão: ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Relação de Masculinidade: quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino de um determinado ano e os efectivos populacionais do sexo feminino no mesmo ano.

Representante do agregado doméstico privado: elemento do agregado, que seja considerado como tal pelos restantes membros, devendo ser sempre residente no alojamento.

Saldo Migratório: diferença entre o número de imigrantes registado num determinado ano e o número de emigrantes registado no mesmo ano.

Saldo Natural ou Excedente de Vidas: diferença entre o número de nados-vivos ocorrido num determinado ano e o número de óbitos ocorrido no mesmo ano.

Separado judicialmente de pessoas e bens: Situação de estado civil (legal) de todo o indivíduo cuja vida em comum foi interrompida por decisão judicial mantendo-se, no entanto, o vínculo do casamento.

Separação judicial de pessoas e bens: Interrupção da vida em comum dos cônjuges por decisão judicial, mantendo-se, no entanto, o vínculo do casamento.

Situação na profissão: relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão tendo como referência a profissão principal, no caso de ter mais do que uma profissão. Ver também, *empregador, trabalhador por conta própria ou isolado, trabalhador por conta de outrem e trabalhador familiar não remunerado.*

Sobremortalidade masculina: designação utilizada para qualificar o excesso de mortalidade masculina em relação à feminina.

Taxa de Actividade: quociente entre a população activa e a população total.

Taxa de Analfabetismo: relação entre a população sem saber ler nem escrever com 15 e mais anos e a população total com 15 e mais anos.

Taxa de Crescimento Efectivo: quociente entre o *Acréscimo Populacional* e a *população média* num determinado ano.

Taxa de Crescimento Migratório: Saldo migratório durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa de Crescimento Natural: Saldo natural durante um certo período de tempo, normalmente o ano, referido à população média desse período.

Taxa Média de Crescimento Anual da População: variação média anual da população no período considerado, calculada através da expressão analítica:

$$r = \left(P_n / P_0\right)^{\frac{1}{n}} - 1$$

r = taxa média de crescimento;

n = tempo.

Taxa de Desemprego: quociente entre a população desempregada e *a população activa.*

Taxa de Divórcio: quociente entre o número de indivíduos cujo casamento se dissolveu através de divórcio num determinado ano e a *população média* nesse mesmo ano.

Taxa de Fecundidade: quociente entre o número de nados-vivos ocorridos num determinado ano e a população média feminina em idade fecunda (15-49 anos). A taxa de fecundidade por idades consiste na repartição etária do quociente (por 1 000 mulheres).

Taxa de Mortalidade: quociente entre o número de óbitos ocorrido num determinado ano e a *População Média* desse mesmo ano.

Taxa de Nupcialidade: quociente entre o número de casamentos celebrados num determinado ano e a *população média* desse mesmo ano.

Taxa de Suicídio: quociente entre o número de suicídios ocorridos num determinado ano e a população média desse mesmo ano.

Taxa de Variação Anual: variação percentual (Δ) do valor de uma variável *x* no ano *t* em relação ao valor dessa variável x no ano *t-1.*

$$\Delta = \left(\frac{X_t}{X_{t-1}} - 1\right) * 100$$

Taxa de Viuvez: quociente entre o número de indivíduos cujo casamento se dissolveu devido à morte do cônjuge num determinado ano e a *população média* desse mesmo ano.

Trabalhador familiar não remunerado: indivíduo que tenha trabalhado, pelo menos uma hora, na empresa/estabelecimento pertencente à família de que é membro, com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros.

Trabalhador por conta de outrem: indivíduo que trabalha para um empregador público ou privado e que recebe um pagamento em dinheiro ou em géneros. Inclui o trabalho no domicílio, desde que sob a responsabilidade de terceiros.

Trabalhador por conta própria ou isolado: indivíduo que explora a sua própria empresa ou que exerce independentemente uma profissão, não tendo habitualmente trabalhadores remunerados ao seu serviço, podendo trabalhar com ou sem ajuda de familiares.

NOTAS METODOLÓGICAS

Estimativas de População Intercensitárias

As estimativas de população *intercensitárias* para o período 1991-2000 estão aferidas para os dados dos Censos de 1991 e para os resultados provisórios dos Censos 2001, corrigidos das respectivas taxas de cobertura (96% em 1991 e 100,58% em 2001).

O método utilizado para estimar a variação anual da população assenta na decomposição da mesma nas suas componentes, o movimento natural e o movimento migratório, conhecido como o **método do seguimento demográfico** e expresso na seguinte equação de concordância:

$P_{n+t} = P_n + N_t - O_t + I_t + E_t \quad \Rightarrow \quad P_{n+t} = P_n + SN_t + SM_t$

P_n = população de partida, no ano n (população recenseada ou estimada)

N= número de nascimentos com vida (nados vivos) entre o ano n e n+t

O= número de óbitos entre o ano n e n+t

SN_t = saldo natural ou diferença entre nados vivos (N) e óbitos (O)

SM_t = saldo migratório ou diferença entre imigrantes (I) e emigrantes (E)

P_{n+t} = população de chegada ou no final do período (ou ano)

t= intervalo de tempo....t = 1,2,3, ...10 anos....

O método é aplicado para cada sexo em separado.

Literacia

O Estudo Nacional de Literacia de 1994 foi o primeiro realizado em Portugal que utilizou uma metodologia de avaliação directa das competências de leitura, escrita e cálculo da população adulta (dos 15 aos 64 anos). Este estudo foi da responsabilidade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tendo o Instituto Nacional de Estatística executado o trabalho de campo. A amostra, aleatória, estratificada por graus de instrução, sexo, idade e condição perante o trabalho, foi constituída por 2 449 indivíduos.

Considerou-se *literacia* como "as capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana"[1].

A *literacia* adulta é encarada numa perspectiva multi-dimensional, abarcando três dimensões fundamentais - a *literacia em prosa*, *documental* e *quantitativa* e posiciona ainda a população inquirida em cinco níveis de *literacia*, ou seja, de acordo com o conceito utilizado, em cinco níveis de competência de processamento de informação escrita, obtidos por avaliação directa. Os níveis considerados, decorrentes do grau de dificuldade das tarefas e do nível de aptidão demonstrado na sua resolução são, em síntese:

Nível 0: Ausência de capacidade para resolver as tarefas propostas. Integram-se neste nível todas as pessoas que não executaram correctamente qualquer das tarefas.

Nível 1: As tarefas deste nível são as menos exigentes e são executadas a partir de textos ou documentos pequenos e simples. Implicam apenas a identificação de uma palavra ou mais palavras de um texto, a sua transcrição literal ou a realização de um cálculo aritmético elementar a partir da indicação directa da operação e dos valores.

Nível 2: As tarefas deste nível requerem, em geral, um processamento de informação um pouco mais elaborado. Implicam a associação entre palavras ou expressões que se encontram nos suportes impressos ou, então, o encadeamento de duas operações aritméticas simples.

Nível 3: As tarefas deste nível requerem um processamento de informação com um grau mais elevado de complexidade. Implicam a capacidade de seleccionar e organizar informação, relacionar ideias contidas num texto, fundamentar uma conclusão ou decidir que operações numéricas realizar.

Nível 4: As tarefas deste nível são as mais exigentes de toda a prova. Implicam a capacidade de processamento e integração de informação múltipla em textos complexos, a realização de inferências de grau elevado, a resolução de problemas e a eventual mobilização de conhecimentos próprios.

Em 1998, foi novamente aplicado o inquérito de *literacia* a nível nacional, embora em moldes ligeiramente diferentes do seu antecessor. Neste inquérito, o *Nível 0* e o *Nível 1* correspondem aproximadamente ao *Nível 1* do inquérito de 1994. Atendendo ao baixo nível de *literacia* da população portuguesa, o *Nível 4* passou a ser o nível mais alto da escala, que corresponde aproximadamente ao *Nível 4* e *Nível 5* do primeiro estudo.

Inquérito à Ocupação do Tempo

O Inquérito à Ocupação do Tempo agrupou em 9 grandes grupos as actividades a registar:

Cuidados Pessoais, abarcando actividades como "sono", "comer e beber", "outros cuidados pessoais" ou "cuidados pessoais não especificados";

Trabalho Profissional, onde se incluem o "trabalho profissional principal", a "2ª actividade", o "tempo relacionado com o emprego" e o "trabalho profissional não especificado";

[1] Fundação Calouste Gulbenkian, *A Literacia em Portugal - resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, 1996, p. 22.

Estudo, onde inclui o tempo dedicado à "escola/ universidade", "cursos complementares e estudo realizado nas horas livres" e ainda o "estudo não especificado";

Trabalhos Domésticos e Cuidados à Própria Família, em que sobre esta rubrica se codificou o trabalho feito para a própria família, tais como a "preparação de alimentos", "confecção e tratamento de vestuário e calçado", "jardinagem, cultivo de hortas e quintais e cuidados a animais", "construção e reparação", "compra de bens e serviços", "gestão da casa", "cuidados às crianças", "cuidados e assistência a adultos da própria família", "Trabalhos domésticos e cuidados à família não especificados";

Actividades Cívicas e de Voluntariado, que incluiu "trabalho para organizações", "apoio informal a outras famílias", "actividades cívicas", ou ainda "actividades cívicas e de voluntariado não especificadas";

Vida Social e de Entretenimento, integrando o "convívio e actividades sociais", "entretenimento e cultura", "lazer passivo", e a "vida social e entretenimento não especificados";

Prática de Desportos, onde foram consideradas as actividades de exercício físico mas não para trajectos (ex.: ida para o emprego a pé), tais como "exercício físico", "actividades relacionadas com o desporto" e a "prática de desportos não especificados";

Passatempos e Jogos, tais como "artes", "passatempos técnicos", "jogos", "outros passatempos", ou ainda "passatempos e jogos não especificados";

Meios Audiovisuais, i.e. "leitura", "TV e vídeo", "rádio/música", ou outros "meios audiovisuais não especificados";

Trajectos e Ocupação Não Especificada de Tempo, onde se consideraram movimentos entre duas actividades excepto quando se trata de exercício físico como correr, andar, passear o cão.

Incapacidades Físicas de Longa Duração

As prevalências de incapacidade física de longa duração utilizadas e que deram origem às *esperanças de vida sem incapacidade* que se apresentam[2], foram as seguintes:

Prevalência de, pelo menos, uma incapacidade mas excluindo os indivíduos confinados à cama, à cadeira ou à casa (casos de *handicap* para a mobilidade);

Prevalência de incapacidade funcional, obtida considerando todos os indivíduos confinados à cama ou à cadeira e todos os que referiram incapacidade em relação à locomoção e capacidade motora;

Prevalência de incapacidade para a locomoção, obtida considerando todos os confinados à cama ou à cadeira e todos os que referiram incapacidade na locomoção;

Prevalência de incapacidade que restrinja a actividade, obtida considerando todos os confinados à cama ou à cadeira e todos os que referiram incapacidade;

Prevalência de incapacidade na comunicação, obtida considerando todos os que referiram incapacidade para ouvir;

Prevalência de incapacidade para ouvir, para ver ou falar, obtidas considerando todos os que referiram estas incapacidades.

Metodologia para cálculo do Índice de Pobreza segundo o Rendimento

O *Índice de Pobreza segundo o Rendimento* (IPR) tem por base um conceito de receita líquida total que incorpora rendimentos monetários e não monetários, e sobre o qual se identifica a linha de pobreza. A fonte utilizada foi o Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989/90 e 1994/95).

De seguida, apresenta-se uma descrição muito sumária das várias etapas operacionais até se obter o IPR.

1. Apuramento da **receita líquida total** de cada indivíduo / ADP considerando o conjunto de ordenados e salários, rendimentos do trabalho por conta própria, rendimentos privados excluindo os do trabalho, pensões, outras transferências sociais, e rendimentos não monetários, tais como, salários em natureza, autoconsumo / autoabastecimento, autolocação e outras transferências não monetárias, livres de encargos e a preços correntes.
2. Cálculo e posterior imputação a cada indivíduo da **receita líquida total por adulto equivalente,** tendo em conta a escala de equivalência da OCDE Modificada aplicada a cada agregado:

   1º adulto = 1
   Restantes adultos = 0,5
   Crianças < 14 anos = 0,3
3. A **determinação da linha de pobreza** tem subjacente o critério estabelecido pelo EUROSTAT, traçando a linha nos 60% da mediana do valor da

[2] Consultar aspectos metodológicos em INE, Caderno temático nº10 – "Esperanças de vida sem incapacidade física de longa duração".

receita líquida total por adulto equivalente, atendendo à distribuição da receita pelos indivíduos.

4. O **valor do Índice** determina-se pela percentagem de indivíduos que tem rendimento inferior ao estabelecido pela linha de pobreza segundo o rendimento. Numa definição mais lata, serão IPR's as taxas de pobreza calculadas com base em pobres segundo o rendimento (p. ex.: taxa de pobreza entre os homens com menos de 15 anos). Idêntica interpretação é aplicada aos restantes índices de pobreza que seguidamente se apresentam.

Metodologia para Cálculo do Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida

Os índices de pobreza que consideram as condições de vida podem assumir inúmeras formas, dependendo, entre outros factores, das fontes de dados disponíveis ou do tipo de sociedade ou grupo social que se pretenda estudar.

O *Índice de Pobreza segundo as Condições de Vida* (IPCV) aqui apresentado incorpora informação relativa essencialmente à privação de condições adequadas de alojamento, de bens de equipamento e meios de transporte, sendo um indivíduo ou agregado tanto mais pobre quanto maior a acumulação de privação no conjunto dos itens considerados para a elaboração do índice. A fonte utilizada foi o Inquérito aos Orçamentos Familiares (1989/90 e 1994/95).

De seguida, apresenta-se uma descrição muito sumária das várias etapas operacionais até se obter o IPCV.

1. **Selecção das variáveis** com base nos seguintes critérios:

a) O teste de consenso foi adaptado pelos autores às características da sociedade actual e tendo em conta a realidade que se pretendia estudar. Assim, por exemplo, no tipo de habitação foi considerado que a barraca seria o único a considerar no domínio da privação, dadas as características intrínsecas às mesmas; noutras situações foram atribuídas penalizações intermédias numa tentativa de distinguir diversos graus de conforto (v. ponto 2).

b) O teste de frequência, tal como é preconizado por alguns autores desta temática, foi considerado irrelevante dado que a metodologia adoptada tem em consideração um ponderador final de privação que agrupa informação de todas as variáveis. Assim, o peso relativo das variáveis é proporcional à sua verificação junto dos agregados ou indivíduos, ou seja, a contribuição de uma variável que esteja representada apenas num número ínfimo de observações tem um peso igualmente ínfimo no cálculo do ponderador global de privação.

⇨ **Variáveis consideradas comuns aos dois IOF:** tipo de alojamento; cozinha; electricidade; instalações sanitárias; água canalizada; sistema de esgotos; fogão; frigorífico; arca congeladora; rádio; televisão a preto e branco; televisão a cores; aspirador; máquina de lavar roupa; máquina de lavar loiça; máquina de costura; vídeogravador; material fotográfico; computador pessoal; telefone; bicicleta; moto; automóvel (ligeiro/misto); residência secundária*.

*a penalização é atribuída à não existência de determinado bem em todas as variáveis excepto o tipo de alojamento em que é penalizado a existência de barraca. A escolha da barraca como único tipo de alojamento associado à privação, deve-se ao tipo de construção e aos materiais utilizados na mesma.

⇨ **Variáveis consideradas apenas no IOF de 1989/90:** recolha de lixo; aquecimento; garagem.

⇨ **Variáveis consideradas apenas no IOF de 1989/90:** micro-ondas; aparelhos de ar condicionado; aparelhos de aquecimento eléctricos; aparelhos de aquecimento a gás ou outros; aparelhos de aquecimento de água; antena parabólica; aparelhagem de alta fidelidade; leitor de compact-disc; gravador / gira-discos; máquina de secar roupa; desumidificador; câmara de vídeo; telemóvel; motorizada; caravana/roulotte; barco de recreio; garagem no edifício; garagem fora do edifício.

2. **Atribuição de ponderações de penalização** e construção de uma tabela de equivalência das variáveis consideradas para os dois IOF 1989/90 e 1994/95: **1** (penalização total), **0,5** (penalização parcial) * e **0** (sem penalização) * a penalização parcial é aplicada apenas a instalações sanitárias (não tem =1; tem incompleto =0,5; tem completo =0) e a água canalizada no IOF 1994/95 (não tem =1; tem fria =0,5; tem quente =0)

3. **Recodificação** das variáveis nas ponderações anteriores e apuramento das respectivas frequências.

4. **Ponderação** das variáveis a incluir no *score* pelas respectivas frequências de não privação. O *score* afecto a cada ADP/indivíduo inclui, desta forma, as

penalizações acumuladas por cada bem em falta, corrigidas da respectiva importância determinada pela sociedade via frequência de não privação.

5. **Construção do *Score* individual.** Verifica-se que quanto maior for o número de variáveis que o ADP/ indivíduo possui, menor é o grau de privação e vice-versa.
6. **Cálculo:** hieraquização das observações dos ADP/ individuos por grau de privação e determinação dos percentis
7. O critério escolhido para a **determinação da linha de pobreza** foi o de seleccionar uma sub-população com dimensão muito próxima da identificada como pobre pelo Índice de Pobreza segundo o Rendimento.

Metodologia para Cálculo do Índice de Pobreza Múltipla

O *Índice de Pobreza Múltipla* (IPM) resulta da acumulação dos dois tipos de pobreza apresentados anteriormente, por cada ADP/indivíduo.

A utilização desta medida de pobreza é justificada quer pela análise multidimensional que se pretendeu dar a este trabalho, quer pelo auxílio que presta no estudo de tendências da pobreza em determinadas sub-populações.

Tipologia de áreas urbanas adoptada pelo INE em 1998:

A tipologia é composta por três níveis:

Áreas Predominantemente Urbanas (APU) que integram freguesias urbanas; freguesias semi-urbanas contíguas às freguesias urbanas, incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; freguesias semi-urbanas constituindo por si só áreas predominantemente urbanas segundo orientações e critérios de funcionalidade/ planeamento; freguesias sedes de Concelho com população residente superior a 5.000 habitantes.

Áreas Mediamente Urbanas (AMU) que integram freguesias semi-urbanas não incluídas na área predominantemente urbana; freguesias sedes de Concelho não incluídas na área predominantemente urbana.

Áreas Predominantemente Rurais (APR) que integram os restantes casos.

Para este efeito consideraram-se *freguesias urbanas* as que possuam densidade populacional superior a 500 hab./Km2 ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes; e *freguesias semi-urbanas* as não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab./Km2 e inferior ou igual a 500 hab./Km2, ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes

As freguesias consideradas na presente tipologia são apenas as existentes à data do Censo de 1991, pelo facto de serem os Censos a fonte de informação primária de todo o estudo de tipologia urbana e por não existir informação de âmbito demográfico actualizada ao nível de freguesia.